



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA

A REVISTA DO CLUBE MILITAR COMO PALCO POLÍTICO:  
DISPUTAS NO PRÉ-1964

CAMPINAS

2020

ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA

A REVISTA DO CLUBE MILITAR COMO PALCO POLÍTICO:  
DISPUTAS NO PRÉ-1964

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELA ALUNA ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA, E ORIENTADA PELO PROF DR ORINTADOR SÁVIO MACHADO CAVALCANTE.

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

C335r Cerqueira, Roziane Ferreira da Silva da, 1988-  
A Revista do Clube Militar como palco político : disputas no pré-1964 /  
Roziane Ferreira da Silva Cerqueira. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Sávio Machado Cavalcante.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Revista do Clube Militar (Revista). 2. Nacionalistas. 3. Militares – Brasil.  
4. Clube Militar (Rio de Janeiro, RJ). I. Cavalcante, Sávio, 1982-. II.  
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The Revista do Clube Militar as a political stage : disputes in the  
pre-1964

**Palavras-chave em inglês:**

Revista do Clube Militar (Magazine)

Nationalists

Military - Brazil

Military Club (Rio de Janeiro, RJ)

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestra em Sociologia

**Banca examinadora:**

Sávio Machado Cavalcante [Orientador]

Marcelo Siqueira Ridenti

Paulo Alves de Lima Filho

**Data de defesa:** 21-12-2020

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-4097-2328>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9972585246781995>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 21 de dezembro de 2020, considerou a candidata Roziane Ferreira da Silva Cerqueira aprovada.

Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti

Prof. Dr. Paulo Alves de Lima Filho

*A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.*

Dedico esse trabalho ao Rogério por ser a luz no meu caminho, meu grande incentivador e crítico. E à minha mãe, Rozeides. Hoje consigo calçar seus sapatos e entender melhor suas batalhas na luta para criar seus filhos com dignidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Rogério Macedo por estar sempre presente nos momentos mais difíceis, por caminhar ao meu lado e não me deixar cair.

A Dr.<sup>a</sup> Ula Rebouças responsável por me trazer de volta a vida plena, por cuidar da minha saúde e me devolver a vontade de seguir. Imensa gratidão também ao Dr. Cícero Galli Coimbra por nadar contra corrente e buscar o que é melhor para os seus pacientes.

Aos amigos por aceitarem dividir os momentos de alegria e de angústia e por estarem presentes tornando todo esse trajeto mais fácil e mais leve. Em especial agradeço as meninas da G1, Bianca, Ana, Fernanda, Leianne, Laís, por me aceitarem na sua casa e por me proporcionarem um ano realmente maravilhoso. Agradeço a Paola, Mariana e Lenora pelas conversas, pelos cafés, pelas risadas e discussões que me alimentaram a alma. Agradeço ao Rafael Avelino pelo ombro e pela incrível playlist e ao Vinícius Figueiredo pelo incentivo constante e pela palavra sempre acolhedora. Agradeço a Fabiane Albuquerque, por nossa identificação quase imediata, por me acolher e me lembrar que a escrita dói, mas também cura.

Agradeço especialmente a todos os funcionários da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, sem o precioso apoio de todos daquela instituição a produção dessa dissertação não seria possível.

Ao meu orientador, Dr. Sávio M. Cavalcante, sempre atencioso e compreensivo, que nunca mediu esforços para me ajudar durante os períodos tortuosos pelo qual passei.

A Unicamp, instituição que expressa o sentido mais profundo do que deve ser uma universidade pública, gratuita e de qualidade, por me proporcionar a oportunidade de desenvolver o presente trabalho. Agradeço a todos os professores e funcionários dessa instituição.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

No Brasil, os militares são personagens centrais para a compreensão do desenvolvimento histórico. Nesse sentido, buscou-se analisar suas posturas político-ideológicas entre os anos de 1956 e 1964, a partir de um de seus canais informação, a Revista do Clube Militar (RCM). O objetivo principal foi identificar no período abordado como essa publicação refletia em seus textos o contexto sociopolítico brasileiro a partir da perspectiva do grupo que controlava o Clube Militar. Utilizamos a metodologia qualitativa para o levantamento e estudo de documentos e bibliografias. Em relação ao primeiro, a investigação foi realizada na Fundação Biblioteca Nacional, onde estudamos os exemplares da Revista do Clube Militar. Ao todo foram analisadas 23 edições, publicadas entre janeiro de 1956 e março de 1964. Em relação ao segundo, buscou-se apoio em vasta bibliografia para traçar os cenários históricos, sociais e políticos do período abordado. A guisa de conclusão, restou demonstrada a importância da Revista do Clube Militar como instrumento de difusão das posições teóricas que se hegemonizavam dentro das Forças Armadas em geral e do seu Clube Militar, em particular. Assim, pode-se dizer que ela representou uma breve síntese das forças políticas antagônicas e em disputa frente aos grandes temas da nação brasileira e de sua autodeterminação.

**Palavras-chave:** Revista do Clube Militar (Revista); nacionalistas; militares - Brasil; Clube Militar.

## ABSTRACT

In Brazil the armed forces are a pivotal element to the understanding of the country's historical development. Thus, we sought to analyze the military's political-ideological stances from 1956 to 1964, based on one of their channels information, which is the Revista do Clube Militar (RCM). The main goal was to identify how this magazine reflected the Brazilian sociopolitical context in its texts, mostly from the perspective of the group that controlled the Military Club by that time. Methodology procedures to do so included a survey and the analysis of documents and bibliographies. In relation to the first method mentioned, an investigation was carried out at the Fundação Biblioteca Nacional, where we analyzed the copies of Revista do Clube Militar. Altogether 23 editions published from January 1956 to March 1964 were analyzed. In relation to the second method, we relied on a vast bibliography to outline the historical, social and political scenarios of the period covered. As a conclusion, we demonstrated the importance of Revista do Clube Militar (RCM) as an instrument for the dissemination of theoretical positions that were hegemonized within the Armed Forces in general as well as, more specifically, in its Military Club. Thus, it can be said that the RCM magazine briefly synthesized the antagonistic and contending political forces which were facing the great themes of the Brazilian nation and its self-determination back in that time.

**Keywords:** Revista do Clube Militar (Magazine); nationalists; military – Brazil; Military Club

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
CPOR	Centros de Preparação de Oficiais da Reserva
CM	Clube Militar
DHBB	Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro
DGR	Doutrina da Guerra Revolucionária
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
FAB	Força Aérea Brasileira
FN	Frente de Novembro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Social Democrático
MMC	Movimento Militar Constitucionalista
RCM	Revista do Clube Militar
UDN	União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – AS FORÇAS ARMADAS COMO AGENTES POLÍTICOS: HISTÓRIA, CONFLITOS E DEBATES. ....</b>	<b>16</b>
1.1 AS FORÇAS ARMADAS E A INDEPENDÊNCIA .....	16
1.1.1 Renovado papel após a Guerra do Paraguai .....	18
1.1.2 Consolidação do poder militar.....	22
1.1.3 O processo de homogeneização das Forças Armadas .....	25
1.2 A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO CLUBE MILITAR.....	33
1.2.1 Nacionalistas e antinacionalistas .....	35
1.2.2 A política no Clube Militar.....	41
1.2.3 A Revista do Clube Militar.....	48
<b>CAPÍTULO 2 – AVANÇO CAPITALISTA PELA ÓTICA DOS MILITARES: IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA, INDUSTRIALIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES MILITARES NO GOVERNO KUBITSCHEK. ....</b>	<b>51</b>
2.1 AS ELEIÇÕES DE 1955: A TENTATIVA DO VETO MILITAR. ....	51
2.2 O PERÍODO JK PELAS PÁGINAS DA REVISTA DO CLUBE MILITAR.....	59
2.2.1 Características do processo de desenvolvimento de JK .....	59
2.2.2 A questão do desenvolvimento nas páginas da RCM durante o período juscelinista. ....	63
2.3 AGITAÇÃO MILITAR DURANTE O GOVERNO JK.....	75
2.4 GENERAL LOTT, SUSTENTÁCULO DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK E OS CONFLITOS LATENTES DURANTE ESSE PERÍODO .....	78
2.5 O APOIO AO GOVERNO JK E AO GENERAL LOTT PELA REVISTA DO CLUBE MILITAR .....	86
<b>CAPÍTULO 3 – PREPARAÇÃO PARA O GOLPE: AS CONTRADIÇÕES MILITARES. ....</b>	<b>93</b>
3.1 TÉRMINO DO GOVERNO JK E ELEIÇÃO DE JÂNIO QUADROS. ....	93
3.1.1 A montagem do ministério conservador de Jânio e os impactos no Clube Militar... ..	100
3.1.2 Crise da legalidade, governo de Goulart e militares.....	106
3.1.3 A Doutrina da Guerra Revolucionária.....	110
3.2 O “PERIGO VERMELHO” NAS PÁGINAS DA REVISTA DO CLUBE MILITAR ..	117

3.2.1 A RCM pós Jânio Quadros e durante o governo Goulart: a Revista silenciada.....	123
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>140</b>

## INTRODUÇÃO

É inegável que a história brasileira foi marcada pela participação decisiva das Forças Armadas em geral e do exército, em particular. Desde o período monárquico até a república, elas se consolidaram como importante grupo social, parte da classe média que compõe a burocracia do Estado, atuante e determinante dos destinos da nação. Na atualidade, não é diferente. Uma importante fração dos militares, com larga ficha de serviços prestados à ditadura de 1964, comparece no cenário da política brasileira, tendo no parlamentar Jair Messias Bolsonaro o representante de seus anseios. O agora presidente da República, Jair Messias se sustenta sobre uma composição de frações de classes e de parcelas das Forças Armadas vinculadas a um conjunto denso de interesses profundamente retrógrados, acelerando a torrente de ações destrutivas dos alicerces da nação e dos trabalhadores brasileiros. Vários são os campos sobre os quais recaem tal destruição. Pode-se citar: a economia, o endividamento público, as relações internacionais, o meio ambiente, os recursos energéticos, os recursos hídricos, a produção agrícola. Recaem também sobre os direitos dos trabalhadores em geral e do funcionalismo público, sobre a previdência, a saúde. A destruição também atinge a produção de ciência e tecnologia, a educação, a condição de concorrência internacional. Afeta destrutivamente a habitação, a alimentação, a cultura. Além disso, atinge negativamente os esforços da luta antirracista, contra homofobia e em favor dos direitos das mulheres. Há de se ressaltar ainda que tal avalanche destrutiva se dá sob a maior pandemia já vista pela humanidade, a da covid-19.

Nota-se também que há um esforço sistemático de difusão, para o conjunto da população brasileira, das convicções ideológicas dessa composição de forças sociais destrutivas, o que é feito por intermédio de aquisição de serviços de replicação em massa de informações falsas em redes sociais. Fica evidente que essas tecnologias foram convertidas em instrumento da luta política, na qual a classe trabalhadora comparece simultaneamente como vítima e difusora, restando às suas parcelas organizadas reagirem defensivamente, tentando aportar algum peso que contrabalance a força dissuasora desse instrumento de guerra híbrida (KORYBKO, 2018). Esse mecanismo de luta política e ideológica esteve presente na história brasileira, caminhando em paralelo com o desenvolvimento da imprensa. Ou seja, a luta política, tal como pôde sob a particularidade de cada época, atualizou suas estratégias de difusão ideológica lançando mão da evolução tecnológica, no campo da comunicação com as massas.

Na antessala do duro golpe civil e militar de 1964, durante os governos de Juscelino Kubitscheck, de Jânio Quadros e de João Goulart, os militares das Forças Armadas brasileiras detinham duas estruturas importantes para a difusão de suas convicções ideológicas. A primeira era o Clube Militar, instituição dentro da qual se estabeleciam as correntes teóricas representativas das posições políticas das frações relativamente hegemônicas das Forças Armadas. Tais concepções ali produzidas estavam destinadas à máxima difusão possível para as demais forças sociais nacionais, demarcando, assim, as posições das Forças Armadas em face dos grandes temas nacionais. Em sintonia com o padrão tecnológico da época, o Clube Militar possuía uma publicação, a Revista do Clube Militar, a qual exercia essa função de massificação das posições hegemônicas internas para o conjunto da sociedade brasileira. Ela era, portanto, o instrumento difusor do centro institucional, formal, de reflexão teórica e de consolidação de posturas políticas dos militares brasileiros.

Desta feita, convém registrar que a presente dissertação de mestrado analisou precisamente essa Revista do Clube Militar, a partir do recorte temporal entre os anos de 1956 e 1964. Nesses oito anos, tanto pela ótica da reatividade quanto pelo ângulo da propositura frente às decisões sobre os temas nacionais mais candentes, essa publicação oferece mostras das diversas posições dos militares, mesmo quando parcelas deles decidiram se imiscuir de debater o Brasil: mesmo o silêncio expresso na Revista reflete posições específicas. Adicionalmente, o Clube Militar e sua publicação não estão à parte da polarização política ocorrida no interregno estudado. De fato, as campanhas para a presidência do Clube Militar eram extensões das polarizações políticas ocorridas nacionalmente entre os blocos revolucionários e contrarrevolucionários burgueses: os primeiros, vitoriosos em 1930; os segundos, em 1964. Portanto, consistiu em objetivo desta dissertação identificar, entre 1956 e 1964, como essa publicação refletia o contexto sociopolítico brasileiro a partir da posição ideológica da fração política relativamente hegemônica, que estava presente nas Forças Armadas e controlava a presidência da agremiação e de sua revista.

Para tanto, procedeu-se um grande levantamento bibliográfico e documental. Em relação ao primeiro, buscou-se apoio em bibliografia teórico-conceitual para traçar os cenários históricos, sociais e políticos do período abordado. Em relação ao segundo, a investigação foi realizada na Fundação Biblioteca Nacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro, a partir da leitura e estudo dos exemplares da Revista do Clube Militar. Ao todo foram analisadas vinte e três edições abrangendo o período de janeiro de 1956 até março de 1964, portanto, do início do governo Juscelino Kubitscheck à última edição anterior ao golpe de 1964. O objetivo principal

foi identificar como a publicação refletia o contexto político-social brasileiro no período abordado em seus textos a partir da perspectiva dos militares que controlavam a instituição.

No primeiro capítulo, aborda-se como as Forças Armadas se tornaram agentes políticos centrais da história brasileira. Para tanto, foi necessário revisitar sua história, passando por momentos essenciais de sua formação e destacando seu processo de consolidação como elemento primordial no seio da sociedade brasileira. Ressaltou-se também o seu processo de homogeneização e construção de uma organização que busca se profissionalizar e controlar o dissenso entre as suas estruturas internas e as classes sociais ao mesmo tempo em que se tornam personagens fundamentais da República. Além disso, discorreu-se sobre a história do Clube Militar buscando destacar sua importância para diversos momentos da vida política nacional, bem como salientar que o Clube não era apenas uma associação de militares, mas uma instituição que tinha desde a sua fundação uma perspectiva de atuação política. Nesse sentido, foi crucial apontar os principais debates e conflitos estabelecidos entre suas diferentes correntes político-ideológicas. Sendo assim, a Revista do Clube Militar se insere nesse contexto como objeto por meio do qual esses grupos anunciavam suas posições políticas acerca dos temas de interesse nacional, tais como a industrialização, o comunismo, o nacionalismo etc.

No segundo capítulo, apresenta-se como as frações militares se mobilizaram para construir e manter um direcionamento político, econômico e social em um ambiente de intenso conflito e disputas internas, opondo, de um lado, a perspectiva nacionalista de desenvolvimento e a não nacionalista/entreguista, de outro. Ainda que de maneira breve, são reconstruídos os momentos em que as frações militares em disputa se movimentaram ora para se oporem ao governo Juscelino-Goulart e seu projeto de desenvolvimento, ora para defendê-lo. Nesse sentido, a Revista do Clube Militar, enquanto espaço primordial de expressão dos militares, surgiu como difusora do posicionamento político-ideológico das alas militares que a controlavam, expondo para dentro e para fora da caserna as questões sobre os principais temas da vida nacional daquele período, o que reafirmou a importância do Clube Militar enquanto espaço central da vida política militar e brasileira daquele período.

No terceiro capítulo, busca-se abordar os aspectos da sucessão presidencial de 1960 e seus impactos na reorganização das forças políticas e militares no que diz respeito ao controle do Estado, bem como à desestruturação do esquema militar organizado pelo general Lott com a chegada de Jânio Quadros à chefia do poder Executivo. Além disso, passa-se pelo episódio conhecido como crise da legalidade a fim de apresentar a centralidade dos militares na sua consecução. Outro ponto levantado é a doutrina da guerra revolucionária como importante

subsídio ideológico para a quebra da legalidade e ânsia golpista que animaram parte dos militares durante esse período. Por fim, busca-se retratar como a Revista do Clube Militar se metamorfoseou nesse interregno, tanto em conteúdo quanto em formato, sendo paulatinamente esterilizada enquanto palco para as reflexões sobre os temas centrais da nação.

Assim sendo, convidamos o leitor a seguir adiante na leitura, desejando que nossa reflexão possa trazer maior densidade teórica sobre o Clube Militar em si, sobre a Revista do Clube Militar, bem como sobre o momento pré-golpe civil e militar de 1964, do qual as determinações se transbordam para a nova república e, decerto, ao atual momento histórico.

## **CAPÍTULO 1 – AS FORÇAS ARMADAS COMO AGENTES POLÍTICOS: HISTÓRIA, CONFLITOS E DEBATES**

### **1.1 AS FORÇAS ARMADAS E A INDEPENDÊNCIA**

As Forças Armadas no Brasil têm sua história ligada ao processo de colonização. Conforme Silva (1984), as raízes do autoritarismo militar foram trazidas de Portugal pelas tropas de ocupação. Assim, a “[...] disciplina e o autoritarismo das tropas de ocupação foram o molde onde se formaram as nossas forças militares” (SILVA, 1984, p. 13). A estrutura militar oficial, de acordo com Sodré (1979), é anterior à Independência e foi caracterizada pela discriminação dos integrantes nativos, o que gerava conflitos entre os militares brasileiros subalternos e os oficiais portugueses, bem como certa aversão da população em relação aos militares lusos. Ainda segundo o autor, a Constituição de 1824 estabeleceu três diferentes formas de organização do aparelho repressivo do Estado colonial: a primeira, o Exército, composto por militares regulares e pagos, tinha a função de proteger as fronteiras e nelas se fixar; a segunda, composta por milícias responsáveis por manter a ordem pública nas comarcas; e a terceira, por fim, as ordenanças ou guardas policiais, encarregadas de manter a segurança dos indivíduos.

Para Fernandes (1975), a Independência “[...] aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a ‘época da sociedade nacional’, que com ela se inaugura” (FERNANDES, 1975, p. 31).<sup>1</sup> Nesse contexto, a fração militar da sociedade brasileira teve substancial atuação em diversos episódios de lutas e conflitos que decorreram desse processo de revolucionamento social, ora agindo para a mudança da ordem social, ora para sua preservação.

Importa destacar que, nesse período, “as elites nativas não se erguiam contra a estrutura colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social” (FERNANDES, 1975, p. 32). Nesse sentido, conforme Sodré (1979), a classe dominante não aderiu ao movimento revolucionário, em grande medida, por medo de perder seus escravizados, ainda que não houvesse intenção por parte dos que se opunham à Coroa de acabar com o regime

---

<sup>1</sup> Para Fernandes a Independência, no entanto, “[...] foi naturalmente solapada como processo revolucionário, graças ao predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado. O estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não se sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1975, p. 33).

escravocrata. Nesse contexto, os rebeldes eram formados pela tropa regular e por parte da população e eram reprimidos pelo governo colonial que se aliava aos senhores de terras. Assim:

Pressionado por um forte movimento independentista, no qual surgiam frações republicanas revolucionárias e diante da reação comercial portuguesa que tentava restabelecer o domínio comercial e político sobre o Brasil, o próprio regente, Dom Pedro, declarou a independência do país em 1822, e passou a governá-lo como seu imperador, criando-se o Estado monárquico constitucional [...]. (SANTOS, 1995, p. 27-28).

Na esteira de tais acontecimentos está a abdicação de D. Pedro I ao trono, ocorrida no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, Dom Pedro II, sendo “[...] deposto por um movimento em que as forças militares, colocando-se abertamente ao lado das forças populares, retiram-lhe qualquer condição de resistência” (SODRÉ, 1979, p. 105). No entanto, com a Independência, o Brasil não deixou de ocupar uma posição subalterna perante as potências mundiais. Ou seja, seu lugar na divisão internacional do trabalho não se alterou, mantendo-se como produtor e exportador de matérias-primas para os países centrais.<sup>2</sup>

No que tange às Forças Armadas, importa destacar que, naquele momento, a classe dominante não reconhecia o Exército como sua força repressora por excelência, em grande medida porque seus quadros eram requisitados, primordialmente, entre as camadas baixas da população.<sup>3</sup> Essa era uma instituição mantida sob um regime de sucateamento e forte repressão das baixas patentes, com castigos físicos e penas duras em caso de insubordinação, chegando ao extremo da pena de morte (SODRÉ, 1979). As tropas do Exército eram, em sua maioria, formadas por escravizados e toda a camada mais baixa da população. Servi-lo era uma punição às classes inferiores. Assim, para se contrapor ao Exército, criou-se a Guarda Nacional, dispensando-se todas as outras formas de organização militar, a saber: milícias, ordenanças e guardas municipais. A Guarda Nacional era formada por indivíduos que poderiam ser eleitos, o que, em um contexto de eleições censitárias, delimitava um corte de classe profundo entre os componentes de uma e outra forças.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> “A separação de Portugal e a independência brasileira significarão assim a integração do Brasil naquela nova ordem internacional sem ser por mediação do Reino. Não se modificará, contudo, substancialmente com isto a posição da ex-colônia promovida a nação independente, pois continuará como dantes elemento marginal e periférico do sistema econômico de produtos primários tropicais.” (PRADO JUNIOR, 1972, p. 31).

<sup>3</sup> O recrutamento para o Exército foi alterado algumas vezes em 1837, 1841, 1848, 1852, oferecendo algumas isenções, como, por exemplo: aos chefes de família, estudantes, administradores de fazendas, operários de fábricas com atestado de boa conduta, e outros. Conforme Sodré: “exigir esta boa conduta para isentar-se do serviço era como denunciar a má conduta dos que ingressam nas fileiras” (SODRÉ, 1979, p. 130).

<sup>4</sup> Além da diferença quanto ao recrutamento de seus membros, a Guarda Nacional era organizada em companhias e sob ordem de um comandante geral, subordinado a um juiz de paz. Havia também uma divisão entre força de linha e a auxiliar: a primeira era o Exército, e a segunda, a Guarda Nacional. A última configurava-se como

### 1.1.1 Renovado papel após a Guerra do Paraguai

Conforme Sodré (1979), a concentração de poderes decorrentes da centralização do poder político e administrativo, juntamente com todas as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade brasileira (a emergência da produção cafeeira, a extinção do tráfico negreiro e o desenvolvimento da vida urbana, entre outras) acabaram por alterar as características da Guarda Nacional, pois muitos poderes delegados às províncias foram retomados pelo governo central. Segundo Furtado *et al.* (1979), no plano externo, ao se estruturarem definitivamente os Estados nacionais no continente sul-americano, surgiu o problema relacionado com a definição das fronteiras nacionais. A partir de então, houve uma fase de conflitos entre os países vizinhos, sendo a Guerra do Paraguai, que opôs esse país ao Brasil, Argentina e Uruguai, um episódio de tal processo.

Devido à longa duração da guerra, na segunda metade do século XIX, bem como por ser travada em solo estrangeiro, houve a necessidade de estabelecer um novo sistema de organização militar. A partir daí alteram-se as relações entre o governo e o Exército, havendo concessões de honras e regalias aos seus membros. Também se ampliou o recrutamento, inclusive de escravos, aos quais se ofereciam alforrias. Sodré explica que: “no decorrer da campanha, homens de classe média, e mesmo, em casos excepcionais, de camadas inferiores, galgam o oficialato. Rompe-se a linha de cor, e o rótulo da pele deixa de se constituir em impedimento à ascensão na hierarquia militar” (SODRÉ, 1979, p. 141). Conforme Silva:

O Exército, que no Império sofria a concorrência da poderosa Guarda Nacional tem, na Guerra do Paraguai, a sua realização, constrói sua unidade, toma consciência da sua força, encontra seus heróis, apresenta seus líderes *a partir da vitória sobre o inimigo*. (SILVA, 1984, p. 14, grifo do autor).

A guerra produziu efeitos consideráveis na vida do país e, para o Exército, significou uma alteração expressiva de seu *status* perante a sociedade como um todo. Com a vitória, “[...] o Exército que surge da Guerra do Paraguai é força nova na vida do país – não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional” (SODRÉ, 1979, p. 141). Vitoriosos, passaram a perceber o poder que possuíam e a influenciar mais ativamente as estruturas político-sociais do país.

---

instrumento de força subordinado à elite. O Exército regular, composto pelas camadas mais baixas da população, era mantido em segundo plano, vivendo sem soldos, roupas, armas ou qualquer tipo de assistência da Regência (SODRÉ, 1979).

A Questão Militar<sup>5</sup>, iniciada em 1884, será o estopim que acelerará a queda do Império e, por fim, a Proclamação da República, demonstrando a efervescência política na qual o Exército estava inserido. Conforme Moraes (2005), a agitação<sup>6</sup> se iniciou quando o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, em 1886, ao inspecionar a companhia de infantaria no Piauí, encontrou irregularidades praticadas pelo seu comandante, o capitão Pedro José de Lima. Cunha Matos denunciou as irregularidades ao ministro da Guerra, solicitando que o oficial corrupto fosse submetido ao Conselho de Investigação. O problema tomou relevo quando deputado do Partido Conservador do Piauí, do qual fazia parte Pedro José de Lima, subiu à tribuna para dizer que o coronel buscava “[...] atacar o capitão Lima com o intuito subalterno de encobrir torpezas praticadas por amigos seus do Partido Liberal e, mais ainda, de utilizar documentos falsos na tentativa de comprometer o capitão” (MORAES, 2005, p. 76).

Cunha Matos se defendeu pela imprensa, e o parlamentar, em resposta, fez um discurso ainda mais duro contra ele, acusando-o de receber dinheiro de Solano Lopez, quando prisioneiro no Paraguai. Por ter se manifestado na imprensa sem autorização<sup>7</sup>, o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, decidiu punir o coronel com dois dias de prisão. Com a punição, nas duas câmaras do Parlamento, iniciaram-se discursos em defesa de Cunha Matos. A partir de então, deu-se uma série de debates intensos nos quais afloravam inúmeras insatisfações e conflitos latentes da oficialidade do Exército.<sup>8</sup> Dessa grande mobilização saíram vitoriosos os militares quando ocorreu a anulação das penalidades impostas ao coronel Cunha Matos. Conforme Moraes (2005):

A corporação militar – e singularmente o Exército – saía da crise não apenas como vencedora de seu duelo com o gabinete de Cotegipe, mas também como fator determinante do poder político. Importante por si mesma, essa modificação da correlação de forças no interior do regime imperial foi tão mais importante para evolução institucional do país que o Exército assumia

---

<sup>5</sup> Para a compreensão mais detida sobre a Questão Militar ver: Sodré (1979) e Moraes (2005).

<sup>6</sup> Outro aspecto contido na Questão é dado por Silva: “o senador Marquês de Paranaguá apresentou ao Senado do Império, em 1883, projeto de lei propondo a criação de um montepio para os militares e contribuição obrigatória, alterando as condições da reforma dos serviços das armas. Não previu que sua proposta se tornaria rumoroso caso interessando, inicialmente, um grupo de oficiais, mas logo empolgando todo o Exército e se transformando na pedra que rola da montanha, nucleando a avalanche devastadora e invencível” (SILVA, 1984, p. 33).

<sup>7</sup> Conforme Moraes: “o problema era que, para polemizar, os militares precisavam da autorização do ministro da Guerra, vale dizer, de um político em cuja objetividade tinham fundadas razões para não confiar” (MORAES, 2005, p. 77).

<sup>8</sup> “Cada demissão e cada punição suscitava novas manifestações de solidariedade, muitas das quais assumiam o caráter de assembléias deliberativas da oficialidade, como a que se realizou a 2 de fevereiro de 1887 no Teatro Recreio Dramático do Rio de Janeiro, onde cerca de duzentos oficiais lançaram um *ultimatum* ao governo, apelando, contra este, diretamente ao imperador.” (MORAES, 2005, p. 80).

sua nova posição na cena política, não como fator de conservação, mas de contestação do poder constituído. (MORAES, 2005, p. 81).

Para Sodré (1979), “a questão era política, e não disciplinar. Denunciava, no seu vulto, a gravidade da situação que o país atravessava e, nela, a deterioração das instituições” (SODRÉ, 1979, p. 152). A mudança de *status* do Exército após a vitória no Paraguai, com peso e importância política acentuada na sociedade brasileira, impactou também o tema da abolição. Conforme Moraes (2005), a participação de soldados negros na batalha resultou que a “[...] bravura demonstrada e o sangue derramado valeram-lhes o reconhecimento de seus camaradas de armas e asseguraram-lhes aquela consideração humana que a condição de escravos lhe havia por séculos cruelmente recusado” (MORAES, 2005, p. 84-85).

Sodré (1979) afirma que, em 1883, a província do Ceará libertou seus escravizados, propiciando um aumento das associações de abolicionistas. No meio estudantil, havia manifestações, de casa em casa, para a libertação, influenciadas por professores como Benjamin Constant, André Rebouças, Paulo de Frontin e Álvaro de Oliveira. Em 1887, Joaquim Nabuco voltou da Europa para se eleger em Pernambuco e recebeu inúmeras manifestações de apoio divulgadas pela imprensa, inclusive dos cadetes da Escola Militar. Por se manifestarem na imprensa sem autorização, o ministro da Guerra, conselheiro Delfino Ribeiro da Luz, determinou a prisão e a submissão dos envolvidos ao Conselho de Investigação. Quando a punição se tornou pública, o marechal Deodoro da Fonseca saiu em defesa dos cadetes. Em meio as intensas discussões, o capitão Serzedelo Correia propôs que o marechal Deodoro da Fonseca se candidatasse a uma vaga no Senado. O marechal assumiu a plataforma abolicionista, mas não conseguiu ser eleito.

De outra parte, diante de um quadro de intensas fugas de escravizados, os escravagistas passaram a pressionar o governo para que o Exército fosse incumbido de resgatar os fugitivos.

Foi então que, reunidos no recém-fundado Clube Militar, os oficiais abolicionistas elaboraram, sob a direção de Deodoro, que assumira a presidência da nova entidade, um “requerimento” à regente Isabel, apresentando “um pedido que é antes uma súplica”: que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior... os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão. (MORAES, 2005, p. 84-85).

Assim, “[...] quando o Estado já não dispõe de seu instrumento de força para fazer cumprir a lei, esta deixou de existir, na prática: com o apelo de Deodoro à Regência, a abolição estava feita” (SODRÉ, 1979, p. 158). De acordo com Moraes (2005), com a abolição, esperava-

se uma reconciliação entre a Monarquia e o Exército, o que não ocorreu. Ao invés disso, a Coroa criou uma milícia, a Guarda Negra, que tinha como fundamento:

[...] dissolver a cacetadas e navalhadas os comícios republicanos, contando, para tanto com a descarada complacência da polícia imperial. Além de indignar e exacerbar os ânimos dos partidários da República, a bem instrumentalizada truculência da nova milícia iria contribuir para tornar mais credível o boato que circulou com insistência em meados de 1889, segundo o qual o governo imperial pretendia dissolver o Exército e substituí-lo pela Guarda Nacional, vale dizer, pela milícia da classe dos senhores de terra. (MORAES, 2005, p. 85-86).

O boato sobre a dissolução do Exército precipitou a conspiração militar-republicana que desembocou no golpe do dia 15 de novembro de 1889, no qual se proclamou a República. Sodré (1979) salienta que a República foi o resultado de todos os acontecimentos anteriores que prepararam a derrubada de um regime que não mais atendia às necessidades do desenvolvimento brasileiro. Silva (1984) afirma que a República não foi um acontecimento popular, porque a população não participou do processo; foi antes um evento liderado e realizado pelos militares.<sup>9</sup> Para ilustrar tal afirmação, destaca a fala de Rui Barbosa:

A República originou-se de um acidente gerado pelas desordens de um organismo predisposto pelas suas condições de irresistência e inércia a não lhe resistir. Certas reformas, necessárias, urgentes, improrrogáveis, tê-la-iam prevenido e evitado. [...] A Nação aceitou-o (o movimento republicano). *Mas não era seu*. Não havia elaborado por ela mesma, não lhe derivava das entranhas como o abolicionismo. (BARBOSA, 1918 *apud* SILVA, 1984, p. 41, grifo do autor).

Apesar de não ter contado com o protagonismo popular, a Proclamação da República foi um importante momento da história nacional, no qual cabe destacar a relevância dos militares e, sobretudo, do Exército como elemento central para o andamento da revolução burguesa brasileira. A vitória na Guerra do Paraguai trouxe um peso político novo aos seus membros e, a partir de então, pode-se afirmar que os militares estiveram fortemente presentes na vida política nacional. Essa presença foi articulada com mudanças significativas na base produtiva do país, que proporcionaram sua entrada definitiva no mundo capitalista burguês. A República e todos os processos políticos, econômicos e sociais posteriores foram frutos do movimento de ascensão do capitalismo e da revolução burguesa brasileira, na qual a fração militar das camadas médias urbanas atuaram como peças fundamentais.

---

<sup>9</sup> Segundo o autor: “a implantação da república foi um golpe militar planejado por Benjamin Constant e executado por Deodoro da Fonseca, com a adesão de Floriano América” (SILVA, 1984, p. 44).

### 1.1.2 Consolidação do poder militar

Hélio Silva (1984) demonstra que, na Proclamação da República e em seu processo de consolidação, a presença e as expressões de poder militar foram constantes. Lembra também que, ao tomarem o poder e destituírem a monarquia, os militares não romperam com as classes pretéritas, menos ainda com as práticas fraudulentas. A eleição do primeiro presidente republicano foi marcada por desentendimentos, tanto do lado civil quanto do militar. Marechal Deodoro venceu um pleito conturbado, tornando-se o primeiro presidente constitucional do país, mas sob ameaças constantes de golpe militar caso não fosse o escolhido..

Ao não romper com as práticas herdadas do Império, a permanência de Deodoro no comando do Estado se deu com forte oposição ao governo militar, sendo permeada por greves e crises financeiras e pelo fechamento do Congresso, além da possibilidade de retorno à monarquia. Esses fatos são apontados por Silva como determinantes para sua renúncia ao cargo. Seu sucessor foi o marechal Floriano Peixoto:

A ferro e fogo Floriano consolidou a República. O florianismo se apresentava dominante, até que Floriano, doente, desanimado, *um inválido da Pátria* como ele próprio se denominou, desinteressou-se do problema sucessório. O sistema da época não preparara outros chefes militares. As forças políticas civis, duramente submetidas pela ditadura militar, reorganizaram-se e elegeram Prudente de Moraes com o que inaugurou-se a República civil. (SILVA, 1984, p. 76, grifo do autor).

A consolidação da República não era sinônimo de estabilidade ou de democracia. Naquele momento, a oligarquia possuía grande poder político e impunha suas regras econômicas e sociais ao conjunto da nação. Com a vitória de Prudente de Moraes, inaugurou-se um curto período de controle civil sobre o governo central, que atravessava uma situação financeira e política precárias, ocorrência comum a toda a República Velha. Com as eleições<sup>10</sup> de 1910 e a partir da vitória do marechal Hermes da Fonseca, o poder militar retornou plenamente ao comando do executivo federal..

Outra importante expressão da mobilização política de frações militares contra a oligarquia que marcou os primeiros momentos da República foi o tenentista.<sup>11</sup> De acordo com

<sup>10</sup> Conforme Hélio Silva, não havia Justiça Eleitoral antes de 1930, logo a fraude era uma constante nos pleitos. “No dia 1º de março de 1910 realizou-se o pleito. Pela primeira vez, na República, o povo acorria, com entusiasmo, às urnas em uma disputa real, embora a máquina dos governos estaduais funcionasse na manipulação da fraude. Onde não era possível a fraude, em suas variadas modalidades, *o bico de pena, a ata falsa, o emprenhamento das urnas, o roubo da urna*, não foi permitido a formação das mesas receptoras. No Distrito Federal, cuja população se mostrava francamente civilista, não se reuniu uma única sessão eleitoral.” (SILVA, 1984, p. 84, grifo do autor).

<sup>11</sup> Conforme Silva, “o ‘tenentismo’ nasce no primeiro 5 de julho: protesto contra a prisão do marechal, desagravo aos brios do Exército, oriundo ainda do ‘florianismo’, alimentado pela hostilidade a Epitácio Pessoa,

Silva (1984), o tenentismo teve início com a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, então à frente do Clube Militar, pelo presidente Epitácio Pessoa, evento que envolveu jovens oficiais, capitães, tenentes e cadetes. Conforme Moraes (2005), os acontecimentos que culminaram na prisão do marechal estavam ligados às eleições para o governo de Pernambuco, no qual uma das facções oligárquicas, os Rosa e Silva, aliaram-se aos grupos populares e oficiais do Exército. Alianças semelhantes foram realizadas pelo governo central em momentos anteriores, contudo, no caso do pleito pernambucano, aquela foi combatida. Como a vitória eleitoral era permeada pela fraude sistêmica, as tensões foram agravando-se ao ponto de se cogitar a intervenção das tropas federais. Grupos de oficiais ligados aos Rosa e Silva enviaram um telegrama ao Clube Militar pedindo solidariedade caso se concretizasse o avanço das tropas do governo central. O marechal Hermes da Fonseca se posicionou contra a intervenção federal e, então, foi punido pelo presidente Epitácio Pessoa, que ainda determinou o fechamento do Clube Militar por seis meses.

É importante salientar que o tenentismo não foi um movimento monolítico e suas distinções são indicações sociológicas de aspirações sociais diversas no interior do grupo militar.<sup>12</sup> Ainda, é necessário considerar os tenentes como um grupo militar, uma ‘categoria social’ que assume formas políticas concretas.<sup>13</sup> Para Sodré (1980), o tenentismo:

[...] como vanguarda do processo político de ascensão burguesa, em nosso país, conseqüente do alastramento e aprofundamento aqui das relações capitalistas, pretendeu sempre purificar o regime republicano, despojá-lo dos desvios, dos erros, dos desmandos que a realidade brasileira lhe impusera [...]. (SODRÉ, 1980, p. 62).

Assim, o movimento tenentista, direcionando abstratamente suas insatisfações ao Estado<sup>14</sup>, “[...] propunham-se, sobretudo a derrubada do bloco oligárquico hegemônico:

---

antiflorianista; nutrido pelo antibernardismo e o episódio das *cartas falsas*, tudo somado, lança os tenentes em um movimento ainda sem programa, sem ideologia, que teria se exaurido se Epitácio ou Washington Luís tivesse anistiado os revolucionários. Foi a repressão, a perseguição, o processo judicial inacabado que forçou os tenentes à clandestinidade, prisões, fugas e conspirações.” (SILVA, 1984, p. 92, grifo do autor).

<sup>12</sup> “A análise sociológica do tenentismo deve apreender, ao mesmo tempo, sua unidade e sua diversidade. De um lado, deve ter em conta características gerais comuns a todos os movimentos tenentistas, e considerá-los como uma manifestação da situação particular do grupo militar enquanto 'categoria social' ligada ao Estado; de outro, deve considerar a variedade das manifestações tenentistas, e considerá-la como a expressão da inserção dos tenentes na sociedade e de sua filiação as camadas médias urbanas.” (SAES, 1985, p. 71).

<sup>13</sup> “A definição funcional do grupo militar leva-o a ver o Estado como expressão suprema da Nação; e, enquanto categoria profissional institucionalmente encarregada de assegurar a soberania do Estado, o grupo militar tende a interpretar sua própria degradação profissional e social como indício de um ultraje a Nação.” (SAES, 1985, p. 71).

<sup>14</sup> O movimento tenentista “[...] se alimentava de convicções profundamente arraigadas na jovem oficialidade do Exército, notadamente a de que não se poderia esperar qualquer mudança política pelo caminho das urnas em um regime com o processo eleitoral viciado por um sistema de manipulações institucionalizadas, as quais começavam

aspiravam primordialmente a ‘purificação’ do Estado, e não a transformação da sociedade” (SAES, 1985, p. 72). Sua postura se concentrava em servir como força de regeneração da nação e das instituições corrompidas por maus políticos.<sup>15</sup>

Com relação aos matizes ideológicos do movimento tenentista, Saes (1985) identifica uma ala liberal, que se aproximava das oligarquias dissidentes e das camadas médias tradicionais. Suas propostas estavam circunscritas à democracia liberal de elite. Havia também uma ala nacionalista, com propósitos bastante distintos da ala liberal, uma vez que questionavam as estruturas do Estado oligárquico, federativo e antinacional e se dispunham a substituí-lo por um antioligárquico, centralizado e nacional.<sup>16</sup> Como subgrupo da ala nacionalista, havia a esquerda do movimento tenentista, ligada a Luís Carlos Prestes.<sup>17</sup>

É importante observar que, apesar de terem existido diversos conflitos entre os militares e as oligarquias durante as primeiras décadas do período republicano, essas ações não eram empreendidas por grupos militares homogêneos, pois ali se expressavam diversas concepções quanto às possibilidades de organização econômica, política e social da nação. A realidade social brasileira impunha desafios e respostas para os problemas nacionais: o subdesenvolvimento, a miséria de grande parte da população, a questão da industrialização, a forma de exploração dos recursos naturais estratégicos, a deterioração das condições de vida

---

na boca de urna [...] Em face da corrupção eleitoral já cristalizada por três décadas de fraude, o único recurso possível parecia ser a ‘solução de força’”. (MORAES, 2005, p. 199-200).

<sup>15</sup> “Os ‘tenentes’ estavam distantes de qualquer preocupação com reformas sociais, com o problema agrário, ou mesmo com a dominação imperialista do país. Seu pretensão nacionalismo era vago, impreciso [...]. No fundamental, o tenentismo manteve-se fiel à defesa da ordem e das instituições.” (PRESTES, 2009, p. 37).

<sup>16</sup> Importante destacar, porém que a ala nacionalista do movimento tenentista não possuía um programa definido e coerente de transformação político e econômica do país, uma vez que “mesmo medidas como as nacionalizações eram antes propostas em nome dos imperativos da segurança nacional e do reforço do Estado nacional do que em nome da superação de uma etapa histórica, do estímulo a expansão do grupo industrial nacional ou da promoção social das classes populares” (SAES, 1985, p. 75).

<sup>17</sup> Conforme Anita Leocádia Prestes (2009), a partir da marcha da Coluna Prestes pelo interior do Brasil, Prestes teve contato direto com a miséria e o abandono em que viviam grandes parcelas do povo brasileiro. Conforme Figueiredo: “com um contingente de 1.500 seguidores, a lendária Coluna Prestes percorreu 26 mil quilômetros, a pé ou a cavalo, venceu 53 batalhas e jamais foi derrotada. Nem Virgulino Ferreira, o Lampião, a troco de 100 contos de réis e da falsa patente de ‘capitão do Batalhão Patriótico’, conseguiu deter o *Cavaleiro da esperança*. Prestes e seus homens não conseguiram tomar o poder, mas durante dois anos, um mês e sete dias rasgaram 13 Estados do país (do Rio Grande do Sul ao Maranhão) levando a mensagem da revolução” (FIGUEIREDO, 2005, p. 36-37, grifo do autor). Ao se exilar na Bolívia, Prestes iniciou seus estudos sobre marxismo e estabeleceu contato com os comunistas, buscando uma explicação teórica para as causas e soluções a serem enfrentadas ante ao cenário de miserabilidade do povo brasileiro, assim, Conforme Prestes: “as consequências lógicas da nova postura ideológica de Prestes foram a sua adesão ao programa dos comunistas e, após infrutíferas tentativas de conquistar a adesão de alguns ex-companheiros do movimento tenentista, sua decisão de romper publicamente com eles, já em maio de 1930” (PRESTES, 2009, p. 135).

das camadas médias, entre outros foram temas que permearam os grandes conflitos militares ao longo da década de 1920. Tais confrontos se avolumaram ao ponto de romperem com o modelo oligárquico estabelecido após a Proclamação da República: a Revolução de 1930 se apresentou como fruto de um longo processo de acumulação de forças contra a ordem oligárquica até então vigente, e os militares foram elementos centrais para sua realização.

### 1.1.3 O processo de homogeneização das Forças Armadas

A presença dos militares ao longo da vida política nacional se fez patente, como demonstrado, desde a Guerra do Paraguai. A Revolução de 1930 inaugurou uma nova fase para as Forças Armadas, notadamente para o Exército, pois foram alçadas no centro do poder nacional mais decisivamente do que na Primeira República.<sup>18</sup> Apesar de serem lançadas ao centro do poder político, a consolidação do poder militar e a definição de sua ação política exigiram um longo esforço e o enfrentamento de correntes opostas. Em primeiro lugar, a revolução não foi resultado do consenso dentro das Forças Armadas: a Marinha ficou praticamente alheia ao movimento, uma vez que “raríssimos foram os seus elementos que conheceram o que se passava nos meios em que se preparava a revolução” (CARVALHO, 1982, p. 110). Quanto ao Exército, “[...] pode-se dizer que a maioria dos oficiais não aderiu ou, se o fez, foi quando não havia perspectiva da resistência” (CARVALHO, 1982, p. 110). Em segundo lugar, porque a maioria dos oficiais que participou ativamente do movimento era subalterna, sendo “[...] muitos deles remanescentes dos movimentos rebeldes da década de 20 [...]” (CARVALHO, 1982, p. 110). Dessa forma, o movimento militar que propiciou a subida de Vargas ao poder em 1930 não havia conquistado unanimidade dentro das Forças Armadas, bem como não partia primordialmente da hierarquia.

De acordo com Carvalho (1982), o quadro de indisciplina dentro das Forças Armadas era constante, principalmente no Exército, após a vitória dos revolucionários em 1930.<sup>19</sup> O autor salienta que nesse período a promoção dos generais era uma atribuição do presidente da

---

<sup>18</sup> “O conflito entre as principais forças políticas civis e a derrota da mais poderosa delas abriram espaço para que o setor militar da burocracia estatal conquistasse afinal a parcela de poder que não conseguira na última década do século passado e ela qual viera aspirando e às vezes lutando de armas na mão durante a Velha República.” (CARVALHO, 1982, p. 109).

<sup>19</sup> “Conspirava-se muito, nos meios políticos e nos meios militares; os chefes militares antigos estimulavam essas aspirações e conspirações, embora com prudência que o conhecimento da vida lhes conferia [...]” (SODRE, 1967, p. 79).

República, que a manipulava como forma de punir ou premiar oficiais. Assim, o envolvimento de generais na política tinha longa história no Brasil. Contudo:

Com a implantação do Exército no centro do poder, e com a quebra geral do princípio da disciplina, a disputa acirrou-se e adquiriu nova conotação, pois muitos generais passaram a ver-se como naturais candidatos à presidência da República ou aos postos de maior influência na organização, como o Ministério da Guerra e a chefia do Estado-Maior. (CARVALHO, 1982, p. 114).

Segundo Carvalho (1982), as manifestações dos generais indicavam a precariedade dos padrões disciplinares da organização e a instabilidade do sistema de poder em gestação.<sup>20</sup> O autor (CARVALHO, 1999a) ressalta que as Forças Armadas, desde a consolidação da República, eram cooptadas e manipuladas pelas elites políticas, além de estarem desorganizadas e fragmentadas. A revolução, nesse sentido, subverteu a hierarquia, impondo a necessidade de reconstruí-las. Para esse propósito se tornou necessária a criação de novos vínculos, quebrados quando o sistema de lealdades que ligava os generais aos presidentes foi desfeito pelo movimento revolucionário.

Assim, foi na Era Vargas que as Forças Armadas se reconstruíram como atores políticos, sendo um dos pilares de sustentação durante boa parte do governo varguista. O processo de homogeneização das Forças Armadas, ainda conforme Carvalho, se deu em três fases. Na primeira, de 1930-1937, a busca foi pela uniformidade das Forças Armadas, tarefa idealizada pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que, em 1930, foi convidado para “[...] comandar o movimento revolucionário planejado pelas oligarquias dissidentes, lideradas por Vargas, e pelos militares rebeldes que combatera” (CARVALHO, 1999b, p. 56).

A vitória fácil<sup>21</sup> trouxe um problema já destacado acima: a condução da revolta militar ficou por conta dos capitães e tenentes, muitos dos quais foram excluídos do Exército nas

---

<sup>20</sup> Somando as manifestações dos generais, os oficiais subalternos conduziram movimentos próprios ao longo do período: “além de intensa participação na própria Revolução de 30, os sargentos se salientariam em 1932 e em todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos, particularmente as de 1935. Mais ainda, os sargentos, às vezes cabos e soldados levaram adiante movimentos próprios que despertavam reação violenta de parte dos oficiais, inclusive dos tenentes reformistas. Ao contrário dos generais, os movimentos típicos de sargentos eram as rebeliões de quartéis, freqüentemente violentas, com demandas às vezes radicais, embora pouco articuladas” (CARVALHO, 1982, p. 115).

<sup>21</sup> “A vitória foi mais fácil do que se esperava. Embora apenas parcela minoritária do Exército tivesse tomado parte na revolta e todos os generais da ativa tivessem permanecido leais ao governo, o sistema político montado por Campos Sales no início da República já se achava suficientemente desmoralizado, carcomido, na linguagem da época, para que ninguém se dispusesse a arriscar a vida em sua defesa. A grande batalha da revolução, a de Itararé, foi celebrada pelo poeta Murilo Mendes como a maior batalha da América do Sul... que não houve. No melhor estilo brasileiro, quando a sorte do movimento pendeu para os rebeldes, todos aderiram, inclusive os generais do presidente Washington Luis.” (CARVALHO, 1999b, p. 57).

revoltas de 1922 e 1924. Góis Monteiro era o que possuía o posto mais alto, o de tenente-coronel. Para que o grupo vitorioso conquistasse a hegemonia sem romper com a hierarquia das Forças Armadas, era necessário que fossem rapidamente promovidos e, assim, substituíssem os generais da República Velha. Carvalho (1999b) argumenta que tais comissionamentos geraram expectativas que eram mais uma fonte de conflito quando não atendidas pelo novo governo.

Conforme o autor (CARVALHO, 1999b), a fragmentação e a desorganização iniciais dos militares permitiram que Getúlio Vargas manipulasse os membros das Forças Armadas em benefício de seus interesses políticos, isto é, tê-los como um contrapeso às lideranças oligárquicas remanescentes, bem como às novas lideranças civis. Sobre isso, Carvalho afirma: “era um jogo complexo e arriscado a que se dedicou com êxito durante 15 anos, e que incluía o fortalecimento da organização militar e o controle simultâneo de seus chefes” (CARVALHO, 1999b, p. 59). Havia, ainda, nas Forças Armadas dois tipos de conflito: um entre os praças e os oficiais, derivado do modelo de organização militar adotado no Brasil; e outro entre os oficiais, de natureza ideológica e política. Quanto ao segundo, o autor diz que correspondiam a modelos distintos de relação entre militares e política, e identifica três deles.

O primeiro, de influência alemã e francesa, era o modelo que se devolveu nas democracias liberais conforme avançou a hegemonia burguesa. Para seus seguidores, o Exército deveria se dedicar à defesa externa, não devendo agir no âmbito político interno. Tal foi o posicionamento de Góis Monteiro antes de 1930. O segundo era o intervencionismo reformista, “[...] típico de países em que, por razões históricas, o oficialato não se ligava às classes dominantes, e a instabilidade política permitia, e quase exigia, a intervenção dos militares na política interna” (CARVALHO, 1999b, p. 60). No Brasil, tal concepção surgiu com os positivistas e ampliou-se com o tenentismo. O terceiro propunha um exército popular semelhante àqueles do período de luta das revoluções russa e chinesa, empregados como instrumento da luta de classes. Tal concepção “em sua forma extremada, refletia a influência do Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo prestígio entre as Forças Armadas havia crescido significativamente após ter conseguido a adesão do ex-capitão Luis Carlos Prestes em 1931” (CARVALHO, 1999b, p. 60).

O autor afirma que a primeira e a última concepções eram irrealizáveis no momento político pelo qual o país passava. A grande agitação política e a reorganização de forças dos atores políticos tornavam impossível aos militares a neutralidade. Quanto aos que advogavam um exército popular, “[...] enfrentavam dificuldades ainda maiores: os setores mais agressivos

do proletariado, seu aliado natural, tinham longa tradição anarquista de antimilitarismo [...]” (CARVALHO, 1999b, p. 61). Assim:

Sobravam os intervencionistas reformistas, que estavam presos a um dilema: para implementar as reformas, precisavam conseguir o controle da organização; mas, ao tentar controlar a organização, não podiam evitar danos à hierarquia, pois eram oficiais subalternos; tais danos, por sua vez, reduziam o poder da organização e sua capacidade de intervenção eficazmente na política. (CARVALHO, 1999b, p. 61).

O general Góis Monteiro foi o responsável por perceber e formular estratégias para superar tal impasse. Carvalho (1999b) denominou tal saída de intervencionismo tutelar, resumindo seus elementos da seguinte forma: “[...] primeiro, uma visão do Estado como fator preponderante na vida política; segundo, a necessidade de formulação e implementação, pelo Estado, de uma política nacional; terceiro, a necessidade de elites bem treinadas e capazes para dirigir o Estado” (CARVALHO, 1999b, p. 62).

Processaram-se, então, as reformas necessárias para conquistar o objetivo traçado pelo general Góis Monteiro. Entre elas estavam: a instituição do serviço militar obrigatório, uma das primeiras mudanças realizadas; o treinamento de oficiais da reserva nos Centros de preparação de oficiais da reserva (CPNOR) e os Núcleos de preparação de oficiais da reserva (NPOR), espaços em que os membros das classes médias e altas eram absorvidos pelas Forças Armadas; as alterações que dificultaram a promoção dos sargentos ao oficialato; entre outras.<sup>22</sup>

O processo de homogeneização das Forças Armadas contou com o apoio de Vargas e foi operado também com os expurgos que ocorreram após a revolta paulista de 1932, a reação do governo ao integralismo, em 1937 e 1938, e a revolta comunista de 1935. Além da expulsão, havia outras formas de punição que foram utilizadas e que prejudicavam a carreira do oficial atingido, tais como a prisão, a transferência, a advertência, etc. Segundo Carvalho, “constituiu-se, desse modo, a partir de 1932, um novo grupo hegemônico no Exército, cujo poder se consolidou com o golpe de 1937. A cabeça pensante do grupo era, sem dúvida, Góis Monteiro” (CARVALHO, 1999b, p. 65). Eurico Gaspar Dutra complementou Góis na missão de homogeneizar as Forças Armadas. Ele foi descrito como: “modesto, tímido, sem ambição política ou pretensões intelectuais. Dutra era um executor, um administrador, um disciplinador,

<sup>22</sup> “Os candidatos às escolas militares, aí incluindo a Academia Militar, passaram a ser discriminados segundo a religião, cor, raça, família e ideologia. Não-católicos, sobretudo judeus, negros, filhos de imigrantes, filhos de pais não legalmente casados, ou de pais com ideias políticas indesejáveis, passaram a ser vetados. [...] Uma vez ingressados nas escolas militares, os alunos passavam agora por um intenso processo de doutrinação. [...] o combate ao comunismo exigia a coragem de copiar os métodos do inimigo, entre os quais a preparação ideológica dos militares era dos mais importantes.” (CARVALHO, 1999b, p. 63).

um homem da caserna” (CARVALHO, 1999b, p. 65). Os dois militares ocuparam posições centrais, desde 1933, no Ministério da Guerra, na chefia do Estado Maior do Exército e na presidência do Clube Militar.<sup>23</sup>

A segunda fase de reconstrução e homogeneização das Forças Armadas (1937-1945) ficou marcada pelo questionamento da aliança entre Vargas e os militares por outras lideranças civis, uma vez que tinham o protagonismo dos últimos na política nacional. Conforme Carvalho, Osvaldo Aranha propôs a criação de legiões civis para contraporem-se à ameaça do militarismo. Após a manifestação de Aranha, os militares produziram uma Proclamação do Exército, a qual “[...] lançou forte ataque contra os políticos civis [...] e pediu reformas sociais, inclusive a divisão dos latifúndios, o que atingia no coração os interesses das oligarquias que haviam dominado a República” (CARVALHO, 1999b, p. 66). As posições até então apresentadas refletiam as contradições essenciais da política nacional, Uma vez que as Forças Armadas e as classes dominantes tinham interesses divergentes.<sup>24</sup>

A revolta paulista de 1932 foi uma tentativa da fração da oligarquia derrotada em 1930 de retomar o governo central e o *status quo* anterior: a “Revolta de 1932 pedia a volta ao regime liberal, a restauração do sistema constitucional do federalismo, da disciplina militar” (CARVALHO, 1999b, p. 67). Apesar da vitória de Vargas, ficou patente a debilidade de suas bases civis. Segundo Carvalho, a partir disso, Vargas passou a conter o avanço dos militares reformistas que formavam sua base de sustentação durante a ditadura (CARVALHO, 1999b). No campo militar, o Exército expulsou os opositores e conquistou uma elevação na destinação dos recursos orçamentários. Quanto às classes dominantes, ficou claro que o modelo político da República Velha não era mais possível.

Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>25</sup> foi fechada pelo governo, mas, pouco tempo depois, foi organizada e conhecida como Intentona Comunista. No Exército houve

---

<sup>23</sup> “A primeira fase do relacionamento de Vargas cm as Forças Armadas foi, assim, algo turbulenta. Do lado da instituição militar, Góis e seus aliados contaram com Vargas para promover expurgos e reformas. Do lado de Vargas, o presidente pode contar com os militares nos momentos difíceis, como a Revolta Paulista de 1932, a eleição de 1934, a revoltas de 1935, o golpe de 1937. Ao longo do processo, as Forças Armadas se consolidaram como novo ator e tiveram seu papel político redefinido.” (CARVALHO, 1999b, p. 66).

<sup>24</sup> “Eram interesses que reclamavam mudanças no regime político no sentido de maior centralização, menor poder para as oligarquias regionais, controle das Forças Armadas sobre as polícias militares estaduais, maior intervenção do Estado na economia. Os setores de esquerda das Forças Armadas, por seu turno, propunham reformas que desafiavam as elites civis *como classe dominante* e ameaçavam, potencialmente, o próprio Estado.” (CARVALHO, 1999b, p. 67, grifo do autor).

<sup>25</sup> A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política fundada oficialmente em 12 de março de 1935, com o objetivo de combater o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Reunia diferentes correntes políticas (socialistas, comunistas, democratas, católicos) e distintos setores sociais (proletários,

expurgos, e o governo conseguiu aprovar o estado de sítio e outras medidas que favoreciam a repressão. Em 1937, as eleições foram bloqueadas pelo governo, e iniciou-se a ditadura varguista. Conforme Carvalho, nesse momento:

A idéia de Forças Armadas como instituição politicamente neutra havia desaparecido completamente, assim como havia sido também abandonada sua concepção como instrumento de reforma social, como vanguarda do povo. Agora, a ideologia do intervencionismo tutelar apresentava o Exército como parte do Estado e como instrumento de sua política. (CARVALHO, 1999b, p. 69).

A política levada a cabo durante o Estado Novo seguiu uma concepção a partir da qual a política do Exército, idealizada por Góis Monteiro, era preponderante. Isto é, houve um projeto de desenvolvimento nacional apoiado pelas Forças Armadas e dirigido pelo Estado.<sup>26</sup> Assim, “o Estado Novo veio coroar e levar às últimas consequências o modelo visualizado por Góis Monteiro” (CARVALHO, 1999b, p. 71). Portanto:

Após a repressão das forças da esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, o Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que da defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional. (MARTINS FILHO, 2016, p. 104-105).

A terceira fase pode ser identificada entre os anos de 1945-1964. Conforme Carvalho (1999b), desde o começo da era Vargas havia uma preocupação por parte do governo com a questão social, sendo que tal preocupação se evidenciou na legislação sindical e trabalhista que resultou na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a aproximação da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, intensificou-se o processo tendente à democratização. Em contrapartida, a imagem de Vargas como o “pai dos pobres” foi sendo construída. Essa aproximação dos trabalhadores foi a causa da ruptura entre as frações dominantes das Forças Armadas e Vargas, “[...] já então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o Estado, não aceitaram a busca de novo ator político que lhe era política e ideologicamente antagônico” (CARVALHO, 1999b, p. 73).

---

intelectuais, profissionais liberais e militares) e esteve no centro do levante comunista de 1935. Para uma síntese ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-nacional-libertadora-anl>

<sup>26</sup> “O Exército se tornou, desse modo, um ator político capaz de secundar a ação nacionalizante de Vargas, com o qual estava de pleno acordo. O casamento consolidou-se em 1937, quando foi implantado o Estado Novo com total apoio do Exército controlado pelos generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra. A marinha, não sofrera o problema da desagregação, também aderiu.” (CARVALHO, 1999a, p. 342).

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, lutando ao lado das forças estadunidenses, exerceu grande influência em alguns setores das Forças Armadas<sup>27</sup>, de modo que, “[...] quando começou a ligação militar com os americanos, o Brasil mandou oficiais aos Estados Unidos para freqüentarem escolas militares americanas. Foram capitães para Fort Bening, de artilharia para Fort Sill, e assim por diante” (GEISEL *apud* D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 89). A aproximação com os Estados Unidos<sup>28</sup> e a centralidade da afirmação do Brasil enquanto nação ligada historicamente à cultura ocidental orientaram o debate político da fração hegemônica dentro das Forças Armadas em direção ao combate ao comunismo<sup>29</sup> no país, bem como para o fortalecimento das relações capitalistas internas em ligação estreita com a potência hegemônica. Desse modo:

O que afastou Vargas dos militares foi exatamente esse novo ator político que ele estava construindo ao final do Estado Novo, o movimento trabalhista. Os militares tinham desenvolvido, desde 1935, um fortíssimo viés anticomunista, alimentado inclusive por falsificações de episódios históricos referentes às revoltas desse ano. O anticomunismo passou a ser marca registrada dos militares. A adesão dos comunistas a Vargas, ao final do Estado Novo, fez

---

<sup>27</sup> “Nós, aqui, assimilamos a doutrina militar americana, mas o Exército continua com o problema da deficiência de meios materiais: teoricamente adotamos uma série de normas e de princípios, mas sua execução prática não é correspondida pelos recursos que temos. Ficamos com uma doutrina, ficamos com uma mentalidade, inclusive de formação profissional em nossas escolas, mas os meios de ação para pôr essas idéias em execução, se necessário, nós não temos.” (GEISEL *apud* D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 93).

<sup>28</sup> Conforme Figueiredo: “a fim de alimentar o anticomunismo na América Latina, os EUA começaram a investir pesado na doutrinação dos militares da região, sobretudo os do Brasil. Oficiais brasileiros passaram então a ser assediados por seus colegas americanos com convites para estágios nas academias militares dos Estados Unidos. Acostumados à indigência material das Forças Armadas do Brasil, os oficiais eram levados para cursos nas modernas instalações de Fort Leavenworth (Kansas), Fort Bening (Geórgia) e Fort Sill (Oklahoma), onde tinham contato com as tecnologias e estratégias de guerra mais avançadas do mundo. EM pouco tempo, o governo dos Estados Unidos percebeu que seria mais cômodo e rápido doutrinar os militares brasileiros no próprio Brasil. Assim, em 1949, os EUA fornecem o apoio logístico e a inspiração para a criação da Escola Superior de Guerra, a ESG, uma academia de alto nível para militares baseada no National War College americano” (FIGUEIREDO, 2005, p. 55).

<sup>29</sup> “Consolidada a República, quando nem os príncipes herdeiros imperiais sonham com a restauração da monarquia, é o comunismo que irá motivar a mobilização dos militares na defesa das instituições em um movimento que se institucionalizará na doutrina de segurança nacional, ministrada pela Escola Superior de Guerra à oficialidade formada em seus quadros.” (SILVA, 1984, p. 98). “A partir de 1947, o advento da guerra fria inauguraria uma fase em que o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 30 e 40 por Góes Monteiro. Ao mesmo tempo, a divisão do mundo sob a guerra fria serviu para agravar as tendências anticomunistas já existentes nas Forças Armadas, particularmente depois da rebelião de 1935.” (MARTINS FILHO, 2016, p. 106-107). Ainda se tem que: “a tentativa dos comunistas de fazer a revolução no Brasil resultara numa desconfiança insuperável por parte dos militares. Esse sentimento anticomunista no seio das Forças Armadas foi intensificado na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nos campos de batalha da Itália, a FEB atuara subordinada ao Exército dos Estados Unidos e, por conta disso, muitos oficiais brasileiros voltaram da guerra ‘americanizados’. Até então a escola militar francesa era a maior influência entre a oficialidade brasileira. Mas, depois de ser treinada e doutrinada pelos americanos, boa parte da elite das Forças Armadas passou a reverenciar as estratégias de defesa dos Estados Unidos – estratégias estas baseadas no modo de organização liberal da sociedade. Dos Estados Unidos herdaram também a fobia ao comunismo” (FIGUEIREDO, 2005, p. 53).

com que o trabalhismo, criado por Vargas, fosse visto pelos militares como um movimento no mínimo filocomunista. O casamento entre Vargas e os militares entrou em crise que culminou em divórcio em 1945. (CARVALHO, 1999a, p. 343).

Em 1945, ficaram contra Vargas seus principais aliados durante o Estado Novo, a saber, Góis Monteiro, Dutra, Canrobert Pereira da Costa, entre outros, movidos pelo receio do que denominavam de “perigo comunista” adjacente à política trabalhista varguista, bem como aliados pré-Estado Novo, entre eles, Juracy Magalhães e Juarez Távora. Ao seu lado, ficaram os generais Paquet, Odílio Denis, Estillac Leal e o brigadeiro Nero Moura. Vargas foi deposto em outubro de 1945. Sobre o assunto, Carvalho afirma: “do lado dos militares, foi uma operação inédita: pela primeira vez as três armas agiram em conjunto, foi o primeiro golpe planejado pelos três estados-maiores” (CARVALHO, 1999b, p. 75).

A candidatura de Vargas para as eleições de 1950 abriu novamente um flanco de combate entre as facções que o apoiavam e as que o depuseram: “o general Estillac Leal, nacionalista, foi lançado candidato à presidência do Clube Militar como uma espécie de teste da viabilidade militar da candidatura do ex-ditador” (CARVALHO, 1999b, p. 75). Estillac foi eleito. Contudo, apesar de tal vitória indicar o apoio à fração nacionalista e à Vargas entre setores da oficialidade, ela se deu em um contexto histórico completamente diferente. As Forças Armadas eram um corpo homogeneizado pelos expurgos anteriores, e, dessa forma, já não era possível para Vargas jogar com as ambições dos generais, lançando um contra os outros.

Em maio de 1954, o general Canrobert foi eleito presidente do Clube Militar. Em agosto, o major da Aeronauta, Rubens Vaz, foi assassinado em um atentado direcionado a Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional (UDN). As tensões se elevaram e os militares passaram a pedir a renúncia de Vargas quando as investigações ligaram membros de sua guarda pessoal ao ataque a Lacerda. No dia 24 de agosto de 1954, Vargas se suicidou.<sup>30</sup>

A morte de Getúlio Vargas não extinguiu o conflito, mas o transferiu para aqueles que eram vistos como seus herdeiros políticos. Desse modo, a candidatura de Juscelino Kubitschek foi combatida pelos mesmos setores militares que se opunham a Vargas, encontrando freio no grupo militar nacionalista que conseguiu impedir o golpe em marcha em 11 de novembro de 1955. Visto como um dos herdeiros políticos do varguismo, Kubitschek conseguiu governar

---

<sup>30</sup> “Era a segunda vitória da facção que o derrubara em 1945. Novamente teve êxito uma operação integrada da hierarquia militar, na qual a ação da facção anti-Vargas se escondia sob a justificativa do interesse de toda a corporação. Os partidários militares de Vargas não tiveram força nem legitimidade para reagir, enquanto os neutros se deixavam levar pelo argumento corporativo e anticomunista.” (CARVALHO, 1999b, p. 78).

com relativa tranquilidade em relação aos setores militares, mas o conflito se recrudesceu em 1961 com a posse de João Goulart após renúncia de Jânio Quadros, que foi a termo com a vitória dos golpistas em 1964.

## 1.2 A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DO CLUBE MILITAR

O Clube Militar é uma associação civil fundada em 26 de junho de 1887. Conforme Sodré (1979), encerrada formalmente a Questão Militar, alguns oficiais decidiram, no Rio de Janeiro, fundar uma associação de classe<sup>31</sup> semelhante ao Clube Naval, porém abrangendo a Marinha e o Exército. Foi no Clube Naval<sup>32</sup> que oficialmente se fundou o Clube Militar (CM), e sua primeira diretoria foi composta pelo:

[...] general Deodoro da Fonseca (presidente) e dos oficiais Custódio de Melo (vice-presidente), José Simeão de Oliveira (primeiro-secretário), Marciano Magalhães (segundo-secretário), Benjamim Constant (tesoureiro), José Marques Guimarães, Eduardo Wandenkolk e Antônio Sena Madureira (comissão de imprensa). Com exceção de Custódio de Melo e Wandenkolk, oficiais da Marinha, os demais membros da diretoria eram do Exército. Numa segunda reunião, em 4 de julho, Sena Madureira apresentou os estatutos do clube. (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

Segundo Barreto (1988), como parte das finalidades da nova associação, dispostas em seus estatutos, o CM deveria “[...] defender pela imprensa e junto aos poderes do Estado, os direitos legítimos da classe militar” (ALMEIDA, 1978 *apud* BARRETO, 1988, p. 113).

Segundo Lamarão e Montalvão, entre seus principais objetivos constava:

[...] “estretar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”, “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar”. (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

Era, portanto, uma associação de classe, não diretamente subordinada ao controle hierárquico superior, de participação voluntária e aberta aos membros das Forças Armadas, na qual foi predominante a presença do Exército.<sup>33</sup> Barreto explica que: “em razão dessa predominância e por ter o Exército hegemonia sobre os dois últimos [Marinha e Aeronáutica],

<sup>31</sup> O termo classe aqui não se refere ao conceito de classe social, mas sim ao sentido de categoria profissional, ou agrupamento profissional.

<sup>32</sup> Verbetes sobre o Clube Naval: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-naval>

<sup>33</sup> “Embora aberto aos demais ramos das Forças Armadas, os sócios prevaletentes do Clube são os oficiais do Exército, isto até pelo fato de a Marinha e a Aeronáutica já terem seus próprios Clubes.” (BARRETO, 1988, p. 117-118).

inevitavelmente o Clube Militar passaria a ter predominância e prestígio superiores aos das demais associações” (BARRETO, 1988, p. 117-118).

A fundação do Clube Militar pode ser localizada historicamente no “[...] influxo da mobilização suscitada pela ‘questão militar’ e no calor da vitória obtida sobre os notáveis da política imperial” (MORAES, 2005, p. 81). Quando da sua criação, é importante notar que os ideais republicanos, de matriz positivista, já estavam presentes nas escolas militares brasileiras, “[...] tendo no tenente-coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães, professor da Escola Militar e da Escola Superior de Guerra da Corte, um dos seus mais destacados divulgadores” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d). Cabe destacar ainda que o CM esteve presente nos momentos fundamentais da abolição da escravatura, como quando do pedido, em outubro de 1887, feito pelo general Deodoro da Fonseca à princesa regente dona Isabel contra o uso do Exército no aprisionamento de escravos fugitivos, e da Proclamação da República, em ocasião que:

Em sessão extraordinária do clube, convocada no dia 9 de novembro de 1889 para tratar de um incidente entre um tenente e o visconde de Ouro Preto, chefe do Gabinete Imperial, Benjamim Constant criticou violentamente os atos do governo, acusando-o de promover hostilidades contra o Exército. No final de sua exposição, pediu “plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a honra e a dignidade”. Nessa reunião, ingressaram no clube — que até então contava com pouco mais de cem sócios, dos quais a maioria oficiais de baixa patente — mais de 40 oficiais sabidamente republicanos. Nos dias seguintes, Benjamim Constant promoveu encontros de Deodoro com líderes civis republicanos. No dia 15 de novembro, o presidente do Clube Militar proclamava a República. (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

Embora Antônio Carlos Peixoto (1980) defenda que o Clube tenha se modificado de uma associação recreativa para um centro ativo de formulação e discussão de opções políticas, Barreto (1988) o contesta, defendendo que:

[...] o Clube nunca atuou *unicamente* com fins recreativos. De acordo com a correlação de forças políticas existentes, o Clube alternava o exercício de diversos papéis característicos de um aparelho ideológico de Estado, ora atuando como associação recreativa-beneficente, ora como grupo de pressão. (BARRETO, 1988, p. 113, grifo da autora).

A autora, ao estudar os estatutos, nota que o Clube Militar foi criado com fins nitidamente políticos, uma vez que estava presente entre suas atribuições o cuidado dos interesses coletivos de seus sócios. Tal cuidado englobava um amplo espectro de atividades, desde fomentar estudos patrióticos a interessar-se por questões que afetavam ou poderiam afetar a honra das classes armadas, entre outros. Marcando também essa característica política para

além de uma associação de classe recreativa, Silva (1984) diz: “[...] o Clube Militar tem, em sua tradição, a luta política. Fundado para os debates das idéias republicanas, sempre em seu recinto foram tratados os assuntos políticos que motivaram as Forças Armadas” (SILVA, 1984, p. 174).

Essa tradição de atuação política transformou o clube em palco de disputas entre as diversas vertentes ideológicas que o compuseram.<sup>34</sup> Sua importância era sentida não apenas dentro das instituições militares, mas também fora, uma vez que se configurava como um espaço de posicionamento político relativamente livre das amarras da hierarquia militar, pois não era diretamente submetido ao controle do ministro da Guerra. Para Barreto (1988):

O Clube é considerado por nós como uma organização em relação dialética com a sociedade, e, assim sendo, expressa as contradições existentes nesta última. Nesse sentido o Clube Militar é uma organização debatendo-se entre a autonomia e a heteronomia no interior de um corpo social onde prevalecem as contradições e lutas pela manutenção e reprodução do poder da classe dominante. (BARRETO, 1988, p. XIII).

Dessa forma, pode-se afirmar que o Clube Militar, desde a sua constituição, foi caracterizado por ser um espaço de defesa dos aspectos da vida na caserna, mas que ia além ao se estruturar como um profícuo espaço para discussões políticas amplas. Tais discussões abrangiam não apenas questões relativas à vida militar, mas também à política nacional e às formas de desenvolvimento econômico-social do país. Assim, em um contexto de intensa participação dos militares na política nacional, o CM foi um espaço que abrigou e refletiu para o conjunto da sociedade as contradições criadas nesse processo.

### 1.2.1 Nacionalistas e antinacionalistas

Peixoto (1980) reflete sobre o modo como as Forças Armadas absorveram as pressões e processos que se desenvolviam na sociedade brasileira. Conforme o autor, os militares respondiam a essas pressões por intermédio da atuação de grupos no seu interior, bem como por posicionamentos corporativos, que indicavam, sobretudo “[...] o grau de controle de que a hierarquia dispunha sobre os grupos militares, ainda que se considere que as decisões da hierarquia foram no sentido de sustentáculo de uma ou outra das forças em confronto dentro da sociedade global” (PEIXOTO, 1980, p. 72). Desse modo, a formação de grupos ou subgrupos

---

<sup>34</sup> “Através do Clube Militar as Forças Armadas intervêm no processo político brasileiro, enquanto força ideológica e como grupo de pressão. Nele dar-se-á a luta pela hegemonia entre as correntes políticas existentes no Exército.” (BARRETO, 1988, p. X).

com posições político-ideológicas distintas dentro das Forças Armadas não questionava necessariamente o seu funcionamento hierarquizado, uma vez que os grupos reivindicavam a representação de interesses políticos e profissionais corporativos, conjuntamente com o respeito aos mecanismos hierárquicos.<sup>35</sup>

Ainda segundo Peixoto (1980), os mecanismos de cisões e consensos dentro do grupo militar não eram o resultado direto das pressões da sociedade global ou da hierarquia, pois havia mecanismos especificamente militares, do mesmo modo que existiam processos próprios da sociedade que podiam interferir na criação de determinado consenso.<sup>36</sup> Importa notar que o autor não desconsidera que a organização do debate entre as correntes militares fosse difícil, uma vez que não existiam canais adequados para isso dentro da estrutura militar, convertendo as associações militares<sup>37</sup>, como o Clube Militar, em meio pelo qual se fomentava a discussão. Assim:

No caso brasileiro, pode-se até ir um pouco mais longe e dizer que o Clube Militar foi, sobretudo nos anos da década de 50, um elemento privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar, porquanto refletiu a opinião das diferentes correntes militares sobre os problemas da atualidade política e da instituição militar. As eleições para a diretoria do Clube, por sua vez, permitiram conhecer o estado dessa opinião e medir a influência dessas correntes. (PEIXOTO, 1980, p. 73).

Apesar de Peixoto dizer que foi sobretudo a partir da década de 1950 que o Clube Militar refletiu a opinião de diferentes correntes militares, Lamarão e Montalvão (s/d) citam diversos momentos nos quais a associação esteve diretamente envolvida em conflitos políticos com o governo. Como exemplos, estes autores registram alguns acontecimentos. O primeiro ocorreu

---

<sup>35</sup> Nesse sentido, “se buscam isolar os grupos oponentes, nem por isso tentam provocar uma cisão declarada da instituição militar, embora essa situação se tenha apresentado vez por outra. Os grupos e correntes militares falam em nome da instituição considerada em sua globalidade. Os acordos que possam ser feitos ou o apoio que eles possam dar a grupos e partidos políticos civis não os transformam, portanto, em simples representantes de correntes civis. Os mecanismos de formação das cisões e do estabelecimento do consenso não são forçosamente os mesmos que se acham na vida civil” (PEIXOTO, 1980, p. 72). Ainda: “as Forças Armadas apresentaram, ao longo de sua história, divergências internas, sem, porém, prejuízo de sua unidade e disciplina porque, sempre, as cúpulas e os altos comandos assumiram o encargo dos pronunciamentos. Foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que se apresentou uma divisão, que se fez cada vez mais profunda e irreversível até culminar no movimento de março de 1964, na vitória de uma facção e o alijamento, por ela, da corrente contrária, com o expurgo de seus oficiais” (SILVA, 1984, p. 173).

<sup>36</sup> “É, pois, na interação entre o processo político global e o processo político no âmbito das Forças Armadas que é preciso buscar as causas da formação de grupos e subgrupos militares, de suas opções ideológicas ou políticas, e identificar os mecanismos da intervenção militar, quando esta assume forma institucional.” (PEIXOTO, 1980, p. 73).

<sup>37</sup> “Em certos casos, essas associações podem mesmo tornar-se o lugar privilegiado de confronto entre as correntes militares. Por conseguinte, elas assumem importância absolutamente nova no contexto político nacional e assumem funções de articulação ou de organização do debate político e de representação formal ou informal de correntes majoritárias nas Forças Armadas.” (PEIXOTO, 1980, p. 73).

durante a República Velha, em 1894, na ocasião em que o presidente Prudente de Moraes demitiu o general Paulo Argolo do Ministério da Guerra por conta do seu apoio ao protesto do CM contra o veto ao aumento salarial. Já em 1896, ainda sob a presidência de Prudente de Moraes, o Clube aprovou uma moção discordando da orientação seguida pelo governo no contexto da Guerra dos Canudos. Em 1897, o Clube Militar foi acusado de participar de uma tentativa de assassinar o presidente. Como consequência, teve sua sede fechada e só foi reaberta em 1901, no governo Campo Sales. Por fim, em 1916, o governo de Wenceslau Brás, “[...] advertiu um grupo de oficiais que, reunidos no Clube Militar, protestou contra um possível aumento dos descontos sobre seus vencimentos e contra a alta do custo de vida” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d). Também, segundo os autores, a instituição esteve diretamente envolvida nos acontecimentos que levaram ao movimento tenentista na década de 1920.

Nesse contexto, a partir do desenvolvimento econômico e industrial do Brasil no pós-1930, as questões sobre os rumos do desenvolvimento do capitalismo estavam presentes na sociedade.<sup>38</sup> As relações com o exterior e o papel do Brasil em âmbito internacional também faziam parte desse rol de discussões, mais precisamente o caminho a ser seguido pela revolução burguesa brasileira no que dizia respeito aos tipos possíveis de configuração para desenvolvimento industrial: “[...] de um lado, a industrialização baseada na intervenção do Estado, na mobilização de recursos tecnológicos e financeiros nacionais, e, de outro, um processo industrial que admitia a participação crescente do capital estrangeiro” (PEIXOTO, 1980, p. 76).

Para o autor (PEIXOTO, 1980), a questão que norteava o debate centrava-se na dúvida quanto à capacidade de o liberalismo político garantir o desenvolvimento nacional, de modo que as opções democráticas e autoritárias encontravam partidários em todos os setores da vida política brasileira, inclusive nas Forças Armadas. Quanto à política externa, o ponto principal era discutir se o Brasil deveria se expressar por meio de um sistema de reconhecimento tácito e relacionamento privilegiado com os Estados Unidos<sup>39</sup> ou se seguiria uma política externa que

---

<sup>38</sup> Debatia-se sobre as “[...] orientações e medidas a adotar sob o ponto de vista econômico, e de outro, ao papel do Estado na organização da máquina da produção nacional. Ao mesmo tempo, esse debate englobava as formas de organização da vida política brasileira, sobretudo depois que o surgimento de um proletariado urbano e o aumento das camadas médias tornavam impossível a manutenção do monopólio do poder exercido pelas oligarquias durante a República Velha [...]” (PEIXOTO, 1980, p. 76).

<sup>39</sup> Conforme Martins Filho, a produção teórica da Escola Superior de Guerra (ESG) culminou em uma doutrina militar que tinha como fundamento uma ligação profunda do Brasil com o mundo ocidental, bem como sua segurança só estaria garantida ao se derrotar a URSS. Nesse sentido: “[...] na teoria geopolítica que surgiu junto com a ESG, o destino do Brasil estava indissolúvelmente ligado ao destino do Ocidente e a soberania nacional só seria defendida numa guerra sem tréguas à sua principal ameaça: o Império Universal da URSS. No quadro do conflito entre as duas potências, caberia ao Brasil a defesa do estuário amazônico, do Nordeste e do Atlântico Sul.”

recusava a liderança mundial estadunidense e buscava certa neutralidade face às divisões do sistema internacional. Desse modo:

Desenvolvimento econômico, organização política e política internacional, tais eram os grandes temas de debate no seio da instituição militar. Foi em torno desses assuntos que se criaram cismas político-ideológicos e se organizaram as correntes militares que agiam no interior das Forças Armadas e disputavam o controle do Clube Militar. (PEIXOTO, 1980, p. 77).

Ainda em relação aos grandes temas discutidos pelos militares daquele período, não é possível considerar que se articulassem de maneira única, pois, objetivamente, ser contra a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento industrial não significava, necessariamente, um posicionamento político-ideológico favorável à forma democrática de organização do poder político. Portanto, não havia incompatibilidade entre negar a participação do capital imperialista em projetos de desenvolvimento nacional e, ao mesmo tempo, negar o controle do poder político aos trabalhadores.

A partir de sua atuação político-ideológica sobre a realidade, pode-se estabelecer duas concepções distintas entre os militares: a primeira englobava os que defendiam o avanço da revolução burguesa no Brasil com um maior grau autonomia em relação aos países imperialistas; na segunda estavam os que desejam o oposto, isto é, menor autonomia frente ao capital estrangeiro e, conseqüentemente, menor participação dos trabalhadores nos meios para se alcançar e exercer prestígio social e poder político. Essas duas frações entraram em conflito em diversas ocasiões durante a fase republicana, quadro que evoluiu até a vitória dos contrarrevolucionários a partir de 1964.

O debate entre os militares nacionalistas<sup>40</sup> e os antinacionalistas dentro das Forças Armadas foi o principal ponto de divergência e disputa. Peixoto diz que o nacionalismo, no contexto brasileiro daquela época, “[...] significava antes de mais nada uma industrialização realizada com recursos nacionais” (PEIXOTO, 1980, p. 78). Para esse grupo, a ruptura com os quadros tradicionais de dominação oligárquica significava formas de organização política e

---

(MARTINS FILHO, 2016, p. 108). E ainda: “com base nessa constatação, a doutrina hegemônica no seio das Forças Armadas vinculou num pacto faustino aos objetivos da Nação aos objetivos da Segurança Nacional dos Estados Unidos. Como a Quinta Sinfonia de Beethoven, dizia o coronel [Golbery do Couto e Silva], os acordos iniciais da guerra fria marcavam o desafio que se apresentava: cabia às elites do país aceitar ou não esse destino manifesto” (MARTINS FILHO, 2016, p. 109, grifo nosso).

<sup>40</sup> De acordo com Santos (1995), “para os nacionalistas era necessário combater sobretudo a ideologia liberal que se opunha ao protecionismo, à indústria nacional, à participação do Estado na criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento e à imposição de limites ao capital estrangeiro” (SANTOS, 1995, p. 67).

econômica que se afastavam do liberalismo<sup>41</sup> elitista e proporcionavam um cenário social favorável à industrialização:

Em tais circunstâncias, é natural que o desenvolvimento industrial não coincidissem com um poder de tipo liberal, tanto mais que o liberalismo era a base ideológica dos grupos agroexportadores e dos setores da elite política afastados por Vargas e pelo Estado Novo [...] a corrente nacionalista militar, que se formou durante o período da ditadura de Vargas (1937-45), associava o discurso liberal às tentativas de grupos agrários e exportadores para recuperarem o poder, perdido em grande parte por esses grupos após a Revolução de 1930. (PEIXOTO, 1980, p. 78).

Nesse sentido, Peixoto (1980) afirma que o nacionalismo, enquanto ideologia de um desenvolvimento de tipo nacional, não privilegiava qualquer exercício do poder político, pois antes advogava soluções que estimulassem a industrialização e evitassem a penetração, sem forte controle estatal, do capital estrangeiro. Há de se frisar que não se pode encontrar uma corrente das Forças Armadas contrária à dimensão industrializante da revolução burguesa, uma vez que o desenvolvimento industrial ligava-se diretamente à elevação do poder nacional. A discordância se dava quanto aos meios para alcançá-la. A corrente nacionalista propunha investimentos diretos do Estado nos setores-chave da economia e a utilização de instrumentos macroeconômicos, como o controle do câmbio, do sistema de crédito, de impostos, entre outros, tal como feito durante o Estado Novo.<sup>42</sup> Além disso:

O nacionalismo é também favorável à centralização econômica, à redistribuição do ingresso, à reforma agrária (em geral a sua ala esquerda) e a um conjunto de medidas sociais (educação popular, alfabetização, etc.) que conformem a aspiração de um capitalismo moderno, intervencionista, de estilo social-democrata, que promova o desenvolvimento nacional e independente da economia, a redistribuição do ingresso entre as classes e as regiões; elimine os “restos feudais” ou pré-capitalistas; democratize a sociedade e a política;

<sup>41</sup>“Mas o nacionalismo, sobretudo no interior das Forças Armadas, caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas principalmente na oposição aos grupos agroexportadores, mais do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina política.” (PEIXOTO, 1980, p. 78).

<sup>42</sup> Sodré (1979) assim caracterizará o Estado Novo: “[...] episódio da ascensão burguesa em nosso país, numa etapa em que a burguesia tinha condições para prosseguir na remodelação do aparelho de Estado, conciliando com o latifúndio e com o imperialismo e reprimindo duramente a classe operária. Foi uma estrutura que assentou no pretorianismo militar, isto é, na dominação das cúpulas militares que expressavam, nos seus atos, tendências e decisões, os interesses do latifúndio e do imperialismo” (SODRÉ, 1979, p. 288-289). Sobre a repressão: “começou, assim, em 1946, a duríssima repressão policial que caracterizou o período de governo do general Eurico Gaspar Dutra. Dentro dos mesmos moldes estadonovistas, assassinavam ou espancavam, nas prisões ou em público, trabalhadores, intelectuais e até chefes militares, iguados no tratamento” (SODRÉ, 1979, p. 291). Ainda: “depois do golpe de 1937, os militares passaram a ser os principais fiadores tanto da ordem social como da política de desenvolvimento nacional do regime do Estado Novo. Após a repressão das forças de esquerda, do movimento integralista e das oligarquias regionais, Estado e Forças Armadas tornavam-se difíceis de distinguir. Mais do que da defesa nacional, o Exército cuidava da ordem interna e fazia-se fiador da política de industrialização nacional” (MARTINS FILHO, 2016, p. 105).

moralize e racionalize a administração pública; desenvolva a educação; a ciência e a tecnologia, etc. (SANTOS, 1995, p. 68).

Vale lembrar que Barreto (1988) discorda de Santos (1995) quanto ao apoio do militares nacionalistas às pautas progressistas. Para a autora, ambas as frações defendiam o *status quo*, não havendo “[...] por parte dos nacionalistas nenhuma proposta no sentido de mudanças mais profundas a nível estrutural e social” (BARRETO, 1988, p. 26). Ambas as facções também desejavam intervir no cenário político conturbado da época para pôr em prática a política *do Exército*.

Já para os antinacionalistas, como dito anteriormente, a solução para o subdesenvolvimento brasileiro e os problemas por ele gerados não estava na ênfase dada à vocação agrícola do país, mas sim no espaço que o capital estrangeiro e, principalmente, os Estados Unidos, teriam nesse processo. Dessa forma, a aliança entre as frações militares antinacionalistas e os grupos civis liberais não se estabeleceu a partir de uma identidade econômica, uma vez que os militares como um todo eram favoráveis à industrialização. Para esse grupo o ponto de convergência era outro. Nesse sentido:

Os grupos militares antinacionalistas não se opunham à industrialização: eles eram contra a política de Vargas, com todas as suas implicações. O que não aceitavam nessa política era sobretudo a mobilização e a participação crescente da classe operária, além da política externa que se afastava da aliança privilegiada com os Estados Unidos. Para esses grupos, industrializar significava atrair o capital estrangeiro, reforçar os laços com os Estados Unidos, enquanto se mantinha a classe operária afastada do processo político. A oposição a Vargas e ao populismo eram, portanto, o cimento de uma coligação cujos interesses não eram idênticos. (PEIXOTO, 1980, p. 80).

Entende-se, portanto, que as correntes militares antinacionalistas não podem ser consideradas como simples representantes das oligarquias e dos interesses agroexportadores, uma vez que é “[...] no nível da intervenção do Estado e do grau de abertura do processo econômico brasileiro à economia internacional que podemos encontrar as fontes das cisões militares acerca do desenvolvimento do Brasil” (PEIXOTO, 1980, p. 80). Assim, para Barreto (1988), o conflito entre as duas vertentes girava em torno do modo como essa atuação deveria acontecer:

Enquanto os primeiros estendiam os debates aos oficiais de menor patente através da tribuna formada no Clube Militar, os últimos, obedecendo os princípios da doutrina de Góes Monteiro, pregavam o fortalecimento do Estado Maior, sendo através deste a prática das intervenções das Forças Armadas no quadro político. (BARRETO, 1988, p. 30).

Logo, para a autora:

[...] a conduta da facção nacionalista, ao advogar um intervencionismo reformista e, ao envolver o baixo e médio escalão de oficiais, entrará em contradição com os antinacionalistas que também defendiam a intervenção à condição de ser realizada pela alta cúpula, pelo Estado Maior. (BARRETO, 1988, p. 29).

É possível observar que ambas as frações militares que hegemonizaram as disputas políticas até o desfecho, em 1964, convergiam quanto à compreensão sobre a mudança do padrão de desenvolvimento do capitalismo brasileiro: para elas, a industrialização já era um consenso. O conflito se concentrava no modelo: mais ou menos soberano, mais ou menos nacional, com maior ou menor participação da classe trabalhadora nos frutos resultantes desse processo.

### 1.2.2 A política no Clube Militar

O Clube Militar esteve à frente de inúmeros episódios decisivos para a história nacional, tal como foi salientado na seção anterior. Com relação à Revolução de 1930, Lamarão e Montalvão (s/d) afirmam que a instituição se dividiu quanto à posição que deveria adotar, pois entre seus membros havia os que apoiam o movimento revolucionário, propondo que o Clube aprovasse uma moção em solidariedade aos vitoriosos, e os que advogavam que a instituição de não deveria se pronunciar: “postas em votação na sessão conjunta da diretoria e dos conselhos fiscal e deliberativo de 18 de novembro de 1930, a segunda colocação saiu vencedora” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d). Ainda conforme os autores, “em setembro de 1931, através do Decreto n. 20.372, o Governo Provisório presidido por Getúlio Vargas fez a doação definitiva do terreno e do prédio onde o Clube Militar tinha sede, na avenida Rio Branco” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

Um ponto importante diz respeito aos posicionamentos do Clube Militar, cujos membros, em 1935, se reuniram várias vezes para discutir o projeto de Lei de Segurança Nacional, que “[...] previa, entre outros pontos, a supressão dos direitos políticos dos oficiais das forças armadas e a repressão às manifestações operárias” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d). Tal projeto acentuou a divisão existente entre a hierarquia das Forças Armadas, opondo oficiais de alta patente, favoráveis ao projeto, contra os de baixa patente, contrários.<sup>43</sup> O

---

<sup>43</sup>“Em 24 de março, foi lançado um manifesto à nação afirmando que, com a Lei de Segurança Nacional, o governo pretendia ‘amordaçar a consciência nacional’. O projeto de lei foi aprovado pela Câmara no dia 27. As polêmicas provocadas pelo manifesto entre o ministro da Guerra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, e grande número de

processo repressivo iniciado em 1935, com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), foi seguido pela expulsão de diversos militares da Marinha e do Exército, acusados de participação nos levantes. Tais expulsões impactaram o Clube Militar.<sup>44</sup>

A campanha pela nacionalização do petróleo e minérios atômicos intensificou as divergências entre as facções políticas no interior do Clube Militar. Em relação aos minérios, conforme Sodré (1979), o Departamento Nacional de Produção Mineral constatou que, entre 1900 a 1947, foi drenada para o exterior grande quantidade de areias monazíticas, enquanto “[...] as minas uriníferas de Afonso Cláudio vinham de ser visitadas por representante da Duperial [...]” (SODRÉ, 1979, p. 297). Nesse mesmo período estava sendo preparado o Acordo Administrativo Internacional sobre Pesquisas e Aproveitamento das Riquezas Minerais do Brasil, que se tornou público em 10 de fevereiro de 1949 e no qual “[...] o Brasil tudo concedia e nada recebia, permitindo aos técnicos do *Bureau of Mines* e do *Geological Survey*, com amplos direitos e totais isenções, o trabalho de levantamento dos recursos nacionais” (SODRÉ, 1979, p. 297). Por essa ocasião, o Clube Militar promoveu conferências para esclarecer a opinião pública sobre o problema da exploração dos minerais estratégicos pelo imperialismo. Essas conferências foram realizadas por Rômulo Argentière e pelo general Raimundo Sampaio. Apesar de a discussão sobre os minerais atômicos ter sido importante, Sodré (1979) afirma que a questão que mais profundamente despertou o esclarecimento e mobilização da opinião pública foi a do petróleo.

A chegada do general Eurico Dutra à presidência da República, com as eleições em 1945, indicou uma tendência mais liberalizante da economia, “[...] no sentido de abandonar suas restrições aos capitais estrangeiros e realizar uma política de aberta e de cooperação estreita com os seus aliados na guerra” (PEREIRA, 1975, p. 78), bem como de supressão das políticas

---

oficiais resultaram em numerosas transferências, além das prisões do capitão Válder Pompeu, do major Carlos da Costa Leite, do capitão Francisco Moésia Rolim e outros.” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

<sup>44</sup> Em abril de 1936, foram eliminados do quadro social do Clube Militar os majores Alcedo Cavalcanti e Alfredo Nogueira Júnior, os capitães Otacílio Alves de Lima e Samuel Lobo, e os primeiros-tenentes Hélio de Albuquerque Lima e Augusto Pais Barreto, acusados de participação no levante do 3º Regimento de Infantaria no Rio. Em maio, foi a vez do coronel Filipe Moreira Lima, excluído do clube sob a mesma acusação (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

nacionalistas do período anterior<sup>45</sup> e manutenção do sistema repressivo gestado no Estado Novo.<sup>46</sup> Sobre as características do governo de Dutra, Sodré diz que:

[...] o imperialismo encontrava nesse governo um aliado submisso à tarefa de restabelecimento da espoliação externa; mais do que submisso, porque apressado em servi-lo ainda quando não solicitado. Porque, no fim das contas, a sua missão principal era a de deter o avanço das forças populares, extraordinariamente impulsionado na fase final da guerra, pelo próprio caráter que esta assumira. (SODRÉ, 1979, p. 290).

Em relação à política do petróleo, o governo Dutra criou, em 1947, a Comissão de Anteprojeto da Legislação do Petróleo, da qual resultou o Estatuto do Petróleo. Tal comissão deveria “[...] rever as leis atinentes à pesquisa, lavra e industrialização de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas assim como, em parte, o Código de Minas [...]” (PEREIRA, 1975, p. 80). De acordo com Sodré:

A tese final do Estatuto do Petróleo era de que o governo dos Estados Unidos estava interessado na exploração de nossas prováveis jazidas “por motivos estratégicos” e que, portanto, deveríamos aproveitar esse momento propício para associar o capital norte-americano àquela exploração. (SODRÉ, 1979, p. 301).

Pereira (1975) adverte que tal projeto acabou não constituindo objeto de interesse das empresas estrangeiras, principalmente por conta das restrições que ali se encontravam:

As grandes empresas estrangeiras jamais abririam mão de seus pontos de vista. A elas não interessava nenhuma operação que importasse em dividir com alguém seus lucros. Queriam correr todos os riscos mas queriam só para elas também todas as vantagens. E esta foi a razão do conflito gerado com o Estatuto do Petróleo. (PEREIRA, 1975, p. 78).

---

<sup>45</sup> “Em 1943, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, Roberto Simonsen comandou um movimento favorável a revisão do Código de Minas. E a FIESP, sem ousar contudo a entrega total do Petróleo às empresas estrangeiras, levantava a tese de participação em termos de 60% e 40%, com predominância de capitais nacionais. Entre as recomendações da Confederação das Classes Produtoras do Brasil, realizada em Teresópolis, em 1945, figura a necessidade de estímulo à ‘prospecção e perfuração de poços para a descoberta de petróleo, pois que sua exploração intensiva é uma das maiores aspirações nacionais. Aconselham o amparo à iniciativa particular, bem como se admita a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para a realização deste projeto’”. (PEREIRA, 1975, p. 78).

<sup>46</sup> “Politicamente, as limitações democráticas seriam ostensivas: aliaram-se os partidos ditos conservadores, para manipular o aparelho de Estado, com ampla liberdade de movimentos, as soluções policiais tornaram-se a norma. Ao fechamento do Partido Comunista, seguiu-se a cassação dos mandatos dos seus representantes, ferindo violentamente as normas democráticas. As relações com a União Soviética, que haviam sido estabelecidas, e de que a burguesia poderia esperar grandes proveitos, pela abertura de novos mercados, foram interrompidas, de forma grotesca. Abriam-se todas as portas, amplamente, ao imperialismo, que impôs as mais duras condições, as políticas como as econômicas.” (SODRÉ, 1967, p. 311).

A despeito de não contemplar inteiramente os interesses das empresas estrangeiras, houve uma grande campanha pela política do monopólio estatal do petróleo, “[...] quando os altos escalões da República julgavam fácil derrotar a política do monopólio estatal explodiu a campanha em Defesa do Petróleo. Foi uma campanha memorável, que rápida se alastrou por todo o país” (PEREIRA, 1975, p. 81).

O Clube Militar foi um dos centros aglutinadores desse movimento, organizando uma série de conferências para discutir a questão. O primeiro debatedor a se apresentar foi o general Juarez Távora, então subchefe do Estado Maior do Exército e antigo líder tenentista, advogando a tese da participação estrangeira na exploração do petróleo.<sup>47</sup> Sobre isso, Pereira ressalta: “contudo, a base de uma série de preconceitos, ignorando, deliberadamente ou não, a posição exata das grandes empresas estrangeiras no caso, termina, com pequenas variações por defender a política fixada pelo anteprojeto do Estatuto do Petróleo” (PEREIRA, 1975, p. 81). Em posição oposta, o general Horta Barbosa, ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo e de conhecida posição nacionalista, defendeu em sua conferência a política de monopólio estatal. A campanha estendeu-se por toda a sociedade<sup>48</sup> e “[...] foi graças a este movimento, com forte repercussão nos círculos decisórios, tanto civis quanto militares, que o Estatuto do Petróleo acabou sendo sepultado nos arquivos do Congresso” (PEREIRA, 1975, p. 78). Assim, o Clube Militar novamente se configurou como um espaço aglutinador dos debates acerca do desenvolvimento do capitalismo nacional, naquele momento, defendendo a tese dos militares nacionalistas quanto ao papel do Estado na condução do desenvolvimento industrial brasileiro e de necessidade de controle da presença do imperialismo.

Após esse processo e com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, a associação entrou em uma nova fase de disputas, notadamente durante o período 1950-1952. Nessa etapa, esteve na

---

<sup>47</sup> “Integrante do grupo de oficiais alinhado politicamente ao governo do general Eurico Dutra, Távora defendeu — em três conferências, proferidas em 21 de abril, 19 de junho e 16 de setembro de 1947 — a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro. Sua posição baseava-se sobretudo na inexistência no país de recursos econômicos, técnicos e administrativos capazes de arcar com a magnitude da empresa. Além disso, Távora insistia em focar a questão sob o ângulo da colaboração internacional. Na conjuntura da guerra fria, o Brasil deveria colaborar com os EUA, que estavam preocupados em garantir áreas petrolíferas cada vez maiores para se precaver de uma eventual ‘guerra extracontinental’ contra a União Soviética.” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

<sup>48</sup> “O anteprojeto relativo ao Estatuto do Petróleo, preparado pela comissão governamental e enviado por Dutra ao Congresso em 1948, resumidamente, lançava as bases para o ingresso do capital privado, nacional ou estrangeiro, na produção do petróleo. Os termos do anteprojeto provocaram reações no Congresso e na opinião pública em geral. As conferências no Clube Militar tiveram continuidade em 1948 e 1949, delas participando, entre outros, o ex-presidente da República e deputado federal Artur Bernardes, Rômulo Argentiêre e o general Raimundo Sampaio, todos firmes opositores do anteprojeto. A posição do Clube Militar se inseria assim na chamada Campanha do Petróleo, que se prolongou até 1953, quando foi criada a Petrobras.” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d).

presidência do CM o general Newton Estillac Leal, momento no qual a organização experimentou fortes confrontos entre suas correntes políticas, pois foi nesse tempo em que as posturas ideológicas da diretoria do Clube Militar coincidiram com as do grupo que controlava a instituição militar<sup>49</sup>, permitindo uma radicalização do discurso da ala nacionalista e a correspondente reação dos antinacionalistas.

Este último fenômeno tornou-se cada vez mais evidente. Desde logo, o campo de debate expandiu-se; a revista do Clube apresentava pontos de vista sobre praticamente todos os problemas da vida política nacional concernentes ao processo de desenvolvimento. Em seguida, a orientação da revista e o conteúdo dos artigos expressaram uma radicalização crescente dos pontos de vista da corrente nacionalista. (PEIXOTO, 1980, p. 93).

Importa destacar que Getúlio Vargas assumiu seu segundo governo perante uma forte oposição entre as cúpulas militares, de modo que “para enfraquecer a autoridade de Vargas era indispensável reduzir o Clube Militar, liquidando a sua diretoria nacionalista” (SODRÉ, 1979, p. 305). Um dos episódios que marcaram esse esforço foi a polêmica instaurada com a publicação, pela Revista do Clube Militar<sup>50</sup>, do editorial “Considerações sobre a Guerra na Coreia” em julho de 1950. O texto anônimo problematiza a ofensiva militar dos Estados Unidos na Coreia do Norte, afirmando que a intervenção estadunidense era uma ação isolada sob forma de uma intervenção coletiva que poderia se tornar uma ameaça às outras nações. Além disso, ela obedeceria à técnica da estratégia total, a qual contava com o massacre das populações civis. Em face disso, o autor do texto se posiciona de modo contrário à participação brasileira no conflito, dado que não havia interesses nacionais em disputa e se situava em direção oposta às indicações do governo Dutra. O artigo defende também que tal ação bélica feria a tradição pátria de respeito à soberania e aos assuntos internos das demais nações (SODRÉ, 1979).

O texto despertou uma onda de protestos de militares e de setores civis da sociedade. A imprensa promoveu sistemática campanha de contestação ao artigo e à diretoria do Clube Militar, acusando-os de comunistas.<sup>51</sup> Nesse sentido:

---

<sup>49</sup> “O general Estillac Leal toma posse em maio de 1950 como presidente do Clube Militar e, em janeiro de 1951 é nomeado Ministro da Guerra do Governo de Vargas, precisamente por sua posição nacionalista em concordância com o projeto político de Vargas.” (BARRETO, 1988, p. 20).

<sup>50</sup> “Durante a gestão de Estillac, a *Revista do Clube Militar* assumiu uma posição de destaque, na medida em que foi o instrumento mais utilizado pela diretoria para a divulgação de sua linha de pensamento. Foi em torno de seus artigos que se estabeleceram as principais polêmicas, determinantes para o acirramento da disputa entre os dois grupos.” (LAMARÃO; MONTALVÃO, s/d, grifo dos autores).

<sup>51</sup> Para Barreto: “o discurso anticomunista, significava, na prática, a tentativa de se restabelecer a solidariedade entre os membros da organização militar, tentando, assim, eliminar as divergências e uni-los em torno de uma situação comum: o combate ao ‘inimigo vermelho’” (BARRETO, 1988, p. 31-32).

As pressões da grande imprensa para acabarem com a Revista se exercem principalmente através de Assis Chateaubriand (Diários Associados), Júlio de Mesquita Filho (O Estado de São Paulo), Pedro Dantas (Jornal do Brasil) e Rafael Correa de Oliveira (Diário de Notícias). (BARRETO, 1988, p. 38).

Conforme Barreto (1988), a campanha midiática pretendia liquidar a Revista do Clube Militar como fiadora da política nacionalista de Vargas. Internamente, militares ligados ao Clube Militar enviaram à diretoria inúmeras manifestações de protesto em relação ao artigo, acusando-a também de comunista.<sup>52</sup> As pressões internas e externas cresceram, e a alta hierarquia do Exército decidiu transferir para guarnições distantes os membros nacionalistas da Diretoria Cultural, responsável pela Revista do Clube Militar.<sup>53</sup>

Tal decisão pôs Vargas e seu ministro da Guerra, o general Estillac Leal, em posição difícil perante os nacionalistas. Caso mantivessem as transferências, sairiam desmoralizados; caso fossem revogadas, provocariam manifestações contrárias, gerando uma crise militar. Conforme Sodré (1979), em sessão pública no Clube Militar o general Estillac prometeu anular tais transferências, o que não aconteceu: “Estillac não teve condições para anular as transferências e, desde esse momento, verificou-se que se constituíra prisioneiro do dispositivo militar do consulado, do qual era excrescente” (SODRÉ, 1979, p. 314).

Em tal cenário, mobilizaram-se intensamente as correntes antinacionalistas para as eleições de 1950<sup>54</sup>, uma vez que desejavam derrotar tanto a hierarquia nacionalista no comando do Ministério da Guerra quanto o Clube Militar. Para tal, organizaram-se na Cruzada Democrática<sup>55</sup>, que:

---

<sup>52</sup> Sodré, sobre o artigo, pondera que: “[...] o artigo poderia ser considerado antiamericano, sem a menor dúvida, criticava autoridades americanas, combatia decisões do governo americano – não atacava posições do governo brasileiro, decisões de autoridades brasileiras. Quando os que se opunham falavam em termos de patriotismo, para justificar o protesto, esqueciam que estavam se portando, no máximo – e nem era esse o caso - como patriotas... norte-americanos” (SODRÉ, 1967, p. 313).

<sup>53</sup> “Discutir um problema que dizia respeito aos Estados Unidos, afirmando que nos cumpria examiná-lo à luz de nossos interesses, foi considerado atitude subversiva, que punha o regime em gravíssimo perigo. Como não havia o que punir, mesmo diante de qualquer regulamento militar, [...], o consulado tomou decisão curiosa: transferiu para guarnições longínquas os oficiais que constituíam a diretoria do Clube Militar, recentemente escolhido em pleito livre e devidamente empossada, dissolvendo-a praticamente. [...] Era tarefa cometida pelo imperialismo e colocada em primeira urgência: destruir o Clube Militar como barreira nacionalista.” (SODRÉ, 1979, p. 313).

<sup>54</sup> Durante as eleições de 1950, quando a diretoria do Clube foi encabeçada por Estillac Leal, a revista do Clube definia a missão do Clube Militar da seguinte forma: “[...] o Clube Militar, dentro das suas melhores tradições, continuará exercendo uma vigilância permanente, sob a forma de debates esclarecedores dos nossos problemas fundamentais, para que não soçobrem, ao embate dos interesses e dos apetites internacionais, a independência e a liberdade que nos legaram os antepassados que lutaram contra o colonialismo português, uma vez que temos razões para convencer-nos de que esses bens preciosos não se podem dar por integralmente conquistados” (SODRÉ, 1979, p. 309).

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzada-democratica>

[...] reivindicava para si a denominação nacionalista, acusando seus adversários de utilizarem o nacionalismo para melhor desenvolver sua ação “subversiva”. Ao mesmo tempo, a Cruzada pretendia representar o conjunto do Exército e apresentava seus adversários como uma fração minoritária. (PEIXOTO, 1980, p. 99-100).

A Cruzada Democrática era composta por um núcleo central de veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e de setores da alta hierarquia que se opunham a Vargas<sup>56</sup> (PEIXOTO, 1980). Ainda assim, as eleições de 1950 foram vencidas pela fração nacionalista. Para Barreto (1988):

O pleito do Clube Militar, em 1950, é importante para a sucessão presidencial: ao vencerem os nacionalistas, Vargas acreditou ter garantido o suporte militar necessário para governar. Porém, esse suporte já nascia acometido de um mal congênito e, por isso, determinante dos destinos do Presidente da República: era o suporte militar dos pequenos e médios oficiais. Os generais, em sua maioria, a ele não pertenciam, e, como se sabe, a direção e organização efetivas do Exército, pertencem ao Alto Comando. (BARRETO, 1988, p. 20).

Em 1952, a Cruzada Democrática venceu as eleições para a diretoria do Clube, repetindo o feito em maio de 1954, quando saíram como candidatos os generais Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, respectivamente. A corrente antinacionalista passou a adotar uma postura de não discussão de temas que colocassem em oposição o Clube e a hierarquia e optou por não provocar desentendimentos naquela eleição, o que não os impediu de participarem ativamente do processo de deposição de Vargas, em agosto de 1954:

A hierarquia militar, onde os antinacionalistas eram majoritários, desempenhou papel decisivo no movimento que culminou com o suicídio do presidente. Mas a política seguida pelos antinacionalistas no Clube Militar não visava a transformar o Clube em um foco autônomo de oposição ao governo. Pelo contrário, estimulava o respeito e a subordinação das Forças Armadas e do Clube à hierarquia. A corrente antinacionalista e a Cruzada Democrática queriam a convergência mais ampla possível entre o partido e a hierarquia, com o fito de garantir a unidade do conjunto da instituição. O partido se expressava pela hierarquia, não tinha uma atividade permanente e autônoma, como o tinham os nacionalistas na época em que Estillac se encontrava no Ministério da Guerra. (PEIXOTO, 1980, p. 101).

Conforme Sodré (1979), junto com os conflitos internos havia grande pressão estrangeira, notadamente dos Estados Unidos, para que o Brasil alinhasse sua política econômica aos seus interesses, principalmente, no que diz respeito ao petróleo e aos minerais atômicos. A fração nacionalista, contrária a uma abertura indiscriminada para a exploração

---

<sup>56</sup> “Os militares ligados à Cruzada Democrática tiveram importante papel na desestabilização e subsequente queda de Vargas, bem como na montagem do governo Café Filho e na tentativa de impedir a candidatura, a vitória eleitoral e, finalmente, a posse de Kubitschek e Goulart.” (ALMEIDA, 2006, p. 36).

internacional de recursos estratégicos, seguiu defendendo uma posição em favor do controle nacional sobre tais recursos, apesar de não contarem mais com a diretoria do Clube Militar. Nesse processo, as contradições do desenvolvimento da revolução burguesa brasileira se acentuaram, tendo como ponto máximo o suicídio de Getúlio Vargas. Após sua morte e a decorrente ascensão de Café Filho, os antinacionalistas retornaram ao comando do Estado.<sup>57</sup> Além de se configurar como uma nova derrota do setor nacionalista das Forças Armadas, as eleições de 1955 levaram a uma reorientação de alianças entre os grupos civis e militares.

### 1.2.3 A Revista do Clube Militar

Como já desenvolvido, o Clube Militar nunca atuou unicamente como ambiente recreativo, mas conjugou essa condição e seu papel como grupo de pressão política. Dessa forma, a Revista do Clube Militar (RCM) foi um instrumento de relevante importância para a difusão das posições político-ideológicas das frações militares, em constante disputa por maior influência e controle sobre os rumos político-econômicos do país. A Revista, assim como o Clube Militar, foi o palco central das disputas em torno da divulgação dos ideais que remetiam ao legado nacionalista iniciado com Vargas, em uma ponta, e ao projeto liberal conservador, em outra.

Sendo assim, o número 142/1956 da RCM traz o artigo do jornalista Otto Prazeres, intitulado “A Revista do Clube Militar”. A partir desse texto é possível notar a expressão abrangente da missão das Forças Armadas brasileiras na vida nacional, bem como a publicação do CM como um importante instrumento para formação e difusão do pensamento dos militares sobre os temas que fugiam aos estritos interesses da caserna. Nele, o jornalista expõe as razões pelas quais considerava que as páginas da Revista do Clube Militar não deveriam ser dedicadas exclusivamente aos assuntos técnicos e especializados do mundo militar, o que em grande medida reforçava a visão de que o Clube Militar não poderia se furtar a de discutir acerca dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro.

O autor considera que o objetivo do preparo militar, isto é, conquistar a vitória sobre o inimigo, não estava limitado à competência dos oficiais e soldados, ao armamento e a alguns conhecimentos específicos, notadamente à topografia. Avalia que, para cumprir seu objetivo, um exército ainda que “[...] *bem aparelhado* para a luta, poderá ser sacrificado pela derrota, se

---

<sup>57</sup> “Café Filho tratou de constituir um ministério com figuras de alto gabarito, como afirmou então, chamando para a pasta da Justiça um insigne jurista, Seabra Fagundes, e entregando as demais aos elementos indicados especificamente para realizarem a política de submissão ao imperialismo.” (SODRÉ, 1979, p. 356).

ignora, por exemplo, as condições econômicas, as possibilidades do país de cuja defesa está incumbido, como, ainda, em detalhe, as condições do mesmo gênero da região em que o combate deve ser travado” (RCM, n. 142, 1956, p. 283, grifo do autor). Nesse sentido, todo o país e os recursos que possui “[...] devem ser encarados e avaliados sob o ponto de vista militar. Tudo deve ser ou faz parte dos conhecimentos do Exército, e sem esses conhecimentos as forças armadas entram às cegas nos combates” (RCM, n. 142, 1956, p. 283). Para o autor, o conhecimento militar deveria ser irrestrito. Dada a necessidade de múltiplos e abrangentes conhecimentos sobre a realidade social e política na qual os militares exercem seu ofício, o autor defende que:

[...] uma publicação militar, como é a Revista do Clube Militar, não deve conter nas suas páginas tão-somente assuntos... *fardados*. Precisa, também, informar e instruir os seus leitores sobre assuntos... *paisanos*. A Revista do Clube Militar, portanto, está percorrendo caminho certo, compondo as suas páginas com todos os assuntos que interessam à vida, sob todos os aspectos, da Nacionalidade Brasileira, dentro do qual não podem haver, separados, divorciados, assuntos militares e assuntos civis. (RCM, n. 142, 1956, p. 284, grifo do autor).

Na edição n. 151, de 1958, consta um texto em homenagem aos 32 anos de existência da RCM. Ali, cita-se que a primeira edição foi feita sob a responsabilidade do Marechal Dr. Joaquim Marques da Cunha, secretariado pelo Capitão Jose Rodrigues da Silva e tendo Gabriel Menna Barreto como o 1º Tenente, sendo eles os responsáveis por organizarem a publicação. Nesse sentido, incumbiram-se:

[...] da difícil tarefa de organizá-la materialmente e de traçar-lhe rumos que expressassem legitimamente os anseios das Forças Armadas em conjunto.

A manutenção desses patrióticos propósitos – e a sua necessária atualização decorrente do evoluir da conjuntura – através do tempo, exigiu sacrifícios sem conta e, não poucas vezes, gerou incompreensões. Afora equívocos sem maior significação, passados os primeiros instantes, verificou-se sempre que o único sentido que norteou as atividades desta Revista, foi a defesa intransigente dos sagrados interesses do Brasil. (RCM, n. 151, 1958, p. 145).

Na concepção dos editorialistas, entre os interesses fundamentais para o Brasil, em cuja defesa foi significativa a participação da Revista e do Clube Militar, estava a campanha em favor do monopólio estatal para a exploração do petróleo<sup>58</sup>, que se caracterizou como uma “[...]”

---

<sup>58</sup> “O Clube Militar e a Campanha Nacional de Defesa do Petróleo (Cedpen) constituíram um polo fundamental de apoio ao avanço do projeto desenvolvimentista. Com a campanha, cresceu intensamente a ideologia da ‘emancipação econômica’ do país e, com ela, da industrialização planejada. A *Revista do Clube Militar* transformou-se num órgão de consulta obrigatória, não só para militares, mas também para os civis interessados na estratégia de desenvolvimento econômico nacional.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 323, grifo do autor).

luta ingrata para os precursores tão impiedosamente objurgados – mas resultando nessa esplendente vitória que atraiu tantos opositores, então mal informados e que hoje fortalecem as fileiras nacionalistas” (RCM, n. 151, 1958, p. 145). A importância da Revista do Clube Militar para a difusão das ideias dominantes da sua diretoria e sua capacidade de coesão com as Forças Armadas é identificada, entre outras características, pelo seu alcance<sup>59</sup>, uma vez que:

A Revista do Clube Militar, com sua atual tiragem de 24 mil exemplares, que se espalham por todo este Brasil é, sem dúvida, maravilhoso veículo de difusão de ideias e fator indiscutível de coesão da classe militar em torno delas. (RCM, n. 151, 1958, p. 145).

Por ser um poderoso instrumento de difusão de ideias, é possível verificar uma ampla gama de temas candentes da sociedade brasileira no contexto político no qual se inseria. Entre tais temas, estabelecidos no escopo dessa pesquisa, pode-se destacar a defesa do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás, o avanço da política de industrialização, a educação, a superação da pobreza e das desigualdades regionais, uma crítica ao alinhamento automático com qualquer um dos polos políticos no contexto da Guerra Fria, a defesa da democracia e da liberdade, bem como o combate ao comunismo, e a defesa do pertencimento do Brasil ao rol das civilizações cristãs. Tais assuntos perpassam as edições abordadas e dividem espaço com assuntos mais amenos, tais como bailes, festas, homenagens, clube de leitura, xadrez e assuntos com foco em atividades recreativas para os sócios do Clube Militar.

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo deste texto, avança-se para o estudo do período relativo a essa pesquisa, de 1956 até 1964, no qual se pretende observar o embate político-ideológico entre as diferentes vertentes em tempos conturbados da vida nacional, marcados pela aceleração do desenvolvimento industrial e das contradições decorrentes desse processo. Tem-se como eixo de análise as publicações da Revista do Clube Militar ao longo do período exposto.

---

<sup>59</sup> Na edição n. 164, de 1964, é exposto o alcance da revista: “a Revista do Clube Militar é endereçada a todas as Unidades, Repartições e Estabelecimentos das três Forças Armadas do Brasil; às mais altas autoridades civis e militares em todos os Estados; a centenas de entidades culturais em todo o País; a todos os Circuitos Militares das Nações amigas” (RCM, n. 164, 1964, p. 48). No número 154, página 57, é reproduzido o fac-símile de carta recebida pela Revista do Ministério da Defesa do Equador solicitando que os exemplares, dada a qualidade e importância da publicação, sejam editados também em espanhol.

## **CAPÍTULO 2 – AVANÇO CAPITALISTA PELA ÓTICA DOS MILITARES: IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA, INDUSTRIALIZAÇÃO E CONTRADIÇÕES MILITARES NO GOVERNO KUBITSCHEK**

### **2. 1 AS ELEIÇÕES DE 1955: A TENTATIVA DO VETO MILITAR**

O suicídio de Vargas foi acompanhado de grande comoção popular.<sup>60</sup> A reação foi tão intensa que surpreendeu os opositores de Getúlio. Após as notícias do seu falecimento, as cidades foram rapidamente tomadas pela fúria popular: órgãos de imprensa, representações estrangeiras, empresas estrangeiras etc. foram sistematicamente atacadas pela população, apesar do forte aparato repressivo. Dada a dimensão das mobilizações, as forças políticas que buscavam uma saída golpista ao governo foram obrigadas a recuar.<sup>61</sup> O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência da República. Seu governo de transição representava a ascensão das frações antivarguistas ao poder em âmbito civil e militar.<sup>62</sup> Segundo Ferreira (2016), a crise política, contudo, não cessou com a ascensão de Café Filho e dos antivarguistas ao poder. Para o autor:

O legado de Vargas permitiu que sua imagem traduzisse, naquele momento, projetos antagônicos para o país. Um deles, identificando o ex-presidente como líder nacionalista e reformador radical, institucionalizando-se no PTB, cuja doutrina, o trabalhismo, pregava um governo interventor e planejador da economia, além de defensor das reformas sociais e dos interesses nacionais

---

<sup>60</sup> “Na capital da República, a notícia do suicídio de Vargas detonou na população um profundo sentimento de revolta e amargura. Grupos de populares, indignados, passaram a percorrer as ruas do centro da cidade com paus e pedras. Dirigiam seu rancor particularmente contra toda e qualquer material de propaganda política da oposição. Os símbolos políticos mais visados, e destruídos com a fúria, eram dos candidatos da UDN.” (FERREIRA, 2016, p. 310).

<sup>61</sup> “Portanto, se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política.” (FERREIRA, 2016, p. 315).

<sup>62</sup> De acordo com Vilma Keller, o ministério montado por Café Filho era composto por: Raul Fernandes (Relações Exteriores) e José Monteiro de Castro (Gabinete Civil), da UDN; Eugênio Gudin (Fazenda), defensor de uma política financeira ortodoxa; Miguel Seabra Fagundes (Justiça), indicado pelo líder Nereu Ramos (PSD); José Costa Porto (Agricultura) e Lucas Lopes (Viação e Obras Públicas), do PSD; Aramis Ataíde (Saúde), do PSP; Cândido Mota Filho (Educação), do PR; coronel Napoleão de Alencastro Guimarães (Trabalho), dissidente do PTB; general Juarez Távora (Gabinete Militar e, cumulativamente, titular da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional), ligado ao movimento antigetulista; brigadeiro Eduardo Gomes (Aeronáutica) e almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale (Marinha), ambos líderes das conspiração contra Vargas; o general Henrique Lott (Ministério da Guerra); Clemente Mariani (presidência do Banco do Brasil), da UDN; Otávio Gouveia de Bulhões (direção da Superintendência da Moeda e do Crédito – Sumoc), apoiado pela UDN. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>. Para Sodré: “o governo de Café Filho, como acontece sempre que a reação, pela via única que lhe possibilita ascender, a do golpe, apodera-se das rédeas, caracterizou-se pelo aprimoramento entreguista e pela arbitrariedade antidemocrática, pelo horror ao povo e pela solicitude para com o imperialismo” (SODRÉ, 1967, p. 450).

diante das ambições econômicas externas, sobretudo norte-americanas. O outro, patrocinado particularmente pelos grupos civis e militares identificados com a UDN, recusava a “volta ao passado” – anterior a 24 de agosto de 1954 – e acreditava nas virtudes do liberalismo no plano econômico e nas relações de trabalho, bem como nos benéficos advindos da abertura do país aos capitais estrangeiros. (FERREIRA, 2011, p. 114-145).

As frações da sociedade identificadas com o que Ferreira (2016) define como projeto liberal conservador<sup>63</sup> passaram a tentar impedir que ocorressem as eleições previstas. Em um primeiro momento, as lideranças udenistas buscaram frustrar a realização das eleições parlamentares de 03 de outubro de 1954, mas não conseguiram. Passaram, então, a conspirar para barrar as eleições presidenciais marcadas para 3 de outubro de 1955.

Durante esse processo, a alta hierarquia militar enviou um documento para o presidente Café Filho defendendo que a sucessão presidencial fosse realizada com colaboração interpartidária, isto é, que fosse apresentado ao pleito apenas um candidato apoiado por todos os partidos.<sup>64</sup> O objetivo desse pedido era retirar da disputa Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB), ambos identificados como herdeiros políticos de Vargas pelas correntes antinacionalistas.<sup>65</sup> No entanto, a candidatura única não foi levada adiante, e tanto Juscelino quanto Goulart continuaram na disputa presidencial.

Nesse contexto, as frações antinacionalistas passaram a fazer uma intensa campanha contra as candidaturas de Juscelino e Goulart para presidência e vice-presidência da República, respectivamente, chegando ao ponto de pregarem abertamente o golpe de Estado.<sup>66</sup> No dia 5 de agosto de 1955, o general Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, fez um polêmico discurso no Clube da Aeronáutica por

---

<sup>63</sup> Para o autor, o projeto liberal-conservador pode ser identificado como aquele defendido por parte das classes médias conservadoras, das elites empresariais, políticas e militares favoráveis a abertura irrestrita da economia ao capital estrangeiro, contrários a intervenção do Estado na economia e a participação popular nos rumos do país. “Definido, aqui, como um projeto liberal-conservador – já que no Brasil, via de regra, o liberalismo é instrumento de conservação da ordem social – era a UDN o grande agrupamento político que defendia um modelo de organização da sociedade nos moldes liberais, embora vários partidos pequenos, em maior ou menor grau adotassem programas e procedimentos políticos similares.” (FERREIRA, 2016, p. 304).

<sup>64</sup> “Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar, entregou ao presidente um documento elaborado por militares de alta patente pedindo um nome de consenso, apesar dos protestos de Juscelino Kubitschek e João Goulart.” (FERREIRA, 2011, p. 145).

<sup>65</sup> “A tese do “candidato único, “união nacional”, surgiu entre o grupo de militares conservadores do governo Café Filho como manobra para afastar Juscelino Kubitschek. Para os conservadores e os udenistas, Juscelino, Jango e Getúlio tinham o mesmo significado.” (FERREIRA, 2011, p. 148).

<sup>66</sup> “Lacerda, por exemplo, acusou Juscelino de ‘condensador da canalhice nacional’. Rodrigues Alves Filho, influente político paulista, pedia intervenção militar porque somente as Forças Armadas tinham ‘forças para calar a mazorca, a imundície dos nossos costumes políticos’. O udenista João Agripino dizia que a liberdade no Brasil era usada apenas para ‘roubar’ e ‘corromper’.” (FERREIRA, 2011, p. 148).

ocasião da solenidade de ano da morte do major Rubens Vaz: “para ele, as Forças Armadas viviam o dilema de decidir ‘entre uma pseudolegalidade, imoral e corrompida, e o estabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal’” (FERREIRA, 2011, p. 149).

O discurso do general Canrobert expressava a ruptura entre as frações antinacionalistas das Forças Armadas e o legado de Vargas, notadamente no que se referia à aproximação com a classe trabalhadora e, como consequência, com a mobilização do operariado enquanto ator político. Essa visão liberal-conservadora, aliada ao anticomunismo, significava que:

[...] a maneira como os trabalhadores manifestavam sua cidadania política, particularmente com o voto, estaria “conspurada”, “desvirtuada”, “corrompida” pelos direitos sociais. As leis trabalhistas, interpretadas por diversos grupos liberais como fruto da demagogia, da conjuntura nazifascista e do tráfico de influência entre políticos corruptos e “pelegos”, teriam comprometido a legitimidade da democracia no Brasil. Os trabalhadores, corrompidos na sua consciência política, continuariam a votar nas lideranças demagógicas, caudilhescas e manipuladoras, condenando o processo democrático ao fracasso. Quando os conservadores recorriam às Forças Armadas falando em “saneamento da política”, visavam algo muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. “Sanear” significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos. (FERREIRA, 2016. p. 317).

Assim, o general Canrobert sintetizava as concepções da ala antinacionalista dos militares que se opunham ao conteúdo social da política varguista. As modificações no mundo do trabalho, levadas a cabo pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro, promoveram a ascensão das lutas e dos direitos dos trabalhadores. Para as frações antinacionalistas, isso era visto como uma ameaça, uma alteração demagógica e populista da vontade popular, que manchava o processo democrático. Ou seja, o processo democrático somente seria legítimo caso correspondesse ao modelo de sociedade almejado por essa parcela conservadora, segundo o qual os trabalhadores organizados, ao pautarem uma agenda própria que se distanciasse do programa liberal conservador, não estavam agindo de acordo com seus interesses de classe, mas sim sendo manipulados e desvirtuados.

As reações ao discurso vieram de ambos os lados. Carlos Lacerda apoiou a fala do general nas páginas do seu jornal, o *Tribuna da Imprensa*.<sup>67</sup> Em contrapartida, de acordo com Ferreira (2011), diversos grupos surgiram para defender a legalidade de um projeto contrário a

---

<sup>67</sup>“Dando repercussão ao discurso de Canrobert (publicado na íntegra em seu jornal), Lacerda passou a defender uma série de medidas para instaurar um Regime de Exceção, e assim poder resolver a crise política. Eram elas: a adoção do regime parlamentarista (com um militar ocupando o posto de primeiro-ministro), o adiamento das eleições para janeiro de 1956, a dissolução do Congresso e a convocação de uma nova Constituinte.” (DELGADO, 2005, s/p).

qualquer solução que levasse ao rompimento institucional.<sup>68</sup> Apesar da mobilização em defesa da legalidade, os ataques em favor do seu rompimento não cessaram. Em setembro de 1955, Carlos Lacerda fez uma grave denúncia contra Goulart. O ex-ministro do Trabalho de Vargas seria o destinatário de uma carta supostamente escrita pelo deputado argentino Antonio Brandi. Na carta, o deputado peronista dava ciência a Goulart sobre a entrada clandestina de armas objetivando a formação de brigadas de choque operárias (FERREIRA, 2011, p. 319). A denúncia acirrou ainda mais a crise política. O general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, instaurou uma Comissão Militar de Inquérito para apurar o caso, e, ao final, concluiu-se que a carta era falsa.

Mesmo com a intensa campanha contrária, a chapa Juscelino-Goulart venceu as eleições. Iniciou-se, então, outra batalha encabeçada pelos antinacionalistas, notadamente pela facção udenista liderada por Carlos Lacerda: impedir a posse dos eleitos.<sup>69</sup> Segundo Ferreira (2011), a direita civil estava dividida. A UDN não apoiava o golpe militar abertamente e recorreu aos tribunais para contestar a posse dos escolhidos pelo voto popular. Contudo, “[...] as lideranças udenistas sabiam que a tática era inútil. Tinham certeza de que somente com a intervenção militar alcançariam seus objetivos [...]” (FERREIRA, 2011, p. 158). Ainda que faltasse consenso, a extrema direita adotou a tese dos golpistas e passou a se manifestar publicamente nesse sentido.<sup>70</sup> De outra parte, em 17 de outubro, o general Euclides Zenóbio da Costa, inspetor geral do Exército, fez um pronunciamento em defesa da legalidade.<sup>71</sup> O ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, “[...] em seu esforço para garantir a disciplina no

---

<sup>68</sup> “A União Metropolitana dos Estudantes, no estado da Guanabara, lançou um manifesto em que denunciava a tentativa de golpe. Os empresários também defenderam a legalidade. João de Vasconcelos, em nome da Diretoria da Confederação Nacional do Comércio, fez um apelo para que as forças políticas conduziam a campanha eleitoral dentro dos limites da ética partidária, da tolerância recíproca e do respeito aos princípios básicos da democracia. Dias depois, os industriais igualmente se manifestaram.” (FERREIRA, 2011, p. 155).

<sup>69</sup> “Como não conseguiram impedir a realização das eleições, uma batalha judicial seria implementada, com diversas frentes de luta. Inicialmente, uma denúncia seria impetrada contra a vitória de Juscelino e Goulart pelo apoio que eles tiveram do Partido Comunista [...]. Depois, a campanha prosseguiria com a recuperação da tese da ‘maioria absoluta’.” (FERREIRA, 2011, p. 158).

<sup>70</sup> “[...] os oficiais militares favoráveis ao rompimento institucional nas Forças Armadas, sobretudo na Aeronáutica, continuavam a se manifestar publicamente. Amplos setores legalistas, particularmente no Exército, por seu silêncio, acabavam por impedir que os grupos de civis em conflito avaliassem a correlação de forças entre os militares.” (FERREIRA, 2011, p. 159).

<sup>71</sup> Conforme Sodré: “a Inspeção Geral do Exército tornou-se, cedo, ativo centro conspirativo pela preservação do regime. Ali se operavam articulações, estabeleciam-se contatos entre os elementos mais diversos, armavam-se e desarmavam-se dispositivos, aconselhavam-se decisões - tudo à sombra da autoridade do general Zenóbio da Costa. Com o tempo, aquele grupo intitulou-se Movimento Militar Constitucionalista e passou a usar a sigla MMC. Os círculos políticos impressionaram-se com tudo aquilo; supunham que se tratava de poderosa organização. Era isso, precisamente, que Lott não tolerava: organizações paralelas à organização oficial” (SODRÉ, 1967, p. 479-480).

Exército, não poderia admitir que um subordinado, mesmo sendo de patente igual, falasse sobre a política nacional” (FERREIRA, 2011, p. 160), e puniu o general Zenóbio por conta da sua manifestação pública.

O general Lott mantinha uma posição de neutralidade em relação à política e era extremamente respeitado pela hierarquia militar por sua posição de obediência fiel às leis e à disciplina militar. Para o plano golpista prosperar, era necessário substituir Lott no Ministério da Guerra, de modo que:

[...] de posse de todo o governo, de todos os ministérios militares, era só baixar as ordens e todos, preferindo ficar dentro da locomotiva, não se aventurariam a enfrentá-la. O almirante Vale, na Marinha, o brigadeiro Gomes, na Aeronáutica dariam ordens de rotina; contra esse gigantesco dispositivo oficial, não haveria possibilidade de resistência, como sempre, às mil maravilhas e o Brasil seria, mais uma vez, “salvo do comunismo”. (SODRÉ, 1967, p. 481).

O episódio que deu início à tentativa de retirar o general Lott do comando do Ministério da Guerra ocorreu por ocasião do falecimento do general Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Em meio às homenagens, o coronel Jurandir Bizarria Mamede fez um discurso em nome do Clube Militar, com conteúdo político, a fim de desafiar a hierarquia e a disciplina militar.<sup>72</sup> O general Lott, para preservar a disciplina, se dispôs a punir Mamede. No entanto, o coronel, por servir à Escola Superior de Guerra (ESG), não estava sob a jurisdição militar do ministro da Guerra.<sup>73</sup>

A ESG estava submetida ao Estado Maior das Forças Armadas, que respondia diretamente à presidência da República, e seu comando não atendeu ao pedido feito pelo general Lott, cabendo ao presidente deliberar quanto ao caso do coronel Mamede. Durante esse lapso de tempo, em decorrência de um ataque cardíaco, o presidente Café Filho foi afastado do cargo, sendo substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, que participava do núcleo de conspiradores. O general Lott solicitou, então, uma audiência com Carlos Luz pedindo “[...] uma solução para o caso, pois já bastante explorado pela imprensa. Era uma questão de disciplina, assunto básico para o Exército” (SILVA, 1984, p. 110). O presidente

<sup>72</sup> “A atitude de Mamede constituía um ato de indisciplina, posto que na presença de oficiais mais graduados na ocasião, caberia ao mais graduado se pronunciar, e não a um coronel.” (FARIA, 2014, p. 100).

<sup>73</sup> “O caso é que, servindo na Escola Superior de Guerra, o coronel Mamede não estava sob a jurisdição militar do Ministro da Guerra. Daí Lott querer saber se Duncan pretendia punir o Cel. Mamede por aquela manifestação pública de ingerência política. Ouvindo a resposta negativa, Lott comunicou-lhe que ia solicitar, por ofício, o retorno de Mamede às fileiras do Exército.” (SILVA, 1984, p. 107).

convocou o general Lott para uma audiência<sup>74</sup> e, ao ter o pedido de punição para Mamede negado, anunciou sua demissão da pasta da Guerra, advertindo o presidente sobre a gravidade da situação. O general demissionário foi prontamente substituído.<sup>75</sup>

A manobra golpista para derrubar o ministro da Guerra, caracterizada pela subversão da hierarquia e da disciplina militar, foi considerada por frações do Exército como um grande desprestígio à instituição. Segundo Sodré, “havia, na trama, uma particularidade irritante: era a primeira vez que um coronel derrubava um general de suas funções” (SODRÉ, 1967, p. 482).

Como consequência:

O golpe, nesse momento, estava armado, se não desencadeado. As lideranças dos sargentos, utilizando a rede de telecomunicações da FAB, entraram em contato com oficiais alocados em setores estratégicos do Exército. O general Augusto Frederico Correia Lima, comandante da Artilharia da Costa, articulava a revolta militar. Indignado com a humilhação imposta ao chefe do Exército, atitude considerada uma afronta a todos os generais, telefonou para vários deles, inclusive para o comandante do I Exército, general Odílio Denys. Em menos de uma hora, a rebelião militar estava combinada e cerca de 30 generais marcaram, para as 10h daquela noite, reunião na casa de Denys. (FERREIRA, 2011, p. 161).

Apesar de colocar seu cargo à disposição, o general Lott não o fez imediatamente, ficando acertado que esse seria passado ao general Fiuza às 15 horas do dia 11 de novembro. Na noite do dia 10, o general Lott entrou em contato com o general Denys, seu vizinho e comandante da Zona Militar do Leste (RJ).<sup>76</sup> Na conversa, o general Denys informou sobre a decisão dos outros generais de intervir no processo político, sob a liderança do general Lott, que aceitou a tarefa. Partiram, então, para o Ministério da Guerra para que o general Lott transmitisse as ordens necessárias para o avanço do movimento legalista, manobra necessária para garantir a posse dos eleitos Juscelino Kubitscheck e João Goulart e para parar o golpe em andamento. Para o general Denys, não se tratava de uma rebelião, mas sim de um contragolpe,

---

<sup>74</sup> “O ministro da Guerra chegou pontualmente às 18h, horário determinado por Luz, mas somente foi recebido duas horas depois, esperando, pacientemente, na antessala presidencial. A demora foi proposital: o presidente queria ferir a autoridade do ministro da Guerra, humilhando-o.” (FERREIRA, 2011, p. 161).

<sup>75</sup> “O Presidente Carlos Luz esperava que isso acontecesse, pois, desde aquela manhã já convidara para assumir o Ministério da Guerra o general Fiúza de Castro.” (SILVA, 1984, p. 116).

<sup>76</sup> Horas antes, o general Denys esteve na casa do general Lott e o alertou sobre as consequências de sua demissão. “O comandante avisou que iria se demitir do seu cargo e que, como ele, outros comandantes tomariam a mesma decisão.” (CARLONI, 2010, p.113). Além da visita do general Denys, Lott também recebeu um grupo de sargentos solidários ao general que apontaram a necessidade de ação e lhe informaram que as tropas estavam de prontidão aguardando as ordens do general. “Um importante elemento, para a mobilização daqueles praças e oficiais que se solidarizaram ao general Lott, era a honra do representante do Exército, que tinha sido maculada por elementos civis e pela hierarquia militar quebrada. Para muitos, esses pontos eram mais importantes que qualquer questão legal.” (CARLONI, 2010, p. 114).

o qual denominaram “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes” (FERREIRA, 2011).

Sob as ordens do general Lott, as tropas do Exército, no Rio de Janeiro, foram colocadas em movimento e ocuparam o “[...] arsenal da Marinha, o Campo dos Afonsos, o Departamento Federal de Segurança Pública, o Palácio do Catete [...] e os lugares onde poderia haver reuniões de militares contrários ao movimento” (CARLONI, 2010, p. 118). As demais unidades do Exército foram acionadas por rádio ou telefone: “o general Denys ficou responsável por fazer a movimentação das tropas de Minas Gerais de maneira que essa fechasse sobre o Distrito Federal” (CARLONI, 2010, p. 118). Foram detidos no Ministério da Guerra alguns oficiais, tais como o general Fiúza, o general Etchegoyen e o coronel Menezes Cortes.

Na outra ponta, o Congresso Nacional discutia como agir perante a ação dos militares. Para eles, “não cabia, na ocasião, analisar o sentido do movimento militar deflagrado. O importante, no momento, era evitar uma ditadura militar” (SILVA, 1984, p. 123). Como resultado dos debates, o presidente Carlos Luz foi declarado impedido, sendo sucedido pelo senador Nereu Ramos. Nesse momento, Carlos Luz estava a bordo do cruzador Tamandaré, junto com o almirante Silvio Heck, o coronel Mamede, Carlos Lacerda, entre outros. O objetivo era seguir para Santos<sup>77</sup> e estabelecer o governo em São Paulo. A tentativa de reação foi sufocada pela ação do Exército, que dominou praticamente todo o país, impedindo que os golpistas instalassem as bases de um governo paralelo.<sup>78</sup> O general Lott foi reempessoado no cargo de ministro da Guerra por Nereu Ramos, que também substituiu os ministros da Marinha e Aeronáutica. Apesar de vitorioso, o movimento de contragolpe acentuou as fissuras existentes entre as armas.<sup>79</sup>

---

<sup>77</sup> Segundo Carloni (2010) e Ferreira (2011), o governador de São Paulo, Jânio Quadros, era simpático às teses golpistas, mas retirou seu apoio ao movimento após a confirmação do senador Nereu Ramos enquanto presidente pelo Congresso, bem como após a determinação dada pelo general Lott, para que as tropas de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso, que se deslocavam para o Rio de Janeiro, rumassem para São Paulo, e irem tomando posições estratégicas que impossibilitaram a formação de um governo de resistência com o apoio do governador.

<sup>78</sup> “Diante da impossibilidade de manter a resistência e após ser aceita a capitulação, o cruzador Tamandaré regressou e chegou ao Rio de Janeiro na manhã do dia 13 de novembro. Depois de ancorar, estiveram presentes no navio parlamentares da UDN e o deputado Ovídio de Abreu, responsável por tratar com Carlos Luz os termos de sua renúncia da presidência da Câmara dos Deputados. Carlos Lacerda, ao desembarcar, procurou asilo na embaixada de Cuba e, posteriormente, partiu para os Estados Unidos.” (CARLONI, 2010, p. 122).

<sup>79</sup> “Para as forças Armadas, 11 de Novembro foi traumático, dividiu o Exército internamente, além de incompatibiliza-lo com a Marinha e a Aeronáutica. Na Marinha, quase todo o almirantado era anti-Vargas. Na Aeronáutica, o inconformismo atingiu o ponto mais alto. Manifestou-se em rebeliões armadas, como as de Jacareacanga (1956) e de Aragarças (1959). Em carta a Juscelino em 1956, o general Cordeiro de Farias apontava a existência de uma guerra fria entre as armas e sugeria a nomeação de ministros civis para pacificá-las.” (CARVALHO, 2019, p. 166).

É interessante notar que as frações militares mobilizadas politicamente agiram sob percepções distintas do mesmo conceito: a legalidade. Pode-se considerar que a ideia de legalidade esteve no centro da disputa dentro das Forças Armadas e, ao ser mobilizada, refletiu interesses políticos de grupos militares e civis envolvidos nos processos de ruptura e crises. Como demonstra Carloni (2010):

Nos quartéis, o debate assumiu dimensão singular, para os militares “profissionais” da linha do general Lott, a legalidade estava estritamente vinculada à defesa da Constituição, independentemente dos grupos políticos que estivessem no poder. Já para aqueles que identificavam as Forças Armadas como um “quarto poder” na República, a legalidade e a democracia deveriam estar compatíveis com um determinado projeto de nação. Para este grupo, a legalidade não era um estado alcançável apenas pelo cumprimento da lei constitucional. Ela e a própria democracia estavam relacionadas à condição moral e à racionalidade política do povo, que, desde o Estado Novo, se encontravam corrompidas pelos direitos trabalhistas. Portanto, a intervenção era justificável e necessária. (CARLONI, 2010, p. 97).

Ainda nesse sentido de mobilização legitimada pela manutenção da legalidade, Carloni (2010) identifica três orientações políticas diferentes entre aqueles que participaram do contragolpe de 11 de novembro de 1955. A primeira estava ligada aos oficiais que integravam o Movimento Militar Constitucionalista (MMC): eles se identificavam com a herança nacionalista de Vargas e com a esquerda política, apoiavam Kubitscheck e Goulart e “[...] propunham um ‘movimento revolucionário’ para afastar aqueles que tinham subido ao poder após a morte de Vargas e garantir as conquistas operárias e anti-imperialistas, como a Petrobrás” (CARLONI, 2010, p. 128). A segunda orientação era composta por oficiais conservadores anticomunistas, tal como o general Denys, que apoiaram o contragolpe não por conta da manutenção da legalidade, mas para barrar a liderança do MMC.<sup>80</sup> Na terceira se encontravam os oficiais conservadores fortemente ligados ao caráter profissional das Forças Armadas, tal como o general Lott, que agiram em nome da legalidade e da Constituição *stricto sensu*, “[...] e, em alguma medida, por pressão dos outros dois grupos [...]” (CARLONI, 2010, p. 128).

Desta forma, pode-se concluir que o contragolpe de novembro de 1955 teve significados diferentes para os militares que o fizeram. Sob a liderança do general Lott, militares legalistas, militares considerados de esquerda e militares conservadores preocupados com a atuação da “esquerda militar” atuaram unidos, contra militares, em sua maioria ligados à UDN, que

---

<sup>80</sup> “Desta forma, para Denys e muitos oficiais que participaram do movimento do 11 de novembro, sob a liderança do general Lott, a principal questão não era a legalidade ou a posse dos eleitos, tese defendida por Lott, e sim a oposição a um possível ‘golpe revolucionário’ do MMC, organização integrada por elementos considerados da esquerda política.” (CARLONI, 2010, p. 117).

preconizavam um golpe militar para afastar a possibilidade de um governo identificado com a herança política de Vargas e de aproximação com os comunistas. (CARLONI, 2010, p. 128).

A reação de parte do Exército que possibilitou o contragolpe de 11 de novembro garantiu a posse dos eleitos em janeiro de 1956. Contudo, também acentuou as divisões existentes dentro das Forças Armadas, sintetizadas em torno de dois projetos políticos distintos: o primeiro identificado como herdeiro do legado nacionalista e popular de Vargas; e o segundo visceralmente antivarguista, representado por um projeto liberal conservador e anticomunista.

## 2.2 O PERÍODO JK PELAS PÁGINAS DA REVISTA DO CLUBE MILITAR

### 2.2.1 Características do processo de desenvolvimento de JK

Para a compreensão do processo histórico no qual se deram os debates desenvolvidos na Revista do Clube Militar, é importante observar o contexto econômico-social em que o Brasil se encontrava. Para isso, é necessário destacar que, conforme Furtado (1981), a industrialização por substituição de importações foi um processo reativo, pois correspondeu a uma resposta ao aumento da demanda interna em uma economia primário-exportadora. Dessa forma, a diversificação produtiva assumiu a forma de industrialização nos países periféricos. Contudo, diferentemente dos sistemas nacionais autônomos, nos quais a diversificação das atividades produtivas proporcionou indústrias de base e equipamentos que foram ganhando autonomia tecnológica em setores relevantes e resultaram na exportação de bens elaborados e importação de matérias-primas, no caso da industrialização por substituição de importações a diversificação do sistema produtivo interno não impactou a qualidade das exportações. Nesse sentido, “[...] a diversificação do sistema produtivo pouco ou nenhum efeito tinha sobre a composição das exportações, que continuavam a girar em torno de uns poucos produtos primários” (FURTADO, 1981, p. 42). O autor, no texto citado, reforça que a iniciativa do Estado para a criação das indústrias de base, apesar de ser importante para a atividade industrial, não modificou qualitativamente as características econômicas dos países periféricos.<sup>81</sup> Nesse sentido, o processo de modernização capitalista operava-se mantendo as estruturas econômico-sociais herdadas do período colonial, o que resultou em um modelo de acumulação que

---

<sup>81</sup> Conforme o autor, tais características principais eram: “a) dependência vis-à-vis da exportação de uns poucos produtos primários; b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d) não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos” (FURTADO, 1981, p. 42).

avançava rumo à construção de uma sociedade moderna, mas atada umbilicalmente às dinâmicas passadas (FERNADES, 1975).

Dentro desse contexto, alguns textos publicados na RCM traçam o cenário econômico no qual JK e Jango encontraram o país. O número 141/1956, ainda sob o controle da Cruzada Democrática, reproduz trechos de um artigo do jornal *O Globo* com o balanço econômico elaborado pela FGV, no qual o economista Garrido Torres, diretor da revista *Conjuntura Econômica*, afirma ter havido uma redução da econômica nacional em 1955 em relação ao ano anterior. No artigo, Torres destaca três pontos: queda na taxa de crescimento da economia; desequilíbrio no balanço de pagamentos; e acentuação da inflação. Além disso, aponta que esse resultado era consequência da incapacidade das exportações de produzirem divisas suficientes para cobrir as importações. Ademais, indica outras condições, tais como: precariedade dos serviços públicos, que continuavam insatisfatórios; queda dos títulos públicos; redução das atividades da construção civil; e aumento da insolvência no Rio de Janeiro e em São Paulo.<sup>82</sup>

No mesmo número, o deputado federal Brasília Machado Neto<sup>83</sup> aponta uma queda contínua na produção nacional de borracha, o que gerou um descompasso entre a necessidade industrial de borracha e a capacidade de produção nacional. No texto “Inflação e austeridade”, publicado no número 142/1956, foram reproduzidos trechos do pronunciamento de João di Prieto na cerimônia de transmissão da presidência da Associação Comercial de São Paulo para Eduardo Saigh. Em um desses trechos, afirma: “[...] a Nação exige do Govêrno uma política de austeridade e disciplina, tão impopular, mas também tão patriótica, como a de Campos Sales, pois sem a drástica terapêutica preconizada, não havemos de sair do impasse em que nos encontramos” (RCM, n. 142, 1956, p. 147).

No número 142 da RCM consta o texto “Brasil pré-industrial” que, a partir dos dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela um pequeno panorama que ilustra o subdesenvolvimento no qual o país se encontrava:

Uma vasta área do Brasil, calculada em aproximadamente uma décima parte de seu território, ainda não tinha sido alcançada, até 1950, pela expansão de nossa economia industrial, segundo dados do Serviço Nacional de Recenseamento, divulgados na “Revista Brasileira dos Municípios” (n. 29). Em 52 municípios, dos 1894 existentes àquela época, não foi encontrado um só estabelecimento que pudesse incluir-se na classificação das indústrias então adotada, bastante ampla para abranger mesmo empreendimentos incipientes

<sup>82</sup> “Redução no ritmo de expansão da economia nacional em 1955” (RCM, n. 141, 1956, p. 140).

<sup>83</sup> “Continua decaindo a produção nacional de borracha. Recurso ao produto sintético.” (RCM, n. 141, 1956, p. 141).

como olarias e padarias ou simples unidades de extração e beneficiamento de produtos minerais ou vegetais. (RCM, n. 142, 1956, p. 133-134).

Os trechos citados traçam uma situação econômica de grande fragilidade estrutural, característica dos desequilíbrios de uma economia subdesenvolvida direcionada para a exportação produtos primários. Nesse sentido, a promessa de Juscelino Kubitschek de fazer o país avançar 50 anos em 5 era desafiadora. JK anunciou que, por intermédio de um plano de ação governamental, o Plano de Metas<sup>84</sup> promoveria uma grande aceleração da capacidade industrial e do desenvolvimento social no país, operando um substancial esforço para o desenvolvimento capitalista nacional.<sup>85</sup> Tal perspectiva se filiaria ao grande progresso industrial da era Vargas, como uma continuidade da sua política econômica. No entanto, conforme Ianni (1975), o governo JK foi um desdobramento singular dos componentes políticos e econômicos que acabaram com o governo Getúlio Vargas. Para o autor (IANNI, 1975), não sendo possível instalar uma ditadura para liquidar a democracia populista, o governo Kubitschek foi compelido a conciliar “[...] manteve e apoiou-se na política de massa, mas realizou um programa de desenvolvimento econômico baseado na internacionalização dos novos investimentos” (IANNI, 1975, p. 70). Nesse sentido:

Combinou o esquema de sustentação política criado com o modelo getuliano (portanto, de desenvolvimento econômico nacionalista) e uma política econômica voltada para a internacionalização, isto é, estruturada segundo o modelo diferente. (IANNI, 1975, p. 70).

De acordo com Ferreira (2011), JK afastou-se do projeto varguista, marcado pelo nacionalismo dos anos 1930. Citando Cláudio Bojunga, afirma que o presidente dividia o capital entre produtivo e especulativo, e não necessariamente entre nacional ou estrangeiro. Assim, “descomprometido com o projeto nacional-estatista dos trabalhistas, aceitava pragmaticamente o processo de internacionalização da economia brasileira do pós-Segunda Guerra” (FERREIRA, 2011, p. 179). Conforme Moreira (2016), a crítica contra a inversão direta de capitais estrangeiros era grande nos meios políticos, estudantis e sindicalistas ligados

---

<sup>84</sup> Sobre o Plano de Metas: “[...] o programa era, na realidade, um documento essencialmente econômico. Dividiase em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30)” (MOREIRA, 2016, p. 159).

<sup>85</sup> O objetivo principal do programa de metas era “‘acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras’. Como fim último propunha elevar o nível de vida da população, através de novas oportunidades de emprego, visando ‘um futuro melhor’, ponto devidamente enfatizado pelo presidente em sua campanha eleitoral e nos discursos ao longo do governo” (BENEVIDES, 1979, p. 2010).

ao movimento nacionalista, pois entendiam que essa forma de desenvolvimento atrelaria o país à lógica imperialista.

Para Dreifuss (1981), junto com as políticas desenvolvimentistas do governo Juscelino, prosperava um pacote tecnológico direcionado às indústrias determinadas no projeto do Plano de Metas, tal como a automobilística. Com isso:

Esperava-se que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria com uma escassez relativa de maquinário, equipamentos e know-how. (DREIFUSS, 1981, p. 34).

Para operar a execução do Plano de Metas, o governo criou um corpo burocrático, ou uma espécie de administração paralela, composto por diretores de empresas privadas, técnicos e militares que, agindo em consonância com o Executivo, era capaz de burlar a morosidade parlamentar na execução da política do governo. Assim, o presidente criou “[...] instrumentos extraconstitucionais, uma forma sub-reptícia de obter delegações de poderes para a realização do Programa de Metas, que jamais teria sido possível se tivesse que passar pelos tradicionais processos de tramitação legislativa” (BENEVIDES, 1979, p. 225-226). Conforme Franca (2018), teoricamente esse aparato estaria sob o controle do Conselho de Desenvolvimento<sup>86</sup>, mas na prática tal estrutura representou a união estratégica entre o capital internacional e o governo nacional. De acordo com Dreifuss (1981), esse mecanismo “[...] significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional”<sup>87</sup> (DREIFUSS, 1981, p. 35). Assim, apesar da presença do Estado na economia, ele não orientava a estrutura produtiva, pois era o capital estrangeiro que coordenava e direcionava o desenvolvimento interno.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> “[...] o controle do Conselho de Desenvolvimento (CD), formado pela SUMOC e pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), o qual subordinaria ao seu comando o BNDE, os órgãos executivos ou de assessoria, os Grupos de Trabalho (GT) e o CPA (Conselho de Política Aduaneira).” (FRANCA, 2018, p. 32).

<sup>87</sup> “E mais ainda, os novos interesses evitariam os mecanismos de controle e autoridades populistas, como o Congresso e a crítica pública que poderia ser dirigida aos interesses multinacionais e associados por parlamentares da oposição. Isso ocorria pelo fato de estarem as agências que faziam parte da administração paralela não somente envolvidas em sigilo administrativo, assim como operarem sob a cobertura ideológica de uma ‘racionalidade técnica’ e ‘perícia apolítica’ que supostamente as tornava imunes a pressões partidárias privadas.” (DREIFUSS, 1981, p. 35).

<sup>88</sup> “O capital monopolista, mediado pela penetração de corporações multinacionais, redefinia a divisão internacional do trabalho e estabelecia um novo centro produtivo-chave e um bloco organizacional dentro da estrutura sócio-econômica brasileira. A industrialização no Brasil seria integrada e absorvida por corporações multinacionais de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma

### 2.2.2 A questão do desenvolvimento nas páginas da RCM durante o período juscelinista

Os temas ligados ao desenvolvimento do capitalismo nacional, como já destacado anteriormente, foram objeto de inúmeros debates no Clube Militar, bem como nas edições da sua revista, notadamente naquelas sob o comando dos militares nacionalistas. A industrialização nacional, fundamentada na construção e consolidação das indústrias de base capazes de abranger setores considerados sensíveis para a segurança nacional, foi destacada ao longo das edições. A defesa do controle estatal sobre os minerais estratégicos e atômicos e sobre o petróleo, a imperiosa necessidade de aumentar a capacidade de produção de energia elétrica, bem como a melhoria dos sistemas de transporte de mercadorias, eram percebidas como elementos centrais para o impulso desenvolvimentista e emancipador daquela fase da história nacional. O desenvolvimento nacional, principalmente para os nacionalistas a partir da década de 1950, estava intimamente ligado à ideia de um país soberano capaz de solucionar os problemas do subdesenvolvimento por intermédio de reformas sociais que garantissem que as benesses advindas da modernização capitalista da economia fossem distribuídas em favor do conjunto da população. Assim, como afirma Delgado (2007), “reformismo, modernização desenvolvimentista e nacionalismo eram notas de uma mesma sinfonia” (DELGADO, 2007, p. 363).

Para Delgado (2007), o nacionalismo foi o substrato da marca de um tempo definido pelas ações humanas e pelos valores que conformaram o *ethos* desse tempo. Nesse sentido, o nacionalismo pode ser considerado como uma das características mais significativas do intervalo 1930-1964. No entanto, conforme a autora, é preciso apontar as diferentes características que assumiu ao longo do tempo. Dessa forma, na década de 1930, o nacionalismo estava vinculado ao programa governamental centralizador e intervencionista de Vargas, sendo difundido pelo discurso e ações do Executivo. De 1955 até 1964, o:

[...] programa nacionalista foi apropriado por expressivas organizações da sociedade civil e por inúmeros parlamentares, que transformaram tanto o Poder Legislativo como os sindicatos as organizações estudantis, os movimentos camponeses, as universidades e associações profissionais em espaços privilegiados de discussão e divulgação de suas principais teses. (DELGADO, 2007, p. 361).

Seguindo essa linha do tempo, a autora identifica duas expressões do nacionalismo, uma que denomina de nacionalismo dirigido, fortalecido a partir de meados da década de 1930, e

---

posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional.” (DREIFUSS, 1981, p. 62).

outra de nacionalismo reformista, que ganhou maior expressão a partir de 1950. A primeira se originou sob a marca da forte influência governamental e foi apoiada por uma mobilização popular constrangida pelo governo. A segunda se vinculou a uma organização mais autônoma da sociedade civil e “[...] enfatizou a ideia de que uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas” (DELGADO, 2007, p. 365).

Tratando especificamente do governo JK-Jango, Peixoto (1980) entende que a corrente nacionalista agiu como defensora da ordem constitucional vigente, ou seja, reafirmou o respeito à decisão popular que deu a vitória à chapa JK-Jango. Dessa forma, “[...] seu nacionalismo ficará mais prudente e mais moderado.” (PEIXOTO, 1980, p. 104). Assim, ainda que o governo Kubitschek operasse uma política econômica de ampla abertura ao capital estrangeiro se posicionar contra “[...]tal política teria significado a ruptura da aliança com a hierarquia militar constitucionalista e teria também provocado o enfraquecimento do governo no seio das Forças Armadas, o que iria favorecer um golpe de Estado contra Kubitscheck.” (PEIXOTO, 1980, p. 105).

Conforme Kunhavalik (2009), a retórica dos oficiais nacionalistas à frente do Clube Militar naquele momento não negava a participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento econômico nacional. Dessa forma, “para os nacionalistas/legalistas, ao contrário dos nacionalistas de 50/52, aceitar a presença do capital estrangeiro na economia nacional não significava a perda de autonomia política” (KUNHAVALIK, 2009, p. 193). Entretanto, eram favoráveis à participação direta do Estado em atividades econômicas estratégicas, como a cadeia do petróleo. Peixoto (1980) afirma que, a partir de 1958, quando o governo conseguiu maior estabilidade, a corrente nacionalista passou a se expressar de forma mais vigorosa. Todavia, como Kunhavalik (2009) observa, poucos meses após a posse de Juscelino, sob o comando da chapa nacionalista, a Revista do Clube Militar contou com inúmeros textos nos quais “[...] os editores defenderam nitidamente uma posição nacionalista, uma luta pelo desenvolvimento do país e pela independência econômica nacional” (KUNHAVALIK, 2009, p. 194). Entendia-se que tais pautas deveriam ser defendidas em um ambiente democrático e sem repelir as empresas estrangeiras.

O que se observa é que, a partir da vitória da Chapa Amarela, nacionalista, para a diretoria do Clube em 1956, a RCM contou com algumas seções específicas para abordar o tema do desenvolvimento nacional. A partir da edição n. 144/1957, a revista passou a contar com a seção “O Congresso na batalha do desenvolvimento”, destinada a mostrar os avanços e as discussões no Congresso Nacional sobre o desenvolvimento. Caracterizava-se por conter

excertos dos pronunciamentos dos deputados e senadores defensores do desenvolvimento nacionalista, sendo a maior parte retirada do *Diário do Congresso Nacional*. Os trechos citados na publicação reforçam a visão dos nacionalistas na defesa de suas principais pautas. Como exemplo, pode-se citar a reprodução do discurso do senador Domingos Velasco, que foi à tribuna para defender o que denominava *nacionalismo moderno*, ou seja, o nacionalismo das nações subdesenvolvidas. O senador cita que o líder do partido trabalhista inglês Aneurin Bevan, em 1951, “[...] declarou que este nacionalismo – ou seja, a tomada de consciência dos povos subdesenvolvidos, contrários à espoliação centenária do colonialismo e do imperialismo – era o fenômeno social mais importante deste século. E a Inglaterra é potência colonialista” (RCM, n. 144, 1957, p. 73). Velasco comenta que o Papa Pio XII também tratou sobre a questão do nacionalismo. O Papa teria acentuado: “[...] porém, que o fenômeno não é consequência de ojeriza, ódio ou rancor ao estrangeiro; decorre sobretudo, da consciência nacional desses povos, consciência que lhes determina não mais suportarem espoliação através da política colonial ou imperialista” (RCM, n. 144, 1957, p. 73).

Outro exemplo é a fala do deputado João de Abdala sobre a emenda apresentada pelo deputado Sérgio Magalhães para regular a remessa de lucros pelas empresas estrangeiras. Na exposição, o deputado critica a remessa de lucros feita pelas empresas estrangeiras, identificando-a como uma artimanha para conseguirem remeter somas maiores: capitais que surgem no país apenas na forma de capitais registrados. Assim, “fica consignado um crédito em favor do Governo donde procede o capital; este, entretanto, não chega ao Brasil” (RCM, n. 145, 1957, p. 40). O deputado ainda afirma: “queremos dar ao capital estrangeiro aquilo que ele realmente merece, mas, não podemos permitir que o capital estrangeiro venha explorar o homem brasileiro” (RCM, n. 145, 1957, p. 40). Sobre o mesmo tema, o deputado Gabriel Hermes relatou a enorme diferença entre a entrada de capitais estrangeiros e a remessa, sob a forma de juros e lucros, de montantes muito superiores às entradas. Expõe também a necessidade de rever a lei sobre investimentos estrangeiros no país.<sup>89</sup> Reforçando que não se tratava de ser contrário ao capital estrangeiro, o deputado Kerginaldo Cavalcanti faz a defesa do nacionalismo afirmando que não se travava de “[...] ser inimigo do capital estrangeiro, é ser inimigo do capital alienígena, é enfim, não admitir a colaboração dos estrangeiros” (RCM, n. 146, 1957, p. 60), mas sim que “o Nacionalismo, aliás, praticado em toda parte, é a auto-defesa

---

<sup>89</sup> “[...] em 1954 entraram no país 75.700,000 dólares e saíram sob a forma de juros e dividendos 216.900,000. Já em 1955, segundo os próprios dados oficiais [...] recebemos 248.800,00 dólares e nesse mesmo período foi remetido para o exterior, sob a forma de juros, dividendos e outros tipos de transferência de recursos, o montante de 681.100,00 dólares.” (RCM, n. 145, 1957, p. 45).

e preservação do bem-estar do povo, por esse Nacionalismo é que pelejamos” (RCM, n. 146, 1957, p. 60). Afirma, por fim, que “o povo brasileiro, representado por todas as suas classes, inclusive pelo comando da juventude militar está alerta na defesa da emancipação econômica da nossa pátria, pela convicção em que estamos, de que, sem essa libertação, o Brasil não preencherá os seus verdadeiros destinos” (RCM, n. 146, 1957, p. 60).

O discurso do deputado Josué de Castro reprova o liberalismo tal como defendido por alguns setores da sociedade e defende a regulação estatal sobre o capital como um imperativo do momento histórico no qual estavam inseridos.<sup>90</sup> Para o deputado, era necessário superar o mito liberal e exigir uma política de cooperação internacional que fosse favorável aos países subdesenvolvidos:

O desenvolvimento econômico-social depende mais das poupanças internas que deverão ser reinvestidas do que do afluxo de capital estrangeiro, que, na verdade – esta é a verdade dos fatos – se vai tornando cada vez mais exíguo para, as regiões subdesenvolvidas do mundo. Daí o liberalismo ser, hoje, no mundo e para as regiões subdesenvolvidas, em particular, um mito, sem vivência inteiramente superado pela realidade. E por isso é necessário deixarmos de fazer mitologia, como deixaram de fazê-lo outros países que despertaram do seu colonialismo com a consciência dessa realidade e se rebelaram contra a política colonial, exigindo uma política de cooperação internacional, libertando-se da escravidão de capital internacional e criando dentro deles uma consciência de defesa da riqueza nacional. (RCM, n. 147, 1957, p. 49).

O deputado Josué de Castro defende a intervenção estatal na regulação econômica e afirma que a postura dos nacionalistas não era socializante no sentido do socialismo totalitário, mas que era “[...] socializante, porque a tendência do mundo é socializar o capital no sentido do bem comum, não ditatorialmente, não revolucionariamente, mas evolutivamente, como evolui o mundo e tem de evoluir o Brasil” (RCM, n. 148, 1958, p. 38).

Outra seção da Revista que traz recortes da perspectiva nacionalista era “A Imprensa na Batalha do Desenvolvimento”, destinada a mostrar os avanços e debates na imprensa sobre o desenvolvimento nacional. Formada por trechos de reportagens retiradas de várias fontes jornalísticas, designa um quadro do dia a dia dos diálogos acerca do desenvolvimento da indústria nacional. No texto “O Brasil fábrica automóveis”, escrito por Pimentel Gomes e publicado no *Correio da Manhã* em 19 de setembro de 1956, o autor afirma que o país tinha

---

<sup>90</sup> Deputado Josué de Castro: “ainda ontem, nesta Casa, dessa tribuna, desafiava eu qualquer Deputado defensor da livre iniciativa, a que viesse demonstrar se resta no panorama econômico do mundo, algum país que se dê ao luxo suicida de considerar-se capaz de deixar a sua economia inteiramente libertada de qualquer controle estatal. Não há; porque então esse país seria esmagado pelo jogo da concorrência internacional, hoje mais desapiedada e desumana do que em todas as fases da História do mundo” (RCM, n. 148, 1957, p. 37).

quase 900 fábricas de autopeças espalhadas pelo território nacional, além de produzir internamente todas as peças de um veículo. Assim, “ora, um país que fabrica todas as peças de automóveis, fabrica automóveis. Basta juntá-las e dar um nome ao veículo” (RCM, n. 144, 1957, p. 90). Escreve com entusiasmo sobre o avanço da industrialização de automóveis com peças fabricadas no Brasil, ainda que pertencentes a empresas estrangeiras, tais como a Mercedes Benz. Afirma que a Fábrica Nacional de Motores (FNM) fabricaria naquele ano 4.000 caminhões pesados, ainda com motor estrangeiro. Para o autor:

Trabalha-se no Brasil. Trabalha-se muito mais do que se pensa. A indústria marcha aceleradamente, quebrando todos os tabus. Seremos fatalmente um grande império industrial. Um dia, dia relativamente próximo, seremos industrializados quanto a França e a Alemanha. Então seremos verdadeiramente independentes. Mais tarde alcançaremos os Estados Unidos. (RCM, n. 144, 1957, p. 91).

A reprodução do artigo de Adalgisa Nery, publicado no jornal *Última Hora* em 09 de março de 1957<sup>91</sup>, denuncia a exibição de um documentário em cinemas populares contra o monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás. No filme, mostra-se o quanto o povo venezuelano havia evoluído economicamente após a entrada de estrangeiros na exploração petrolífera. Faz-se uma comparação apresentando imagens de crianças e adultos maltrapilhos e, em seguida, de casas e carros de luxo, referências ao antes e ao depois da abertura ao capital internacional. Segundo a autora, a peça publicitária pretendia convencer o público brasileiro que esse teria muito a ganhar caso a Petrobrás também fosse aberta a exploração estrangeira.<sup>92</sup> Para Nery, “truste não foi inventado para espalhar o bem-estar geral. Muito ao contrário. Foi organizado para esmagar a coletividade, atrasar os povos, esmagar as vantagens legais e desrespeitar o direito cristão das massas!” (RCM, n. 145, 1957, p. 54). Além disso, a peça publicitária era falaciosa, pois:

Depois o que mostraram como sendo aspectos de uma miséria já superada pela política atual também é uma mentira, pois quem for à Venezuela agora, encontrará as mesmas crianças esqueléticas, subnutridas, sem escola e sem a menor assistência social que o filme disse ter desaparecido depois da intervenção dos capitais estrangeiros. Encontrará é bem verdade, um pedaço

---

<sup>91</sup> Texto: “Guerra de extermínio”, escrito por Adalgisa Nery e publicado no jornal *Última Hora*, em 09/03/1957 (RCM, n. 145, 1957, p. 53-54).

<sup>92</sup> Conforme Dreifuss, a estratégia de atingir a população com peças publicitárias contra o governo foi recurso muito utilizado pelo complexo IPES-IBAD a partir da década de 1960. Para o autor (1981), em operações de guerra psicológica através de cartuns e filmes os filmes produzidos pelo IPES “[...] eram apresentados em todos os cinemas pelos quatro cantos do país, tanto em sessões regulares quanto especiais. Eram passados em um ‘sistema de cadeia’, por arranjo feito com empresas de distribuição e donos de cinemas ligados ao IPES” (DREIFUSS, 1981, p. 250).

pequeno da Venezuela afundado em conforto e luxo nababesco. (RCM, n. 145, 1957, p. 53).

A autora encerra o texto afirmando que a censura, que se preocupava com imagens de coristas nuas na porta dos teatros e com o conseqüente corrompimento da moral dos jovens, deveria se atentar para peças de propaganda que induzem o público a acreditar que entregar o patrimônio nacional aos estrangeiros seria a melhor solução para o desenvolvimento nacional, uma vez que:

O que corrompe a moral é essa falta de censura na propaganda entreguista. O relaxamento dos costumes e dos princípios cristãos vem justamente da falta de pudor e da falta de patriotismo desse grupo entreguista que, por não possuir nenhum escrúpulo nem nenhuma consciência, provoca na mocidade todos os abandonos morais. Censura cinematográfica! Para ela não há nenhuma penalidade? (RCM, n. 145, 1957, p. 54).

Outro interessante artigo reproduzido nessa seção é “O trigo nacional em tela panorâmica”, escrito por Paulo R. Schilling (secretário geral da Associação dos Agricultores da Encruzilhada do Sul) e publicado originalmente no *Semanário* em 30 de janeiro de 1958. O secretário inicia o texto dissertando sobre a evolução da produção do trigo nacional que havia alcançado qualidade genética, bem como sobre o desenvolvimento e retorno ao campo das populações ligadas à cultura do trigo. Para Schilling, o inimigo do trigo nacional era o trigo importado, pois, organizado em *trust*, fazia pressão contra os produtores nacionais. Critica o acordo do trigo por intermédio do qual o governo brasileiro daria uma subvenção ao trigo americano via dólar fixo, resultando em um aumento no preço para o consumidor final. Para o autor, esse acordo foi “feito para liquidar a triticultura nacional, volta-se também contra o consumidor nacional, que será sacrificado com mais esse aumento. E, o que é pior, pretende-se atribuir ao trigo nacional essa responsabilidade, visando lançar o consumidor de todo o país contra os tricultores do sul” (RCM, n. 147, 1957, p. 54). Ele encerra o artigo chamando todos os nacionalistas para saírem em defesa do trigo nacional, o qual chama “Petróleo do Rio Grande”, dada sua enorme importância para a região e para o país, uma vez que era o segundo maior gasto em divisas internacionais, perdendo apenas para o petróleo.

Além dessas seções específicas para tratar dos temas ligados ao nacionalismo e ao desenvolvimento nacional, durante o comando nacionalista, esses assuntos foram debatidos em diversos artigos ao longo da publicação. A edição número 144/1957 reproduz a conferência *Panorama da batalha do desenvolvimento nacional*, feita pelo capitão-de-fragata Primo Nunes de Andrade, um dos seus editores, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No texto, o autor argumenta que seria necessário ampliar a reflexão em favor do nacionalismo

também a partir dos princípios morais cristãos, uma vez que essa era a “[...] moral baseada no amor ao próximo e, portanto, a moral de ‘conteúdo social’” (RCM, n. 148, 1958, p. 17). Ressalta que a resolução do antagonismo que dividia a sociedade em blocos irreconciliáveis, “[...] cada lado organizado segundo os preceitos de imperialismos de natureza ideológica ou econômica [...]” (RCM, n. 144, 1957, p. 22), estaria condicionada à conciliação dos anseios universais dos povos, isto é, à compatibilização entre os ideais fundamentais de liberdade e justiça. Nesse sentido, apenas um sistema econômico-social apto a harmonizar esses dois anseios seria capaz de “[...] permitir que a Humanidade ascenda a um novel de civilização que desconheça a luta de classes e as guerras entre nações” (RCM, n. 144, 1957, p. 22). Com base nessa perspectiva, afirma que o nacionalismo deveria ser interpretado apoiado em uma tomada de posição da consciência nacional dos povos, sendo:

[...] uma atitude natural destas comunidades que desejam gozar com justiça dos recursos naturais de que dispõem nos territórios em que vivem, e não deve ser confundido com o jacobinismo, que é um nacionalismo estéril e inexpressivo, o qual já inteiramente ultrapassado em uma época em que as fronteiras entre os países já perderam o significado de outrora, tendendo, por outro lado, o intercâmbio econômico, social e cultural entre os povos a estreitar cada vez mais as suas relações mútuas. (RCM, n. 144, 1957, p. 21).

Ao tratar do Brasil, o autor situa a dependência econômica existente como resultante do regime semicolonial vigente em vários países, caracterizado pela organização produtiva voltada para a exportação de matérias-primas e importação de produtos acabados, em um mercado externo de natureza imperialista. Nesse sentido, a crise econômica brasileira seria o resultado de fatores externos, dado ter atingido o teto de elasticidade da procura pelas matérias-primas nacionais, o que reduziu as nossas possibilidades de adquirir produtos acabados. Aponta que os problemas de infraestrutura ou pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico eram, principalmente, a carência de disponibilidade de energia elétrica e a insuficiência ou inadequação dos serviços de transportes. Para ele, era urgente que o processo de industrialização em curso fosse levado a cabo com a resolução dos pontos de estrangulamento, uma vez que a industrialização seria a medida capaz de resultar em aumento de produtividade e racionalização da economia.

No entanto, alerta que tal solução não deveria ser pautada nos moldes da economia semicolonial em fase de superação, ou seja, pela exploração monopolista do capital estrangeiro, e sim que esse esforço coletivo fosse coordenado, “[...] para que tal utilização seja realizada dando caráter de empreendimentos nacionais ao emprego do capital e do trabalho necessários às ditas finalidades, o que não exclui, aliás, o auxílio de empréstimos e financiamentos” (RCM,

n. 144, 1957, p. 23). Salienta também que essa orientação não poderia ser classificada como jacobinista, isto é, de ruptura radical com capital estrangeiro e o imperialismo, já que, para o autor, no setor de indústrias de transformação haveria espaço para colaboração entre “[...] o capital e a técnica alienígenas que procuram incorporar-se à corrente do desenvolvimento nacional. E este capital, quando reprodutivo e gerador de riquezas, tem sido e será sempre bem acolhido, pois representa um elo econômico de confraternização entre os povos” (RCM, n. 144, 1957, p. 24).

Assim, para o capitão-de-fragata Primo Nunes, a conquista do desenvolvimento nacional não exigia repelir o capital estrangeiro. Ao contrário, era bem-vindo quando integrado a um projeto de desenvolvimento direcionado à satisfação das necessidades nacionais e inserido em um projeto nacionalista de desenvolvimento capitalista. Outro ponto explorado no texto é o papel central das Forças Armadas na tarefa de levar adiante o processo de desenvolvimento econômico pelo qual o país atravessava. Nesse sentido, afirma que “constitui, por sua vez, a classe militar, recrutada entre elementos de todas as classes sociais, uma das forças positivas mais valiosas com que conta a consciência nacional para apoiar-se no seu processo de desenvolvimento” (RCM, n. 144, 1957, p. 26). A partir de uma perspectiva de participação democrática popular, o capitão afirma que, de todas as classes que formavam a sociedade brasileira, o proletariado era aquela que tinha seus interesses vitais mais intimamente ligados ao processo de desenvolvimento nacional, uma vez que:

Somente com o êxito a ser alcançado na grande batalha do desenvolvimento, poderá a classe proletária vir a ter seu padrão de vida elevado e vir a participar com mais intensidade e extensão da vida social da comunidade usufruindo na mesma proporção dos benefícios da riqueza e da cultura coletivas. (RCM, n. 144, 1957, p. 26-27).

O artigo do major Octavio Costa, “Estatismo e livre empresa, nacionalismo e patriotismo”, publicado no número 148/1958, faz uma crítica contundente à campanha da imprensa com relação ao tema do nacionalismo e do estatismo, notadamente aos artigos construídos para defender o fracasso da Petrobrás e demais ações nacionalistas. Conforme o autor, esses textos repetiam argumentos e sofismas que taxavam de comunistas todos aqueles que se opunham aos propósitos e opiniões de tais artigos. Costa ainda afirma que estes textos construíam a ideia de que a intromissão do Estado no domínio econômico levaria os povos à miséria e à ditadura, e que apenas a livre empresa conduziria à prosperidade e ao engrandecimento da liberdade. No entanto, aponta que:

[...] ninguém de bom senso neste País está advogando a invasão do Estado nas atividades econômicas. O que enormes e respeitáveis correntes de opinião desejam, com as Forças Armadas à frente, é o monopólio estatal dos materiais estratégicos, como imperativo da própria segurança nacional. (RCM, n. 148, 1958, p. 11).

Assim, reforça que o nacionalismo ao qual se filiavam, em grande medida as frações nacionalistas à frente do Clube Militar, não era aquele que rechaçava a presença do capital internacional, mas sim o que conduziria esse capital de acordo com os interesses estratégicos da nação, posicionamento consoante à fala do capitão-de-fragata Primo Nunes. Para o autor, era necessário afastar do controle desses capitais os setores sensíveis para o desenvolvimento nacional autônomo, diretamente ligado à segurança nacional. Nesse sentido, afirmou que os capitais estrangeiros deveriam esquecer a exploração do petróleo, sob o domínio estatal, e se concentrarem em levar “[...] esses capitais e toda a dinâmica livre iniciativa para outros ângulos de nossa batalha de desenvolvimento, deles tão necessitados” (RCM, n. 148, 1958, p. 11). Costa conclui seu argumento pontuando que a campanha midiática contra a presença estatal no ramo petrolífero, ao invés de fragmentar as Forças Armadas, estaria servindo de mote para que elas se unissem. Assim, “na defesa da tese nacionalista do petróleo, o povo brasileiro há de ver, uma vez mais, irmanadas suas Forças de Terra, Mar e Ar” (RCM, n. 148, 1958, p. 13).

O editorial “Para a frente!”, publicado no número 151/1958 da RCM, faz uma reflexão sobre a aceleração do tempo histórico e o desenvolvimento industrial como meta das nações periféricas do capitalismo. Afirma que o Brasil começou sua jornada rumo à industrialização a partir de 1930 e que vãs seriam as tentativas de interromper esse processo. Aponta, ainda, que são muitos os frutos desse esforço industrializante guiado pelo Estado. Assim:

A Petrobrás, a Siderurgia, a Indústria Nacional Automobilística e enorme gama de outras realizações, são fatos incontestes, muitos deles afirmando a necessária liderança do Estado na política do desenvolvimento, como imperativo desse mesmo desenvolvimento e inculcando fé, àqueles que, por ignorância, desacreditam de nossa capacidade. (RCM, n. 151, 1958, p. 6).

Ajuda a ilustrar o tema do desenvolvimento a partir da perspectiva nacionalista do período o artigo escrito pelo engenheiro e economista Américo Barbosa de Oliveira, “Capitais para eletrificação, dois poderes medem força”, publicado na edição n. 149/1958. Ali, o autor critica as medidas governamentais e apresenta o quanto era prejudicial aos interesses nacionais a participação do capital estrangeiro em setores estratégicos. Também relata os conflitos referentes à tentativa de revogação do Código de Águas, o qual previa a defesa da indústria da eletricidade para empresas brasileiras e a criação de um regime tarifário igual ao americano,

calculado pelo custo, bem como a obrigatoriedade de as empresas pré-existentes se submeterem à revisão dos contratos. Afirma que as empresas estrangeiras passaram a se mobilizar para derrotar o Código por meio decretos-leis, decretos, portarias e leis e que essas medidas impediam a revisão dos contratos. Ainda, com o crescimento descompensado da economia, as empresas passaram a aplicar tarifas maiores, a pedir empréstimos federais, a recorrer a empréstimos garantidos pelo governo e a favores para garantir ganhos cambiais. Além disso, Oliveira aponta que as tarifas, a partir de 1945, passaram a ser ajustadas com frequência.

Nesse cenário, para as empresas estrangeiras, a solução para os problemas era simples: aumentar as tarifas para a constituição de Fundo Nacional de Eletrificação, visando financiar as novas instalações que seriam incorporadas ao patrimônio nacional, medida que já havido sido aprovada pela Câmara. Observa-se que, com essa prática, o governo estaria concedendo os recursos do fundo na forma de empréstimos às empresas estrangeiras. No entanto, o governo havia elegido justamente a opção que favorece as empresas internacionais em duas vias: o aumento da tarifa e a constituição de melhorias sobre o capital privado, sendo os lucros remetidos ao exterior, pois não havia obrigação de inversões nacionais. Em contrapartida, Oliveira argumenta que a solução para o problema da energia elétrica deveria custar o mínimo de divisas, uma vez que o capital era nacional, assim como o corpo técnico. Lembra que em uma empresa nacional a única despesa em dólar seria a importação de equipamentos, o que deveria diminuir com a fabricação do material elétrico no país. Por fim, termina o texto dizendo que ao Congresso incumbiria o reexame do projeto de lei n. 1898-56.<sup>93</sup>

“Desenvolvimento e estrutura agrária”, publicado na edição n. 151/1958 e escrito pelo capitão Primo Nunes, que destaca o desenvolvimento econômico no meio urbano. O autor afirma que tal processo não era observado quando se tratava do campo. No meio rural subsistia os resquícios do regime colonial e do feudalismo, uma vez que o sistema de distribuição e aproveitamento das terras ainda era o de extensas regiões, a propriedade se concentrava em poucas pessoas e a produtividade era baixa. a reforma da estrutura agrária como um imperativo para o desenvolvimento, de modo que:

As elites dirigentes do País deverão compenetrar-se desta realidade e promover a elaboração de uma legislação adequada, que permita que tal

---

<sup>93</sup> O projeto de lei n. 1898-56 “[...] dispõe sobre o regime econômico e financeiro das empresas de eletricidade. Esse projeto visa, fundamentalmente, a proporcionar às empresas de eletricidade o reajustamento dos montantes do Investimento e dos Fundos de Depreciação, Reversão ou Amortização, Obras e Instalações em Andamento, mediante a aplicação, aos valores escriturados pelas empresas de eletricidade a 31 de dezembro de 1955, de coeficientes de correção, em função da perda do poder de compra da moeda nacional [...]” (O SEMANÁRIO, 1958, p. 10).

transformação de estrutura se opere tranquilamente, sem as convulsões sociais que estão sendo prenunciadas por alguns episódios isolados de disputa violenta pela posse da terra, que vem ocorrendo no sertão brasileiro. (RCM, n. 151, 1958, p. 14).

Outro escrito que toca na questão da estrutura agrária foi publicado na edição n. 152/1959. O artigo “A reforma agrária: um imperativo nacional”, do deputado Josué de Castro, faz uma defesa enfática da reforma agrária para corrigir distorções e proporcionar desenvolvimento econômico e social para o povo. Castro começa o texto recordando a dinâmica econômica brasileira até aquele período: de um lado, uma economia inicialmente voltada para o mercado exterior de produção de matérias-primas para exportação, atravessando um processo de transformação pelos ideais nacionalistas e de autodeterminação a partir de 1930, com um significativo aumento da produção industrial; de outro, uma economia que caracteriza o subdesenvolvimento e a disparidade na distribuição da riqueza entre os grupos sociais e regiões que compõem o espaço sociogeográfico na nação. Para o autor, a priorização do desenvolvimento da região sul agravava ainda mais os desníveis de desenvolvimento já existentes entre as regiões, lembrando que o processo de desenvolvimento em países subdesenvolvidos gerava distorções que precisavam, a todo momento, ser corrigidas. Daí nascia a impossibilidade de importação de modelos de desenvolvimento de outros povos. Mas “no caso brasileiro a distorção mais acentuada tem sido o atraso da agricultura em relação ao progresso do setor industrial” (RCM, n. 152, 1959, p. 40). Assim, “promover o desenvolvimento econômico-social autêntico, será antes de tudo procurar atenuar esses desníveis através de uma melhor distribuição da riqueza e de um mais justo critério de investimento nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país” (RCM, n. 152, 1959, p. 40).

Na concepção de Castro, ainda que o governo Kubitschek tivesse o objetivo patriótico de impulsionar a aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico, “[...] não tem proporcionado, entretanto, os instrumentos adequados a esse nivelamento reequilibrante do conjunto econômico nacional” (RCM, n. 152, 1959, p. 40). Outro fator destacado por Castro foi a compreensão de que o atraso da agricultura brasileira se revelava não no volume da produção, e sim nos baixos índices de produtividade, do produtor agrícola e da terra cultivada. Para o autor, “é o baixo rendimento do homem rural que faz com que sejam necessários dez milhões de hectares de terra, enquanto nos Estados Unidos oito milhões de homens cultivam 190 milhões de hectares, ou seja uma área dez vezes mais extensa” (RCM, n. 152, 1959, p. 41).

Dessa forma, o atraso na agricultura constituiria um fator de estrangulamento do desenvolvimento econômico visto como um todo, uma vez que a escassez e os altos preços dos produtos de subsistência pressionariam a obtenção de salários maiores para os trabalhadores da indústria, onerando o custo da produção industrial. Eles também reduziriam a capacidade aquisitiva dos trabalhadores rurais, o que impactaria na formação de mercado para os produtos industriais e contribuiria para a migração interna das populações, que pressionavam o governo para disponibilizar mais recursos voltados à assistência dos serviços públicos. Nesse sentido, Josué de Castro afirma que era urgente uma reforma agrária capaz de desestruturar o caráter feudal da estrutura agrária brasileira, montada a partir de grandes capitâneas hereditárias pouco produtivas, e de implementar regulação legal que permitisse a distribuição das terras sem grandes prejuízos aos cofres públicos. Assim, seria possível elevar a produtividade do trabalho do homem do campo, o que impactaria positivamente no desenvolvimento nacional como um todo.

Já o artigo escrito pelo tenente coronel aviador Luiz F. Perdigão, “Sobre o reequipamento aeronáutico”, relata a dificuldade da Aeronáutica brasileira de modernizar o material aéreo, bem como os elevados gastos que o país incorria ao comprar material do estrangeiro para equipar sua força aérea. Publicado no número 144/1957, o texto resume assim o problema: “em suma: a própria experiência da FAB demonstra que não pode existir poder aéreo sem indústria aeronáutica” (RCM, n. 144, 1957, p. 136). Com base no estudo feito pelo major engenheiro George de Moraes, Perdigão demonstra que existia, naquele momento, uma capacidade para produção interna de 75% do peso ou em valor de um avião bimotor moderno de médio porte. Isso significava a existência no país de indústrias básicas e fábricas subsidiárias capazes de sustentar economicamente uma indústria aeronáutica por meio do fornecimento de matérias-primas, partes elaboradas, peças e equipamentos. Dessa forma, era necessário incentivar e promover esse parque produtivo já existente no país.

Perdigão destaca também a presença de um mercado amplo para aviação civil. Para o autor, a solução estaria em um planejamento de longo prazo elaborado pelos órgãos governamentais que controlasse de modo direto o reequipamento da Força Aérea Brasileira (FAB), o que também significaria o uso de um instrumento de orientação do governo voltado para o mercado aeronáutico civil que não feriria o setor privado: “isso [subvenções ao setor privado, quando necessárias condicionadas ao plano aeronáutico geral] e o controle de importações, que existe, transformam o governo em elo chave da cadeia de medidas capaz de apressar o florescimento da indústria aeronáutica no país” (RCM, n. 144, 1957, p. 141).

A partir do exposto, pode-se afirmar, concordando com Kunhavalik (2009), que os textos publicados na Revista do Clube Militar sob o comando dos nacionalistas, ao longo de todo o período Kubistchek, defenderam abertamente as pautas nacionalistas e desenvolvimentistas. Buscaram enfatizar a construção da independência econômica nacional, inclusive com críticas ao governo, notadamente no que dizia respeito à necessidade de se fazer uma reforma agrária capaz de solucionar os problemas históricos no país no campo. A finalidade dessa reforma era suportar o crescimento da demanda nas cidades e conjugar o desenvolvimento do campo com uma estratégia de aumento do mercado interno de consumidores para os produtos industriais nacionais. Fizeram também críticas à entrada do capital internacional, principalmente quando o que estava em voga era o controle de materiais ou recursos estratégicos, entendidos como centrais para a soberania nacional, e o controle da remessa de lucros. Dessa forma, o que se percebe é a defesa de um modelo de desenvolvimento econômico e social que não buscava rechaçar o capital internacional, mas restringir o seu campo de atuação a empreendimentos não sensíveis para a segurança nacional. Ademais, propunham coordená-lo com um projeto maior de desenvolvimento interno que intentava, essencialmente, manter e ampliar a soberania nacional frente às nações imperialistas, ao mesmo tempo em que buscava integrar as classes trabalhadoras nos ganhos econômicos e sociais resultantes do processo de desenvolvimento capitalista.

### 2.3 AGITAÇÃO MILITAR DURANTE O GOVERNO JK

A base política de apoio do governo Juscelino foi construída a partir da aliança entre o Partido Social Democrático (PSD), de Kubitschek, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de João Goulart. O primeiro tinha um perfil conservador e ruralista; o segundo era ligado aos setores trabalhistas urbanos. De acordo com Moreira, essa aliança rendeu à administração JK um aspecto de governo de centro, “[...] pois combinava setores políticos com agendas bastante diversas” (MOREIRA, 2016, p. 165). Na oposição estava a União Democrática Brasileira (UDN), que combatia a herança varguista e se pautava pelo discurso da moralidade pública. Para D’Araujo, um dos fatores responsáveis pela estabilidade do período decorria da “[...] aliança entre UDN, PSD e PTB no Congresso e do acordo eleitoral firmado entre estes dois últimos partidos em 1955” (D’ARAÚJO, 1996, p. 123). Tal acordo previa a distribuição de

cargos e respeitou os interesses do governo federal nos planos regionais e partidários.<sup>94</sup> Assim, para a autora, “mais do que atender a interesses partidários, a distribuição dos ministérios teve como alvo apaziguar querelas da política local” (D’ARAUJO, 1996, p. 124). Segundo Benevides (1979), se o Executivo podia contar com o Legislativo para aprovar as matérias de seu interesse, também havia por parte do Executivo, exceto na área de política econômica, um esforço para prestigiar o Legislativo. Portanto, “[...] durante todo o período a prerrogativa do veto presidencial foi exercida com extrema moderação, visando sempre as diretrizes do programa de desenvolvimento” (BENEVIDES, 1979, p. 81).

Passando para o campo militar, percebe-se que a estabilidade alcançada no âmbito das relações Executivo-Legislativo não se encontrava nessa área. O contragolpe de 11 de novembro garantiu a posse dos eleitos, mas, como dito anteriormente, não aplacou os ânimos daqueles que conspiravam contra os indivíduos identificados como herdeiros políticos de Getúlio Vargas. A divisão no seio das Forças Armadas, opondo, principalmente, o Exército às demais forças, consolidou no universo ideológico da consciência militar a polarização entre o nacionalismo com viés de esquerda e o liberalismo internacionalizado de direita.<sup>95</sup> Durante os primeiros meses do governo Kubitscheck/Goulart, o Clube Militar esteve sob a direção da Cruzada Democrática<sup>96</sup>, que fez, como não poderia deixar de ser, oposição ao governo recém-eleito.<sup>97</sup> O editorial da RCM n. 141 (abril/junho de 1956), denominado “Alerta!”, denuncia uma perigosa aproximação da burguesia nacional com os comunistas. Para tanto, cita um trecho de texto escrito pelo ex-tenentista e líder comunista Luiz Carlos Prestes<sup>98</sup>, no qual aponta que os

<sup>94</sup> Segundo Benevides: “[...] a aliança entre PSD/PTB funcionou bem no Governo Kubitscheck porque todos os compromissos da campanha eleitoral quanto à distribuição de cargos foram assegurados durante todo o período” (BENEVIDES, 1979, p. 76, grifo da autora).

<sup>95</sup> Sobre tal período, Ianni diz: “em 1954, é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente. É a época em que se impunha o aprofundamento das rupturas com os setores externos e com a sociedade tradicional, se desejava entrar em novo estágio de aplicação do modelo getuliano” (IANNI, 1975, p. 68).

<sup>96</sup> A diretoria da revista n. 141, referente aos meses de janeiro a março de 1956, era composta por: presidente, general Pedro Leonardo de Campos; 1º vice-presidente, Juarez Távora; 2º vice-presidente, João de Andrade Nino; diretor-secretário, major Plínio Pitaluga; diretor-tesoureiro, capitão Natalício Acióli dos Santos; diretor do departamento cultural, Jurandir Bizarria Mamede; Departamento recreativo, tem. cel. Marílio Malaquias dos Santos; Departamento desportivo, major Celso dos Santos Meyer; diretor do departamento cooperativo, general José Oswaldo Pinheiro da Motta.

<sup>97</sup> Conforme Sodré: “durante todo o governo Kubitscheck, persistiu a atividade conspirativa, tornada endêmica” (SODRÉ, 1967, p. 505).

<sup>98</sup> O texto de Prestes é “A situação atual, tática e tarefas do PC”, publicado na *Problemas*, n. 27, jan./fev. 1956. O trecho citado na Revista foi: “fazer contatos, acordos e entendimentos com correntes, agrupamentos e partidos políticos, mas sempre com este mesmo fim: a ação das massas” (RCM, n. 141, 1956, p. 3).

acordos e entendimentos com diversos grupos deveria estar balizado pela ação das massas. O artigo ainda acrescenta:

[...] verifica-se que, na consecução de seus objetivos, egoísticos e imediatistas, a burguesia nacional não tem recuado ante processos e compromissos: cúpida e primária, alia-se aos vermelhos e com eles faz causa comum. [...] Agindo assim, vê o burguês, com o olho gordo, o proveito de hoje, já que suas curtas vistas não devassam além de suas conveniências atuais, não vislumbra o comunista, com espírito frio, a ampla estrada, que lhe abrirá, num futuro próximo a transigência momentânea do inimigo entorpecido. (RCM, n. 141, 1956, p. 3).

Para os editorialistas, a burguesia brasileira errava ao fazer supostos acordos com os comunistas. Nessa mesma edição, o texto do procurador-geral da República, Themístocles Cavalcanti, disserta sobre o que considera a ineficiência das elites nacionais. Essas seriam responsáveis pelo descompasso entre o desenvolvimento do país e as instituições, que não seriam sólidas o suficiente “[...] e capazes de servir de base a um Estado político e administrativamente organizado” (RCM, n. 141, 1956, p. 19). Seriam, portanto, instituições sem eficácia para superar crises, sendo necessário reformá-las, mas que tal mudança não teria se realizado “[...] por ausência das nossas elites políticas, por falta de clarividência, coragem e despreendimento dessas elites” (RCM, n. 141, 1956, p. 19). Dessa forma, o autor identifica um país dotado de uma elite fraca e despreparada para o exercício do poder. No entanto, é importante salientar que, para Cavalcanti, a saída não estava no aumento do poder e da participação popular no mundo político, pois a classe trabalhadora em geral também seria incapaz de resolver seus problemas. Para o autor, a solução estaria na constituição de uma estrutura administrativa sólida capaz de resistir aos impactos das crises políticas, algo muito próximo da “administração paralela” exercida durante o governo JK e citada anteriormente.

Ao lado de uma burguesia insuficiente, o editorial “Alerta!” afirma que a presença comunista se espalhava pelas Forças Armadas. A candidatura de Juscelino e Goulart teve apoio de diversos setores da vida nacional e, além disso, suporte explícito do partido comunista.<sup>99</sup> Isso representava, para a direita militar, a prova concreta da infiltração comunista na vida nacional.<sup>100</sup> Tal atuação seria tão profunda que:

<sup>99</sup> Conforme D’Araújo, na convenção nacional do PTB que consagrou o nome de João Goulart na disputa pela vice-presidência dentre as várias manifestações e apoio foi lida: “[...] ‘carta do sr. Luís Carlos Prestes propondo a formação de uma frente popular que aliasse trabalhistas e comunistas na disputa das eleições presidenciais’” (D’ARAÚJO, 1996, p. 109). De acordo com Benevides (1979), o importante apoio dos comunistas para a vitória JK-Jango foi um dos fatores que contribuíram para a tática udenista de impugnação, argumentando sobre a “ilegalidade” dos votos dos comunistas, uma vez que o partido estava proscrito.

<sup>100</sup> Para Carloni, os militares “[...] da Cruzada Democrática ou simpatizantes de suas orientações tinham em comum o fato de pertencerem aos quadros da ESG, espaço por excelência de elaboração ideológica e de estratégias dos

A influência deste clima contristador, não escapam, é forçoso dizê-lo, as próprias Classes Armadas que, em tempos ainda recentes, sentiram os influxos nefastos da ação vermelha, nos próprios quadros do Clube Militar. Comunistas e inocentes úteis de então, aproveitavam-se do justo espírito nacionalista dos militares, pondo-o a serviço de uma atividade agitadora, de natureza política e âmbito nacional. Relembrando as árduas lutas para reintegrar o Clube em suas verdadeiras finalidades, reafirmamos que a ameaça vermelha subsiste, pronta a aproveitar qualquer oportunidade, com agravante, de apresentar-se o inimigo mais experimentado, fortalecido e prestigiado, em sua luta solerte de cizânia, no seio das Forças Armadas. (RCM, n. 141, 1956, p. 4).

Dessa forma, no entendimento dos membros da Cruzada Democrática no comando da associação, que conspiraram fortemente contra a posse de Juscelino e Goulart, os “influxos nefastos da ação vermelha” poderiam ser observados nas classes armadas quando parte delas, notadamente os nacionalistas, agiram em defesa da legalidade e contra o golpe planejado pelo setor golpista ligado à UDN. Para a Cruzada Democrática, as demandas dos nacionalistas escondiam as reais intenções dos comunistas: a divisão das classes armadas e a infiltração comunista no país.

#### 2.4 GENERAL LOTT, SUSTENTÁCULO DO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHECK E OS CONFLITOS LATENTES DURANTE ESSE PERÍODO

No contexto de disputas ideológicas em torno do projeto de país a ser desenvolvido aglutinavam civis e militares no apoio ou rejeição à herança varguista. Os mesmos indivíduos que combatiam Getúlio Vargas passaram a combater o governo JK (CARVALHO, 2019). Assim, no campo militar, para que fosse possível governar, seria preciso manter um rígido controle dos quartéis para dissipar as conspirações e eliminar ameaças ao governo.<sup>101</sup> Para tanto, Kubitscheck designou para o Ministério da Guerra o general Henrique Teixeira Lott. Com isso:

Uma das primeiras medidas como ministro do novo governo foi desarticular os oficiais suspeitos ou envolvidos na tentativa de golpe contra JK e Jango em 11 de novembro do ano anterior. Os golpistas foram deslocados para zonas fronteiriças e para as Circunscrições de Recrutamento, para exercerem funções meramente burocráticas. (CARLONI, 2010, p. 133).

---

grupos civis e militares defensores de um projeto político e econômico liberal alinhado aos Estados Unidos e preocupados com a segurança nacional ante a ameaça externa e interna do comunismo” (CARLONI, 2010, p. 102).

<sup>101</sup> “Kubitscheck, apesar da legitimidade auferida pelo voto, e, portanto, do apoio popular e da maioria no Congresso, percebeu a necessidade de manter não apenas um esquema de sustentação, como também de cooptar os militares no poder.” (BENEVIDES, 1979, p. 154).

O general Lott, ex-ministro da Guerra de Café Filho e liderança central do contragolpe de 11 de novembro, era o nome mais acertado para aplacar as disputas e possibilitar a governabilidade. O general não era um getulista, pois era abertamente anticomunista e identificado com a ala profissional das Forças Armadas. Além disso, ele era extremamente respeitado dentro das Forças Armadas por sua postura severa, apolítica e neutra em relação aos grupos em disputa, ainda que tivesse comandado o 11 de novembro em favor da legalidade.<sup>102</sup> Conforme Ianni (1965), o poder político no Brasil, inserido em um cenário de uma democracia burguesa recente, não se encontrava plenamente desenvolvido, e as instituições não estavam em condições de conduzir plenamente a política nacional. Dessa forma, “[...] a força militar, especialmente o exército, foi constituído como *poder moderador* de tipo singular” (IANNI, 1965, p. 45, grifo do autor). Ainda para o autor:

Nenhum governante, se quiser ter um programa original, pode exercer suas atividades sem um “aparelho militar” adequadamente estruturado. Jânio Quadros caiu porque não soube mantê-lo. [...] E Getúlio Vargas, em 1954, quando a reação da direita atingiu sua maior virulência, viu que o seu dispositivo militar estava minado. Caiu porque perdera as bases militares do poder. [...] O mesmo ocorre com João Goulart, em 1964. [...] Todo o movimento que pratica a *realpolitik* inclui as forças militares em seus esquemas. (IANNI, 1965, p. 45, grifo do autor).

Nesse sentido, era imprescindível para JK a construção de um aparelho militar capaz de dissuadir os conspiradores e abafar o conflito, se quisesse governar, e o general Lott no comando da pasta da guerra era a peça fundamental para isso. De acordo com Benevides (1979), seguindo essa linha pragmática quanto à necessidade de manutenção da ordem e constrangimento das conspirações para a realização do Plano de Metas, a manutenção da estabilidade vivenciada pelo governo em uma época de ebulição conspiratória só foi possível, no campo militar, graças ao que a autora denominou de tripé de segurança. Esse era formado pelo ministro da Guerra (general Lott), pelo comandante do 1º Exército (general Denys) e pelo chefe de Polícia do Distrito Federal. Nesse arranjo, os dois primeiros eram imprescindíveis:

O Gen. Lott era insubstituível por vários motivos, e o Gen. Denys insubstituível por duas razões: sua atuação decisiva no 11 de novembro e o fato de dispor de tropa, comandando a mais importante área política e militar do país (a sede do governo) englobada pelo Exército. A crescente importância do Gen. Denys é comprovada quando se permite uma alteração na lei para

---

<sup>102</sup> “[...] Lott era o único ‘ministeriável’ – era o militar impoluto, cuja folha de serviços, se não era brilhante, era impecável, em termos de cumprimento do dever e do regulamento. [...] qualquer outro nome romperia o equilíbrio de forças em torno de Kubitschek e Goulart.” (BENEVIDES, 1979, p. 155-156).

mantê-lo na ativa – a chamada “Lei Denys” – quando deveria cair em reserva compulsória por idade. (BENEVIDES, 1979, p. 165).

Segundo Carloni (2010), a manutenção da estabilidade política também se assentava em uma frágil confluência entre a maioria do Congresso e a política conciliatória do Plano de Metas, em associação profunda com a coerção exercida pelo ministro da Guerra.<sup>103</sup> Carloni explica que: “mantido na pasta da Guerra, Lott conduziu com pulso firme a mais importante das três forças militares, silenciando e dissipando dissidências e rebeliões de oficiais militares das três forças que se opunham ao seu ministério e ao governo JK” (CARLONI, 2010, p. 132). Para Benevides (1979), outro ponto importante para a governabilidade do período foi a proximidade ideológica entre a diretoria do Clube Militar e a hierarquia no governo, o que contribuiu para a relativa estabilidade e pouca agitação no campo militar, pois:

[...] o governo pôde contar com a tranquilidade relativa do Clube Militar, que ficou de fora da ação golpista, não sendo mais usado como centro de conspiração e agitação como em 1954, o que facilitou sobremaneira o papel preponderante do Gen. Lott. Essa tranquilidade do Clube Militar foi importante para a estabilidade do período, pois o CM era considerado o “barômetro político” do Exército: representava melhor o pensamento do Exército porque sua diretoria era eleita entre os oficiais membros, enquanto que os escalões superiores eram nomeados pelo Presidente ou pelo Ministro da Guerra. (BENEVIDES, 1979, p. 158-159).

No campo civil, dentre as ações do ministro da Guerra para a segurança do governo se destaca a contenção da Marcha da Produção, movimento de cafeicultores contra a política governamental de confisco cambial promovida entre os anos 1957 e 1958. Em duas ocasiões, o governo central enviou o Exército<sup>104</sup> e dissipou a tentativa de pressão. Outro ponto importante, segundo Benevides (1979), foi o respeito, pelo Executivo nacional, aos pontos considerados inegociáveis para os militares nacionalistas: a política de segurança e a política de desenvolvimento das indústrias básicas intrinsecamente ligadas à questão da segurança nacional, tal como a do aço, do petróleo e da energia, sendo essa uma das pautas centrais a manutenção do monopólio da Petrobrás. Com relação ao último ponto, em discurso proferido,

<sup>103</sup> Conforme Benevides, o governo Kubitscheck estava inserido entre governos altamente instáveis (Vargas 1950-1954; Goulart 1961-1964), com constantes alterações de ministros da Guerra. Assim: “a permanência do Gen. Lott. No Ministério da Guerra revelou-se altamente funcional: a união do Exército, corporação e líder, em torno do sentimento de disciplina e unidade militar encarnado pelo Ministro foi fator fundamental para a manutenção política do período, apesar da ausência de unidade entre as três armas” (BENEVIDES, 1979, p. 156).

<sup>104</sup> Sobre a marcha, ver: DHBB, em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/marcha-da-producao>. Conforme Benevides: “pela pronta intervenção do Exército o governo susteve o movimento, passando por cima das autoridades e polícias estaduais” (BENEVIDES, 1979, p. 169).

na qualidade de paraninfo, na cerimônia de declaração de aspirantes a oficial do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belo Horizonte, o general Lott afirmou:

Teremos, nós mesmos, de explorar o que é nosso, em nosso benefício e no da humanidade, porque não poderemos admitir que outros o façam em nosso lugar, com o sacrifício do nosso progresso e risco, até, da nossa sobrevivência de povo livre e soberano. (RCM, n. 150, 1958, p. 97).

Ao longo das edições da RCM comandadas pelos nacionalistas, a defesa da Petrobrás e do monopólio estatal como indutores do desenvolvimento e da segurança nacional foi reafirmada inúmeras vezes.<sup>105</sup> No entanto, de acordo com D’Araujo (1996), apesar da importância central do general Lott no comando da pasta da Guerra, a sua posição gerava um ponto de atrito entre os setores militares, uma vez que, dada sua ação no 11 de novembro, se passou a estabelecer uma relação direta entre o nacionalismo militar, tendo o general como o seu principal expoente, e o trabalhismo petebista, identificado como herdeiro direto de Vargas. Dessa forma, o general estaria representando um exército “democrático” em contraste a um “não democrático”: “O ‘Exército democrático’ era composto pelo ‘soldado trabalhador’, em contraposição ao Exército dos ‘gorilas’ e dos entreguistas” (D’ARAÚJO, 1996, p. 116). Essa dicotomia acentuou, em diversos momentos, o chamado ao respeito à hierarquia e à disciplina, bem como a necessidade de união das armas em um único corpo coeso na defesa dos interesses nacionais, sendo tal apelo à ordem mobilizado por ambos os setores em disputa.

Portanto, é possível afirmar que mesmo havendo certa estabilidade durante o governo JK também nos meios militares, garantida pela rigidez com a qual o general Lott comandou a pasta da Guerra, o período também foi marcado por episódios de tensão. Conforme Silva (1984), integrantes da Cruzada Democrática e da UDN agiram de diversas maneiras visando prejudicar o governo:

Oficiais recusavam comissões; praticava-se a “operação tartaruga” no cumprimento de determinações governamentais; circulavam boletins impressos criticando o governo e chamando de “gregórios” os elementos da

---

<sup>105</sup> Como exemplo dessa defesa, no número 141 da RCM foi publicado texto que resume a fala do presidente demissionário da Petrobrás, coronel Arthur Levi ao passar o cargo para o coronel Janari Nunes. O artigo cita os avanços da empresa na pesquisa, extração e refino do petróleo, além da instauração de indústrias e empreendimentos anexos ao principal, tal como a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados em Cubatão; a Estação Experimental de Processamento de Xisto Betuminoso em Tremembé; a expansão das redes de oleoduto e a compra de navios para transporte de óleos e gás liquefeito; incentivo a criação da Associação de Indústria de Base e a Comissão de Indústria Pesada; além do crescente lucro da empresa desde 1954. Cita o coronel Levi: “*a Petrobrás está perfeitamente capacitada para resolver o problema de abastecimento do país em combustíveis líquidos*, e que nenhuma empresa alienígena o faria mais depressa do que ela, uma vez que nossa Petrobrás já possui os elementos necessários para resolvê-lo [...] nunca deixe interferir nos destinos da Empresa, os interesses da política partidária” (RCM, n. 141, 1956, p. 131, grifo do autor).

Campanha Nacionalista ou que, simplesmente, apoiavam a legalidade. [...] A situação se tornava tensa, havendo oficiais superiores que desatendiam os convites para solenidades oficiais. (SILVA, 1984, p. 167-168).

Um desses momentos foi destacado pelo jornal *Correio da Manhã*. A publicação relata que, em sessão solene de instalação do Congresso Nacional, estranhou-se a ausência de altas-patentes militares, sublinhando que a Marinha não havia enviado nenhum representante (CORREIO DA MANHÃ, 1956). No mês seguinte, em abril de 1956, o general Juarez Távora enviou à imprensa uma carta na qual criticava a permanência do general Lott no Ministério da Guerra, afirmando que sua continuidade à frente da pasta era um grande empecilho para a harmonização das Forças Armadas (CARLONI, 2010). De acordo com Sodré (1979), o ministro da Guerra passou a ser alvo de manifestações, uma vez que o programa de Juscelino não era incompatível com o imperialismo. Segundo o autor:

Lott moveu dezenas de processos por crime de calúnia e difamação, enquanto, dentro da própria estrutura do Exército, elementos adrede escolhidos forneciam documentos e agenciavam provocações. Sua posição nacionalista e firme seria constantemente sujeita a provas difíceis. (SODRÉ, 1979, p. 367).

Entre os dias 10 e 29 de fevereiro de 1956, menos de um mês após a posse presidencial, ocorreu a rebelião de Jacareacanga, liderada por oficiais da Aeronáutica ainda no calor dos acontecimentos do contragolpe e confiantes que setores do Exército e da Marinha, descontentes com a derrota sofrida no 11 de novembro, iriam se somar aos revoltosos.<sup>106</sup> A rebelião foi debelada pelas forças do governo, e o presidente concedeu anistia ampla e irrestrita a todos os envolvidos nos denominados atos revolucionários que ocorreram a partir de 10 de novembro a 1 de março de 1956.<sup>107</sup> Silva (1984) afirma que em 1957 foi armado, por elementos da Marinha, um plano para sequestrar e depor o presidente, aproveitando sua ida à São Paulo a bordo do cruzador Barroso, mas o plano foi descoberto e os oficiais envolvidos não quiseram agir.

A agitação entre os círculos militares era tamanha que o general Lott expediu um aviso proibindo que militares da reserva ou reformados fizessem declarações públicas sobre temas políticos, medida que se aplicava a todos os militares do Exército. O general Juarez Távora foi o primeiro a desobedecer à ordem, ao dar publicidade a um manifesto com críticas ao governo.

<sup>106</sup> Conforme Benevides: “os rebeldes deixam na redação do jornal oposicionista *Tribuna da Imprensa* um manifesto denunciando supostos entendimentos do presidente com grupos financeiros internacionais para a entrega do petróleo e venda de minerais estratégicos, a infiltração comunista nos postos-chaves militares e a divisão nas Forças Armadas, supostamente fomentadas pelo General Lott” (BENEVIDES, 1979, p. 163, grifo da autora).

<sup>107</sup> Conforme Silva: “[...] o Presidente Juscelino Kubitschek declarou: ‘Vamos virar a página, passar uma esponja em todos os acontecimentos e começar a vida nova, porque o país deseja paz para trabalhar’” (SILVA, 1984, p. 171).

Dois dias após, o ministro da Guerra expediu uma ordem de prisão contra o general Távora “[...] por ter feito publicar, sob sua responsabilidade, documento no qual se refere de modo desrespeitoso ao chefe de Governo, ofendendo-o e procurando desconsiderá-lo não só nos círculos militares, como entre os civis” (SILVA, 1984, p. 185).

Nesse cenário conturbado, o ministro da Guerra se cercou de militares de sua confiança, alguns inclusive comunistas, ainda que o general fosse contrário à ideologia. Conforme Carloni (2010), o critério de escolha era a defesa da democracia, da legalidade e dos ideais nacionalistas. Uma dessas figuras foi o coronel de cavalaria Kardec Lemme, membro do Partido Comunista à época, lotado no Departamento Geral Pessoal e responsável pelos pedidos de transferência dos oficiais e suboficiais. Em entrevista à autora afirmou que era o responsável por indicar ao general Lott aqueles que deveriam ser transferidos ou não e, nessa qualidade, acabou conseguindo trazer “[...] muitos companheiros do Sul e do Norte para servir nos postos estratégicos” (CARLONI, 2010, p. 134). Ainda conforme o coronel:

Lott era consciente de que, se não montasse um dispositivo militar comprometido com o nacionalismo, ele seria esmagado pelo anticomunismo dos militares de direita. Lott sabia que podia contar conosco, oficiais que viviam e morreriam para defender o Brasil grande, como ele desejava. (CARLONI, 2010, p. 134).

Para Carloni (2010), o que unia oficiais de diferentes posições político-ideológicas sob o ministério do general Lott era “a possibilidade de um Brasil emancipado política e economicamente, o que para muitos significava desenvolvimento social e a manutenção do regime democrático, superava temporariamente as divergências ideológicas” (CARLONI, 2010, p. 135-136). Contudo, essa aproximação do ministro da Guerra com oficiais nacionalistas gerava acusações contra o general. A direita o acusava de ser “protetor de oficiais comunistas”<sup>108</sup> (SODRÉ, 1967).

Outro evento importante para ilustrar as tensões no campo militar durante o governo JK foi o movimento político organizado, em 1956, pelo coronel Nemo Canabarro e composto por militares, dirigentes, petebistas, sindicalistas e comunistas que apoiaram o 11 de novembro. O movimento foi denominado de Frente de Novembro (FN). A presidência da organização coube a Figueiredo Alves, presidente do Sindicato dos Gráficos do Distrito Federal, ficando João Goulart com a presidência de honra. Conforme Lamarão (s/d), o líder da Frente de Novembro

---

<sup>108</sup> “Logo foi ele acusado – como Estillac o fôra – de ‘protetor de oficiais comunistas’, porque permitia que militares vítimas, no passado, de calúnias dessa imprensa, de inocência muitas vezes comprovadas nos tribunais, tivessem as funções compatíveis com o seu posto, nenhuma delas de destaque.” (SODRÉ, 1967, p. 502).

era o coronel Canabarro, que exercia o cargo de secretário-geral. Em entrevista à *Revista Manchete*<sup>109</sup>, o coronel explicou o que era e o que pretendia a FN. Conforme o coronel:

A Frente de Novembro aparece agora como um movimento apartidário, reunindo aderentes individuais e coletivos de quaisquer convicções, contando que defendam o programa de novembro e combatam o golpismo. Estruturado com esse aspecto de uma solução de elementos de propensão democrata e de cor nacionalista, ela fará uma polarização de forças em torno do seu programa e de seu patrono. No meio da dispersão e da decomposição das forças políticas existentes, a Frente de Novembro vale por uma força nova, em estado de organização e desenvolvimento. (GOMES, 1956, p. 75).

No artigo, o coronel Canabarro não reconhecia uma divisão no seio das Forças Armadas, mas sim a existência de dois grupos compostos por civis e militares<sup>110</sup>, e, ao ser perguntado sobre a possibilidade de uma solução pacífica para esse conflito, sua resposta demonstrou certo grau de disposição para a luta em defesa dos ideais democráticos, segundo a concepção dos nacionalistas que apoiaram o 11 de novembro:

Esta luta não admite pacificações, entendimentos, capitulações. Ela só terminará quando uma das facções tiver esmagado irremediavelmente a outra. De nossa parte, só aceitaremos do adversário a rendição incondicional, ou o seu total aniquilamento como força de atuação ou de influência. (GOMES, 1956, p. 75).

O coronel também afirma que havia disposição dos trabalhadores para pegar em armas na defesa do regime democrático, sob o comando do general Lott, contrabalanceando qualquer divisão nas Forças Armadas. D'Araujo (1996) salienta que a Frente de Novembro, ao propor a composição de uma força popular nacionalista integrada por trabalhadores e militares objetivando a emancipação econômica, atingia os valores disciplinares da corporação militar. Segundo a autora, a ideia de que o bom exército seria aquele formado pelo “soldado-trabalhador” rendeu a João Goulart a ampliação de sua base de aliados e inimigos. Além disso, conforme Carloni (2010), ainda que houvesse grupos com diferentes posições políticas dentro da FN, a oposição rapidamente a associou ao Partido Comunista.

Em novembro de 1956, o almirante Carlos Penna Boto, presidente da Cruzada Brasileira Anticomunista, ofereceu em nome da instituição um processo de representação ao ministro da

<sup>109</sup> “Uma democracia em 3 dimensões: o cel. Nemo Canabarro explica o que é e o que pretende a Frente de Novembro” (GOMES, 1956, p. 74-77).

<sup>110</sup> Conforme o coronel, a divisão era estabelecida por “[...] uma força de propensão democrata e nacionalista, representada no dispositivo de 11 de novembro; e a força conservadora, reacionária, advogando a participação do capital estrangeiro a pretexto de acelerar o desenvolvimento do país, mas na verdade acumpliciada com organizações internacionais ou com capitais brasileiros ligados a esses grupos para o saque das nossas riquezas” (GOMES, 1956, p. 75).

Justiça, Nereu Ramos, solicitando o fechamento da Frente de Novembro com base na Constituição de 1946. Segundo o documento, a FN era uma entidade representativa do proibido Partido Comunista do Brasil. O coronel Canabarro rebateu as acusações do almirante, afastando a tese de aproximação da FN com o Partido Comunista em nota publicada no jornal *Última Hora*, em 07 de novembro de 1956 (CARLONI, 2010). Nesse ínterim, a FN organizou um comício no qual o general Lott foi homenageado com a entrega de uma espada de ouro por ocasião das celebrações do primeiro aniversário do Movimento de 11 de novembro, o que foi amplamente criticado pela oposição. Realizada próximo ao Ministério da Guerra, a comemoração recebeu uma multidão.<sup>111</sup> No dia 11 de novembro, “[...] o jornal *Diário de Notícias* publicou uma carta do general Humberto de Alencar Castello Branco, oficial da ESG, datada do dia 8 do mesmo mês, denunciando o ‘nítido sentido subversivo da homenagem ao general Lott’. A carta que havia sido enviada à própria Frente de Novembro, em rejeição ao convite para comparecer” (CARLONI, 2010, p. 144).

Ainda de acordo com a autora, para o general Castello Branco havia um caráter subversivo nas ações da FN ao desejar a democratização das Forças Armadas, bem como com o cenário de politização na qual estava inserida<sup>112</sup>, além de destacar a presença de comunistas em suas fileiras. Em contraposição ao evento da Frente de Novembro, no dia 11 foi realizada pela Marinha uma homenagem ao almirante Amorim do Vale, um dos líderes golpistas de 1955 (CARLONI, 2010). Em todo caso, mesmo com muitas manifestações desfavoráveis, o evento ocorreu no dia 12 de novembro, sem a presença do presidente Juscelino, mas contando com o vice-presidente João Goulart, que ficou encarregado de entregar ao general Lott a espada de ouro. Fabricada em Caxias do Sul-RS, com o punho e bainha de ouro de 18 quilates e lâmina de aço de Toledo, a espada trazia no punho e na lâmina as seguintes inscrições, respectivamente: “Civis e Militares oferecem ao General Lott” e “A espada de novembro” (SILVA, 1984). Após muitas manifestações de ambos os lados, contando até com a prisão do coronel Canabarro por indisciplina, o que gerou uma onda de protestos nos círculos militares (D’ARAUJO, 1996), no dia 24 de novembro o presidente Juscelino emitiu um decreto presidencial que fechou a Frente de Novembro, de um lado, e o Clube da Lanterna, centro udenista de agitação, de outro. As

<sup>111</sup> Conforme a edição 0239 da Revista Manchete: “(Os jornais governistas calcularam essa multidão em 20 mil pessoas e os jornais da oposição em apenas 6 mil)” (MANCHETE, 1956, p. 79).

<sup>112</sup> “Agora a FORÇA POPULAR E NACIONALISTA, querendo absorvê-las, pretende promover sua desagregação pelo processo odioso do expurgo dos que lhes são contrários e pela sujeição dos que fiquem a seu serviço. Vão elas, então, para o regime totalitário, de natureza comunista ou nazista. Assim, há uma conspiração contra a ordem nas Forças Armadas para subversão de sua vida profissional e constitucional.” (CASTELO BRANCO *apud* CARLONI, 2010, p. 145).

duas organizações foram consideradas subversivas e perigosas para a segurança nacional (SILVA, 1984).

## 2.5 O APOIO AO GOVERNO JK E AO GENERAL LOTT PELA REVISTA DO CLUBE MILITAR

Como salientado anteriormente, durante o governo JK houve uma convergência político-ideológica entre a hierarquia e a diretoria do Clube Militar. No âmbito do CM, a Chapa Amarela, que congregava a facção militar identificada com o nacionalismo e o legalismo, venceu as eleições de 1956, 1958 e 1960 para a escolha da administração do clube. Dada a necessidade de manutenção da ordem e do respeito à hierarquia, o general Lott, na campanha para a diretoria de 1956, baixou um aviso ministerial proibindo propagandas nos estabelecimentos militares em horário de trabalho e reafirmou a neutralidade do Ministério da Guerra no pleito (BENEVIDES, 1979). Segundo Sodré (1967), “a campanha do Clube Militar [de 1956] ateve-se, rigorosamente, à linha prefixada; nela não houve excessos, nem injúrias, nem radicalismos de nossa parte” (SODRÉ, 1967, p. 502). O primeiro pleito foi disputado pelo general Nicanor Guimarães, ligado à Cruzada Democrática, e pelo general João de Segadas Vianna, apoiador do movimento de 11 de novembro. O segundo e o terceiro pleitos foram vencidos pelo general Justino Alves<sup>113</sup>, um dos articuladores do movimento que garantiu a posse de Juscelino e Goulart, derrotando o general Humberto Castelo Branco e o general Peri Bevilacqua, respectivamente.

A confluência entre a hierarquia militar e o Clube Militar possibilitou que esta instituição e sua revista não fossem usadas contra o governo eleito. Ao contrário, eles funcionaram, no mais das vezes, como instrumentos de suporte e divulgação dos feitos governamentais. O apoio ao governo e ao ministro da Guerra se refletiram na RCM de maneira clara. A preocupação com o desenvolvimento nacional em bases nacionalistas tomou as páginas da publicação. A defesa da legalidade, o respeito ao governo constituído e o chamamento à união das Forças Armadas em prol desse projeto foram uma constante, em oposição às ações de desestabilização provocadas pela direita militar contra o governo.

Um desses pontos de apoio foi a construção de Brasília. Incorporada ao Plano de Metas apenas durante a campanha presidencial, ela se transformou em uma prioridade do governo. A

---

<sup>113</sup> “Os generais Segadas Vianna e Justino Alves tinham uma formação tradicional dentro do Exército e, embora fossem nacionalistas, não possuíam um perfil que pudesse qualificá-los de esquerda. Eram nacionalistas com posições moderadas e eram particularmente legalistas.” (KUNHAVALIK, 2009, p. 125).

obra passou a ser a grande meta de integração nacional e meta-síntese da administração Juscelino (MOREIRA, 2016). A construção da capital foi apoiada nas páginas da revista em diversos momentos. O número 142/1956 noticia a assinatura do decreto sobre a Comissão de Planejamento para a construção da nova capital. A mesma edição reproduz a declaração do marechal José Pessoa, encarregado, ainda no governo Café Filho, da presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, para o qual “a transferência da Capital Federal para o Planalto Central corporifica o velho sonho da marcha para oeste, só possível com a concretização desse grande empreendimento” (RCM, n. 142, 1956, p. 178).

No número 144/1957, na seção “O Congresso na batalha do desenvolvimento”, reproduz-se o discurso do senador Novais Filho, para quem a transferência para a nova capital era uma oportunidade para o país sair da condição colonial e passar a potência mundial, uma vez que “[...] a colocação da Capital no interior proporcionará meio-ambiente onde com mais facilidade poder-se-á desenvolver uma civilização brasileira criada no nosso meio e do nosso homem e não simplesmente copiada e mal adaptada” (RCM, n. 144, 1957, p. 70). Já o editorial “Integração nacional”, publicado no número 154/1959, afirma que Brasília é o exemplo da integração nacional, onde estão “[...] unidos todos os brasis em um ponto comum de brasilidade” (RCM, n. 154, 1959, p. 6). A nova capital não seria:

[...] um conjunto de construções jogadas ao acaso no interior brasileiro. É um ponto de convergência de um sistema radial de conexões apoiadas em centros periféricos de expansão econômica irreversível, os quais constituem áreas de exportação demográfica para o sertão, ampliando, em consequência sua ocupação pelo comércio regular, com o desdobramento de atividades vitalizadoras do mercado de trabalho nessas regiões sertanejas, do que resulta um imediato aceleração do ritmo do mercado interno de consumo, condição indispensável ao desenvolvimento econômico do país. (RCM, n. 154, 1959, p. 9).

Brasília, para os editorialistas, seria “[...] o exemplo moderno de integração nacional” (RCM, n. 154, 1959, p. 10).

Sobre a defesa do governo Kubitscheck, o número 144/1957 traz o editorial “Em Guarda”, que advoga a salvaguarda do governo ao mesmo tempo em que conclama as Forças Armadas a se manterem unidas e em guarda contra aqueles que buscavam incitar o ódio entre as armas. Faz isso lembrando o cenário de instabilidade internacional, além de destacar elementos do Brasil que confirmavam o estágio de ascensão econômico-social que o país atravessava (grande extensão territorial, potencial humano e recursos naturais). Logo, a tarefa que se impunha era o esforço concentrado para o desenvolvimento desse potencial: “será esse,

e não há dúvidas de que o é, o principal objetivo do Governo e do povo brasileiro e o grande problema que temos a resolver” (RCM, n. 144, 1957, p. 4).

O editorial segue com um chamamento à união contra aqueles que pretendiam incitar a desordem dentro das Forças Armadas “[...] para atirá-la na anarquia que há de expô-la a todos os perigos, pouco se lhes importando que isso aconteça, desde que assim possam alcançar as posições de mando que pelos caminhos da ordem e da legalidade e dentro das regras normais do jogo democrático jamais conseguiriam” (RCM, n. 144, 1957, p. 6). Nesse sentido, convoca as Forças Armadas para estarem:

EM GUARDA contra os inimigos do Brasil, entre os quais, avultam os elementos, grupo e forças constituídas ora por argentários e negociastas, ora por agitadores de várias origens, ora por simples frustrados, todos, porém, frios, calculistas, desumanos e sem bandeira, representantes de correntes e interesses que se chocam, mas que são indissolúvelmente unidos na tarefa de enfraquecer as Forças Armadas, dividi-las, para isso explorando episódios passageiros e sem profundidade, que procuram transformar em motivo para ódios, lutas e desforços que não tem, nunca tiveram e jamais terão razão de ser. (RCM, n. 144, 1957, p. 5-6, destaque do autor).

O editorial “Natal”, do número 147/1957, relembra a importância da data para a cristandade e que o mundo passava por um período de incertezas, em grande medida por conta da possibilidade de guerra iminente. Ainda afirma que existia uma inquietação geral no seio dos povos e faz outra convocação à união das Forças Armadas. Além disso, toca na questão dos conflitos militares, notadamente na oposição que causava dificuldades propositais ao governo Juscelino. Para os editorialistas:

No caso particular do nosso País, a insatisfação de uns aliada ao impatriotismo de outros vem travando o progresso nacional, pelas dificuldades que tais atitudes acarretam à ação da autoridade constituída. Urge, pois, eliminar o impasse, para que a Nação possa trabalhar com tranquilidade e produzir em proveito da coletividade. (RCM, n. 147, 1957, p. 6).

O editorial “Os deveres das Forças Armadas”, publicado no número 148/1958, resgata as lições de Rui Barbosa afirmando que as ações dos militares deveriam estar estritamente dentro da legalidade e das liberdades constitucionais. O texto segue, nesse sentido, reafirmando que a Constituição 1891 assegurava aos militares o dever de manter a lei no interior do país, além da defesa exterior, sendo esse preceito reforçado nas constituições seguintes. O editorial apresenta um conceito amplo de pátria, que abrange o regime político, as riquezas naturais, o território, os costumes, a lei etc. E era nesse mesmo sentido amplo que a lei deveria ser

defendida pelas Forças Armadas, abarcando todo o espectro da vida social.<sup>114</sup> Além disso, reforça o papel os militares no estrito cumprimento da legalidade e de obediência aos poderes constituídos. Nesse sentido, afirma:

Tudo o que for contrário à organização do Estado, à lei e à ordem, será defeso às Forças Armadas. Assim, aos militares não é lícito o direito de crítica ao regime; ordena-lhes a Constituição que o defendam, como uma das finalidades precípuas das instituições militares. O militar que, silenciosa ou ostensivamente, adota ou apregoa as conveniências de regime político diverso daquele por nós adotado, trai a Pátria, trai os seus camaradas e trai a si mesmo, além de constituir um perigo para a segurança nacional. Servir-se da arma que o povo, com o suor do seu trabalho patriótico, honesto e fecundo, democraticamente lhe forneceu, para utilizá-la contra os interesses desse mesmo povo, destituindo-lhe os governos e desfigurando-lhe o sistema constitucional – é ato que não se coaduna com a nobreza e a dignidade das Classes Armadas. (RCM, n. 148, 1958, p. 8).

Nesse editorial, critica-se tanto a ala direita militar que conspirava contra o governo quanto os comunistas que pretendiam alterar o regime vigente, ao mesmo tempo em que se reforça o papel central das Forças Armadas como elemento primordial para a construção nacional.

O destaque dado às Forças Armadas, entendidas como essenciais para a promoção do desenvolvimento capitalista, aparece novamente no editorial “Para a frente!”, publicado no número 151/1958. Apresenta os frutos do esforço de industrialização, destacando a Petrobrás, a Siderurgia, a Indústria Nacional Automobilística e enfatiza que tais feitos afirmavam “[...] a necessária liderança do Estado na política do desenvolvimento, como imperativo desse mesmo desenvolvimento e inculcando fê, àqueles que, por ignorância, desacreditam de nossa capacidade” (RCM, n. 151, 1958, p. 6). Conforme o editorial, as Forças Armadas tinham um papel de destaque na construção do desenvolvimento nacional, dado que:

[...] – escolas específicas por excelência, de virtudes cívicas, patriotismo e renúncia – cabe [às Forças Armadas] papel preponderante na formação da mentalidade dos construtores de nosso progresso e sobretudo, na vigilância e defesa do patrimônio econômico, a fim de resguardá-lo da cobiça dos que intentam explorá-lo em benefício próprio. Nesse mister não podem elas dar guarida aos perplexos, aos hesitantes, aos céticos, aos comodistas ou aos descrentes. Como um só bloco, uno e indivisível, esquecidas as divergências

---

<sup>114</sup> “A lei, pela qual somos obrigados a velar, não é só a norma jurídica do direito escrito, emanada do Legislativo, com sanção do Executivo; mas as regras ditadas pelos costumes, pelos usos do povo – a mais cristalina fonte do direito. Quer seja de natureza constitucional ou ordinária, quer seja de origem federal, estadual ou municipal, a lei deve ser respeitada e defendida pelas Forças Armadas, em todo o território nacional, pois, a Constituição não limitou a extensão desse campo de ação; ao contrário, deu-lhe a maior amplitude ao enunciar como destinação das instituições militares permanentes a defesa da LEI, sem discriminar-lhe a fonte ou as condições de tempo e espaço.” (RCM, n. 148, 1958, p. 7).

ocasionais, prossigam as Forças Armadas brasileiras na posição que lhes compete, transmitindo as demais classes componentes da estrutura social brasileira, o brado de fé e entusiasmo que há de ecoar em todos os quadrantes da Nação. (RCM, n. 151, 1958, p. 6).

A situação da economia brasileira é abordada no editorial “Nosso futuro”, divulgado no número 152/1959. Ali demonstram-se as características da economia brasileira: exportadora de produtos tropicais primários e minerais, com baixa capacidade de realização do progresso tecnológico, com pouca capacidade energética, em suma, uma economia incapaz de resultar no estágio de desenvolvimento que a fração militar nacionalista desejava. O texto elenca um rol de problemas básicos que iam desde a obtenção de fontes de energia elétrica até a ampliação dos mercados de consumo internos, bem como a dificuldade de conquistar novos mercados externos.

Os editores reforçam, ainda, que o futuro do país não estaria garantido enquanto não se equacionassem seus problemas econômico-sociais básicos. Destacam como uma importante conquista o aumento da produção de quilowatt/hora durante o governo JK, bem como a necessidade de assegurar uma política de defesa dos minerais atômicos para a produção de energia nuclear. Contudo, alertam que tais conquistas não seriam alcançadas sem sacrifícios: “a história nos tem demonstrado que a existência de antagonismos internos e externos tem concorrido para entravar a marcha da tão sonhada emancipação econômica do Brasil” (RCM, n. 152, 1959, p. 7).

Por fim, faz-se novamente um apelo à união das Forças Armadas para a consecução do desenvolvimento nacional: “alenta-nos também, a certeza de que as Forças Armadas, coesas, vigilantes, conscientes do papel que lhes cabe, caminham na vanguarda dessa luta que visa a garantir um futuro promissor para nossa Pátria” (RCM, n. 152, 1959, p. 7).

Com relação ao ministro da Guerra, a RCM diversas vezes expressou seu apoio. Como exemplo, tem-se o número 150/1958, no qual está reproduzida uma entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, em 07 de agosto de 1958, por ocasião da visita do ministro às instalações da Fábrica de Caminhões e Ônibus em São Caetano do Sul, no estado de São Paulo. Nessa entrevista, o general Lott, tocando em um dos pontos que considerava inegociável, afirma que o monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás era a solução mais vantajosa para o problema petrolífero brasileiro. Critica a política exterior praticada com os EUA, pois, conforme o general, “pelos seus resultados, não me parece acertada a orientação mantida atualmente pelo Governo de Washington em suas relações com os países subdesenvolvidos” (RCM, n. 150, 1958, p. 26). A defesa de Lott pelo monopólio do petróleo repercutiu negativamente nos meios

militares e civis antinacionalistas, e a RCM, na mesma edição (número 150), publicou uma mensagem assinada pelo general Justino Alves, em solidariedade ao ministro da Guerra. Em sua defesa, a publicação afirma que:

A diretoria do Clube Militar, eleita à base de um programa nacionalista que traduz os anseios da maioria de seus associados e corresponde à vontade da quase totalidade dos brasileiros, vem apresentar a V. Excia. os seus mais decididos aplausos e integral apoio ao pronunciamento que fez, recentemente, em São Paulo, no sentido de que não deve haver qualquer modificação na política petrolífera brasileira, já concretizada na Petrobrás e tornada lei, depois do maior e mais profundo movimento de opinião já assistido em nosso país. As incisivas, oportunas e patrióticas declarações de V. Excia. encontram eco no espírito de soldados brasileiros que cerram fileiras em torno da digna personalidade de V. Excia. para salvaguarda dos mais altos interesses do Brasil. (RCM, n. 150, 1958, p. 276).

Na edição n. 151/1958, foi divulgado outro texto em apoio ao ministro da Guerra por conta das declarações feitas para o jornal citado. Em sinal de apoio ao seu posicionamento em defesa da Petrobrás e das pautas nacionalistas, uma comitiva de diretores do clube entregou ao general Lott uma mensagem de aplauso. O texto se encerra reafirmando o apoio às pautas nacionalistas defendidas pelo general: “sabe Vossa Excelência, e sabem todos, que o CLUBE MILITAR vem na primeira linha dessa importantíssima batalha e ninguém poderá afasta-lo dessa posição tão enraizadas estão suas razões na quase totalidade do seu imenso CORPO SOCIAL” (RCM, n. 151, 1958, p. 8, destaque dos autores).

Como se pode notar pelos diversos textos publicados na RCM durante o governo JK-Jango, a convergência política-ideológica entre a hierarquia e a diretoria do Clube Militar resultou em uma defesa do governo Juscelino e do seu ministro da Guerra. Os textos publicados durante esse período refletiram o apoio aos feitos governamentais e a necessidade de se aplacar a divisão dentro das Forças Armadas. Assim, a defesa do projeto nacional-desenvolvimentista, com o crescimento das indústrias de base e dos pontos considerados centrais para o desenvolvimento autônomo e estratégicos para a segurança nacional, tal como o caso do petróleo, da produção de energia elétrica e dos minerais atômicos, contribuiu para a confluência entre o clube, a hierarquia e o governo. A constante convocação à união nacional em prol do desenvolvimento em bases nacionalistas, a busca pela manutenção do respeito à hierarquia dentro das Forças Armadas, rechaçando a divisão presente dentro da instituição e entre as armas, e a defesa do nacionalismo e da legalidade foram as respostas da diretoria nacionalista do clube, dadas por intermédio de seu instrumento de opinião política por excelência, a Revista

do Clube Militar, em face das agitações golpistas que estiveram em constante desenvolvimento durante o governo Juscelino.

## CAPÍTULO 3 – PREPARAÇÃO PARA O GOLPE: AS CONTRADIÇÕES MILITARES

### 3.1 TÉRMINO DO GOVERNO JK E ELEIÇÃO DE JÂNIO QUADROS

O governo Kubitschek chegou ao fim dando ensejo ao problema da sucessão presidencial. Para Sodré (1967), a capacidade de resistência às ameaças golpistas deu ao governo de Juscelino uma feição diferente se comparada àquela que o popularizou.<sup>115</sup> No entanto, como destacado anteriormente, o período juscelinista foi permeado por contradições estruturais decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado. Para Sodré (1967), o governo foi marcado pela conciliação com imperialismo, o que:

Significava a possibilidade de atender às pressões do imperialismo, de ceder ante elas, de fazer concessões, sem deixar de atender às pressões populares, de ceder ante elas, de fazer concessões [...]. Apresentava-se com a ubiquidade capaz de acalantar o latifúndio, financiando maciçamente esse setor do atraso das forças produtivas, mas cedendo, periodicamente, às reivindicações salariais, de modo a, com flexibilidade, evitar a revolta do setor mais avançado. (SODRÉ, 1967, p. 506).

De acordo com Moreira (2014), o governo de JK representou, ao mesmo tempo, aspectos de ruptura e continuidade com o nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas. Continuidade, pois realizou grandes investimentos que foram capazes de promover um salto no processo de industrialização; ruptura, uma vez que se baseou em um padrão de acumulação diferente daquele operado durante o período varguista.<sup>116</sup> Nesse sentido, Kubitschek promoveu a industrialização brasileira com ampla abertura da economia ao capital estrangeiro.<sup>117</sup> Tal medida ajudou a modificar o perfil da indústria brasileira, reduzindo o peso da indústria de bens de consumo não duráveis e aumentando a participação da indústria de bens duráveis (MOREIRA, 2014).

---

<sup>115</sup> “Os conspiradores militares viam nele o homem comprometido com os que, antes, seguiam Vargas. Detestavam a este, mas por sua política; vê-la continuada é que não aceitavam. Kubitschek, entretanto, tranquilizava o imperialismo: não seguiria a política de Vargas no que tinha esta de avessa aos interesses externos.” (SODRÉ, 1967, p. 506).

<sup>116</sup> “Enquanto o projeto de Vargas, por assim dizer, estava mais próximo ao padrão ‘bens duráveis e bens não duráveis’ [...], o governo JK ao do padrão ‘bens de produção e bens duráveis’ [...]. Ademais, cada um deles adotava políticas monetárias, cambiais e fiscais diversas.” (MOREIRA, 2014, p. 29).

<sup>117</sup> “A entrada de capital estrangeiro aumentou de US\$ 65 milhões no período 1950-55 para US\$ 148 milhões no período de 1956-61. Ainda sob a forma de empréstimos e financiamentos, houve um aumento sistemático a cada ano (com exceção de 1960), passando de US\$ 231 milhões em 1956 para US\$ 529 milhões em 1961. Cerca de 70% desses capitais entraram sob a forma de máquinas e equipamentos, compostos basicamente de equipamentos, muitas vezes obsoletos em outros países desenvolvidos, e passaram a ser usados no país para modernizar o parque industrial brasileiro e implementar a indústria automobilística.” (MOREIRA, 2014, p. 30).

Conforme Affonso (2014), ao final do mandato, Kubitschek pôde se vangloriar por ter realizado uma administração inovadora, “[...] marcada pelo impulso à política energética, rodovias cortando o país, automóveis e caminhões montados em fábricas nacionais, estaleiros construindo navios de grande porte [...]” (AFFONSO, 2014, p. 86). No entanto, Sodré (1967) destaca que, mais do que participar da industrialização, o imperialismo foi convidado a comandar o processo de desenvolvimento nacional. Como exemplo das distorções geradas por esse processo, o autor diz que:

A indústria automobilística, por exemplo, que estava prestes a surgir, entre nós, em bases nacionais, pela ampliação já alcançada pelo parque de autopeças e pelo desenvolvimento da siderurgia, era totalmente deformada e entregue ao imperialismo. [...] As metas relativas aos minérios consistiam em aumentar, sem compensação correspondente, o volume exportável, entregando a produção e a comercialização a conhecidos trustes. (SODRÉ, 1967, p. 507).

Mesmo com toda a modificação na estrutura produtiva, Singer (2014) lembra que a economia brasileira da época era quase colonial, ou seja, intensamente dependente da exportação de produtos cultivados em clima tropical e de matérias-primas. O café era o gênero mais importante da pauta de exportações, representando, no período, de 70% a 80% de toda a receita de exportação.<sup>118</sup> Dessa forma, quando “[...]o preço do café caía, o Brasil entrava em crise; quando o preço do café subia, havia euforia não apenas no setor cafeeiro, mas, através da apropriação cambial, também no setor industrial” (SINGER, 2014, p. 22). Além disso, o modelo de rápida expansão industrial e modificação da estrutura produtiva brasileira teve como uma de suas consequências o aumento da inflação<sup>119</sup>, que pesava sobre os salários e gerava um profundo processo de insatisfação social. Para Sodré (1987), as contradições do modelo de desenvolvimento levado a cabo por JK desembocaram em um contexto de crise<sup>120</sup> e descontentamento social.

---

<sup>118</sup> “As dívidas proporcionadas pela cafeicultura permitiam importar meios de produção. Quando o volume importado crescia, a indústria acelerava. Portanto, o ritmo do desenvolvimento do Brasil era comandado pelo câmbio, pela exportação e pelo preço do café.” (SINGER, 2014, p. 22).

<sup>119</sup> “Um programa desse porte apresentava-se, desde logo, como onerosíssimo. Restava saber sobre quem recairiam o ônus. Conciliar com o imperialismo importava em colocar o peso da inflação, assim consideravelmente impulsionada, sobre o salário. A arte de Kubitschek consistia em fazer isso com habilidade forma, cedendo aqui e ali, firmando-se e resistindo acolá, manobrando sempre.” (SODRÉ, 1967, p. 507). Conforme D’Araujo: “além da concentração de renda, a integração nacional reduzia-se a estradas cravadas por todo o país, que não interiorizavam o ‘progresso’. O Brasil pobre ficava alheio aos benefícios das mudanças, mas a perspectiva de mudança ajudava a formação, pela primeira vez, de um movimento trabalhista no campo. As instituições políticas permaneciam sob o controle das mesmas elites, que não dispunham de tempo ou condições para se reciclar a fim de fazer face ao mudancismo da época.” (D’ARAUJO, 1996, p. 122-123).

<sup>120</sup> “Ao fim, a crise teria de eclodir: as exportações, com preços em declínio, não podiam atender as necessidades do país em importações nem cobrir o serviço da dívida externa; a demanda interna de produtos industriais esbarava nas limitações do consumo, por força do mercado estreitado pelo latifúndio. Daí, decorrendo deficiência de

Com a aproximação das eleições presidenciais, a aliança PSD/PDT foi colocada em avaliação. Juscelino acreditava que o PSD não deveria ganhar as eleições dada a necessidade de alternância no poder.<sup>121</sup> Assim, seus olhos estavam voltados para as eleições seguintes, em 1965, quando pretendia voltar à presidência, deixando para seu sucessor os custos políticos de ter que lidar com os problemas da sua gestão.<sup>122</sup> Desse modo, posto o problema da sucessão presidencial, as forças políticas passaram a buscar candidatos para ambos os lados da disputa política.

As eleições deixavam clara a existência de profundas fraturas no interior dos grandes partidos em disputa e, também, entre eles. A UDN estava dividida e, com aval de Carlos Lacerda, lançou o Movimento Popular Jânio Quadros, em apoio ao ex-governador de São Paulo: “Jânio Quadros, com um estilo bastante peculiar, tocava em questões delicadas para o governo: corrupção e inflação” (FERREIRA, 2011, p. 206). Além disso, o partido tinha o apoio da oposição a Juscelino e saiu como representante da coligação UDN, PDC, PL e PTN. No PTB, a situação também não era de unidade. Para o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e para o ex-vice governador do Rio de Janeiro, Roberto Silveira, o partido deveria sair com um candidato próprio, já Fernando Ferrari, um dos líderes do partido, advogava que o apoio deveria ser prestado a Quadros. Juscelino propunha um candidato de “união nacional”, isto é, um nome em torno da UDN.<sup>123</sup>

Na situação, Kubitschek não se empenhava muito em fazer um sucessor, enquanto isso a candidatura do general Lott como cabeça de chapa e de João Goulart como candidato à vice-presidência era levantada pelos setores nacionalistas civis e militares. Na oposição, a figura de Jânio Quadros ia ganhando destaque e, com o seu símbolo, a vassoura, prometia varrer a corrupção no Brasil. De acordo com Sodré (1967), o clima de rápida expansão econômica havia

---

acumulação, a indústria apelava para subsídios estatais diretos e indiretos e para o mecanismo inflacionário. Mas a agricultura de exportação, também em crise, pressionava por proteção e alcançava essa proteção, ainda à custa de emissões. Havia um limite para essa política, evidentemente. Ela não poderia, simultaneamente, financiar os setores atrasados da economia, os interesses externos e o trabalho. Este deveria ser sacrificado. A forma de sacrifício era a inflação.” (SODRÉ, 1987, p. 91).

<sup>121</sup> “[...] Juscelino pretendia lançar a candidatura do governador baiano e udenista Juracy Magalhães. Seu objetivo era manter a estabilidade no país, permitindo que a UDN, com três derrotas consecutivas, alcançasse o poder pela via eleitoral. Pelos seus cálculos políticos, uma quarta derrota empurraria os udenistas definitivamente para a solução golpista. Para isso, Juscelino buscava apoio não apenas do PSD e da própria UDN, mas também do PTB, com um nome de ‘união nacional’.” (FERREIRA, 2011, p. 205).

<sup>122</sup> Conforme Ferreira: “a UDN gastaria todo um mandato presidencial equilibrando as finanças públicas, preparando terreno para que o próprio JK retornasse ao poder em 1965” (FERREIRA, 2011, p. 205-206).

<sup>123</sup> “A fórmula de ‘união nacional’ naufragou de vez quando Cid Carvalho e José Joffily, da ‘ala moça’ do PSD, com o apoio de facções do PTB e de parlamentares alinhados com a Frente Parlamentar Nacionalista, propuseram lançar Henrique Teixeira Lott à presidência da República.” (FERREIRA, 2011, p. 206).

criado perspectivas de grandes lucros para uma nova burguesia que crescia nesse cenário, e o crédito fácil estimulava o surto de enriquecimento, o que também abria as portas para a corrupção.

Foi aí que a propaganda contrária ao governo se instalou. Conforme o autor (SODRÉ, 1967), a corrupção era parte do sistema e crescia com ele: “[...] sentinela do dinheiro, inseparável do lucro privado, ela acompanhava, como sempre, como em toda parte, aquela vertigem que a tantos deslumbrava” (SODRÉ, 1967, p. 508). As demais classes sociais acolheram a propaganda anticorrupção, notadamente aquelas que viviam dos salários, uma vez que eram elas que suportavam o ônus do crescimento acelerado. Desse modo, “a popularidade do governo [...] entraria em declínio e, a pouco a pouco, ganhava corpo o ideal pequeno burguês de purificação, de combate aos corruptos” (SODRÉ, 1967, p. 508). Nesse contexto, Jânio Quadros ganhou força política e eleitoral extra.

A corrida eleitoral seguiu, e na convenção do PTB foi aprovada a indicação do marechal Lott.<sup>124</sup> Conforme D’Araujo (1996), “[...] venceu a argumentação de que era necessário manter intacto o conjunto de forças até então vitoriosas na coalizão presidencial, isto é, a aliança PSD-PTB” (D’ARAÚJO, 1996, p. 130). O marechal condicionou sua candidatura à total liberdade em relação aos partidos para formar seu governo. Dessa forma, “[...] era o candidato do movimento nacionalista, mas sustentava uma posição completamente avessa ao diálogo e ao entendimento com posições de esquerda, quer no plano nacional, quer no plano internacional” (D’ARAÚJO, 1996, p. 130). De acordo com a autora (D’ARAÚJO, 1996), a estratégia do PTB destoava da prática e dos princípios políticos que o partido se propunha a representar, bem como de seus planos de expansão.<sup>125</sup>

Nesse contexto, Lott se mostrou um candidato fraco e que não entusiasmava o eleitorado. Além disso, o marechal não adequou sua forma de falar à plateia que o ouvia. Assim,

---

<sup>124</sup> “A Convenção homologou a chapa Lott-Jango, que, Dantas, nas palavras de San Tiago Dantas, reunia o líder das Forças Armadas com o líder dos trabalhadores, numa expressão viva de que ‘tropa e sindicatos’ estavam unidos falando a mesma língua na defesa da emancipação nacional e do bem-estar do povo brasileiro.” (D’ARAÚJO, 1996, p. 132). “Na sucessão presidencial de 1960, Brizola e Roberto da Silveira, defensores de um candidato próprio para o petebismo, tiveram, juntamente com Jango, que ceder às pressões de vários grupos nacionalistas que de há muito vinham investindo na candidatura de Lott.” (D’ARAÚJO, 1996, p. 129). “Políticos da Frente Parlamentar Nacionalista, da ‘ala moça’ do PSD, bem como os ‘novembristas’, civis e militares nacionalistas impuseram ao PSD o nome de Lott, embora Brizola e Roberto Silveira propusessem o nome de Jango.” (FERREIRA, 2011, p. 209).

<sup>125</sup> “As dificuldades começaram com o trabalho para convencer o ministro da Guerra a aceitar o lançamento de sua candidatura; continuaram com os problemas internos para a campanha; culminaram com o desinteresse manifestado pelo governo Kubitschek, que ultrapassou esse limite, em determinadas áreas, para definir-se como caracterizada traição.” (SODRÉ, 1967, p. 509).

“diante de um público de esquerda, dizia ser contra o reatamento de relações com a União Soviética; aos pequenos agricultores, afirmava que a pequena propriedade rural era inviável [...]” (FERREIRA, 2011, p. 210). Apesar de ser um candidato inegavelmente patriota e abertamente identificado com o nacionalismo militar, estando entre suas pautas a defesa do voto dos analfabetos, a promessa de realizar a reforma agrária nas terras da União, a restrição a remessa de lucros, bem como a manutenção dos direitos dos trabalhadores, Lott era intransigente no combate ao comunismo.<sup>126</sup> Conforme D’Araujo (1996), ficava claro que, apesar de nacionalista, Lott e o PTB tinham posicionamentos diferentes. No entanto, “para o partido, contudo, essa era uma oportunidade inédita para firmar-se junto aos setores nacionalistas das Forças Armadas, mesmo que isso implicasse lançar um marechal anticomunista” (D’ARAÚJO, 1996, p. 132). Para a autora, o PTB:

Buscava a democracia militarizada, através da aliança entre quartéis, sindicatos e partido, o que, em outros termos, pode ser entendido como uma tentativa de partidizar as Forças Armadas e transformá-las em agentes estratégicos de apoio às reformas de base. (D’ARAÚJO, 1996, p. 132).

Na outra ponta da disputa, Jânio Quadros explorava as mazelas produzidas pelo modelo de desenvolvimento econômico juscelinista, criticava a inflação e a corrupção do governo, além de saber se posicionar em relação aos diversos públicos. Assim, “[...] era capaz de visitar Khurshev em Moscou e, em seguida, esticar a viagem a Lisboa até o templo de Nossa Senhora de Fátima. Agradava ao mesmo tempo esquerdistas e católicos [...]” (FERREIRA, 2011, p. 211). Em seus comícios, Quadros buscava se apresentar como um homem do povo, simples, distanciado das classes dominantes. A campanha de Jânio foi ganhando força, e, frente à fraqueza do candidato, Lott e grupos ligados ao primeiro passaram a propor a constituição de uma chapa informal: a “Jan-Jan” (Jânio Quadros-João Goulart). O movimento foi inicialmente organizado pelo líder dos gráficos de São Paulo, Dante Pelacani, e depois se espalhou pelo país. Assim, “em maio, a chapa Jan-Jan, isto é, a dobradinha Jânio-Jango, já estava estabelecida em diversos comitês, distribuídos por São Paulo, Pernambuco e Paraná” (D’ARAÚJO, 1996, p. 133).<sup>127</sup> A posição ambígua de Quadros era um fator de atração de diversos setores sociais, tanto à esquerda quanto à direita.

---

<sup>126</sup> “O candidato marcava sua posição favorável ao patriotismo e ao nacionalismo e definia que seu governo manteria relações comerciais e diplomáticas apenas com aqueles países que respeitassem a democracia. Nessa definição, Lott excluía claramente a abertura do Brasil para os países socialistas, ponto forte da campanha do candidato Jânio Quadros. O marechal se comprometia finalmente a levar a cabo uma reforma agrária em terras da União e a manter os direitos dos trabalhadores.” (D’ARAÚJO, 1996, p. 132).

<sup>127</sup> “O importante era fazer de Goulart o vice-presidente, e diante do mau desempenho de Lott os petebistas ficaram liberados para outras composições: Jânio-Goulart ou Ademar-Goulart. O que interessava era o apoio ao presidente

Nesse sentido, o pleito ia ganhando feições cada vez mais contraditórias: “de um lado, um candidato militar conservador e radicalmente anticomunista apoiado pelas forças de esquerda e pelo próprio PCB; de outro, o candidato das direitas discursava a favor da Revolução Cubana e do reatamento das relações com a URSS” (CARLONI, 2010, p. 222). Para a autora (CARLONI, 2010), o marechal fez uma campanha nacionalista em termos abstratos, com pouca penetração social, principalmente entre as camadas mais pobres da população. Desse modo, “a luta contra o imperialismo e o ‘entreguismo’ alimentava os sonhos das esquerdas, mas não a fome das massas” (CARLONI, 2010, p. 227). Em sua defesa do desenvolvimento nacional, o marechal Lott não explicava o que isso significava na prática para a classe trabalhadora, que sofria as consequências do modelo de desenvolvimento de Kubitscheck. Além disso, o país atravessava manifestações abertas de descontentamento com a política econômica do governo. Havia greves e mobilizações de trabalhadores por conta dos custos sociais do desenvolvimento econômico promovido por JK até aquele momento. A alta inflação e a necessidade de recomposição salarial eram fatores de grande descontentamento popular.<sup>128</sup>

Voltando o olhar para o campo militar, é importante salientar a rebelião ocorrida no final de 1959. Para Silva (1984), “o gesto generoso do Presidente Juscelino Kubitscheck, concedendo a anistia aos revoltosos de Jacareacanga logo após dominado o levante [...] não conseguiu produzir um fim à inquietação na área militar [...]” (SILVA, 1984, p. 186), notadamente entre os membros da Aeronáutica. Conforme o autor (SILVA, 1984), conspirava um pequeno grupo de oficiais que haviam participado ou eram simpatizantes dos movimentos que culminaram em Jacareacanga. Enquanto a sucessão presidencial se encaminhava, as forças oposicionistas se aglutinavam diante da candidatura de Jânio Quadros.<sup>129</sup> Contudo, Jânio renunciou à própria candidatura em fins de novembro, “[...] mantendo a vida nacional em suspenso e a cidade de São Paulo paralisada por uma greve geral” (SILVA, 1984, p. 187), talvez como um prenúncio de sua futura atitude. Para os conspiradores, a renúncia representou o primeiro passo para uma

---

do partido, e nesse caso a ‘traição’ a Lott era bem-vinda. Não o foi, contudo, quando certos petebistas decidiram apoiar outro candidato a vice, mesmo mantendo o apoio a Lott. Para estes, o caminho foi a expulsão.” (D’ARAÚJO, 1996, p. 133).

<sup>128</sup> Conforme Saes (1984), o processo de industrialização se faz com o aumento da exploração dos trabalhadores. Dessa forma, “[...] a classe operária reage à exploração através de um número crescente de greves e do reforço do movimento reivindicativo. A inflação constitui, ao mesmo tempo, o símbolo deste período e a expressão sintética do duplo aspecto da exploração: caracteriza-se, de um lado, como uma técnica de acumulação de capital; de outro, resulta da reação da classe operária à deterioração do seu nível de vida” (SAES, 1984, p. 127).

<sup>129</sup> “O grupo mais aguerrido da UDN chegou a sacrificar a possibilidade de um udenista, que deixara à pouca a presidência do partido, Juracy Magalhães, para aderir à candidatura emergente do Governador de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, cuja propaganda popular continha a mais severa crítica ao governo, ameaçando *varrer* tudo com a vassoura que tomara como símbolo.” (SILVA, 1984, p. 186, grifo do autor).

revolução esquerdista que supostamente estaria sendo preparada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. De acordo com Silva, “na opinião dos militares opositores mais exaltados, uma ação sua provocaria o ‘estado de sítio’ e frustraria o movimento esquerdista” (SILVA, 1984, p. 187).

Assim, na madrugada do dia 3 de dezembro de 1959, oficiais da Aeronáutica encabeçaram a mobilização que iniciou a revolta pela base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, onde se apossaram de três aviões Douglas C-47 e partiram com destino a Aragarças, no estado de Goiás. A revolta foi comandada pelo tenente-coronel da Aeronáutica João Paulo Burnier e contando com outros revoltosos que objetivavam ocupar as bases áreas de Santarém, Xingu, Cachimbo, Xavantina e outras na região amazônica, além de pretenderem bombardear os palácios presidenciais das Laranjeiras e Catete, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o major Ébert Teixeira Pinto e o engenheiro Charles Herba sequestraram um avião civil da Panair com 35 pessoas a bordo em pleno voo e partiram igualmente para Aragarças. Apesar da tensão, a rebelião foi rapidamente controlada pelas forças governamentais, e os revoltosos fugiram para os países vizinhos, tais como Bolívia, Argentina e Paraguai. Ao retornarem em 1961, não foram presos. Em 5 de dezembro, Jânio Quadros voltou atrás em suas pretensões de desistir da candidatura (CARLONI, 2010).

Em 3 de outubro de 1960, as eleições foram realizadas. Carloni (2010) lembra que o marechal Lott representava a continuação do governo Kubitscheck, e os que queriam demonstrar insatisfação com o governo votaram contra o seu candidato.<sup>130</sup> Assim, para a autora:

Embora se deva admitir que o abandono político de Lott, a falta de sintonia entre o PSD e o PTB, a inabilidade política do candidato e a grande derrama de dinheiro na candidatura de Jânio Quadros como fatores importantes para a derrota do ex-ministro da Guerra, não se pode ignorar o poder de julgamento e escolha do povo e estas estão diretamente relacionadas com a vida cotidiana e as dificuldades enfrentadas para sobreviver. (CARLONI, 2010, p. 227).

Dessa forma, as eleições presidenciais foram decididas com os seguintes números: Jânio Quadros recebeu 5.636.623 votos, o equivalente a 48,3% do total; o marechal Lott ficou com 3.846.825, 26%; e Ademar de Barros conquistou 2.195.709 votos, 23%. Jânio não atingiu a

---

<sup>130</sup> Carloni, a partir das reflexões de Basbaum, encontradas no livro *História sincera da República: de 1930 a 1960*, afirma que a vitória de Quadros não significou a vitória da direita contra a esquerda, tampouco foi uma vitória da UDN como partido político. Sua ascensão estaria relacionada com a insatisfação das camadas populares com os resultados da gestão JK. “Dessa forma, o povo teria votado não a favor de Jânio Quadros, mas apenas contra o governo e tudo que ele representava: ‘contra a inflação, contra a corrupção, e os escândalos financeiros, mas sobretudo votou contra uma política de desenvolvimento unilateral, porque esse desenvolvimento não cogitou o povo, isto é, a massa empobrecida e espoliada da nação’.” (CARLONI, 2010, p. 227).

maioria absoluta dos votos, contudo, dessa vez, isso não foi um motivo para a UDN pedir a impugnação das eleições, como fez em 1955. Para a vice-presidência o resultado foi: 4.547.010 ou 36,1% para João Goulart; 4.237.719, o que corresponde a 33,7%, para Milton Campos; e, 2.137.382, correspondente a 17%, para Fernando Ferrari. Em um período em que era permitido votar para presidente e vice-presidente separadamente, o resultado consagrou a vitória da chapa informal e contraditória “Jan-Jan”.

### 3.1.1 A montagem do ministério conservador de Jânio e os impactos no Clube Militar

Para poder concorrer às eleições presidenciais, o marechal Lott precisou deixar o Ministério da Guerra, o que abriu a questão sobre quem o sucederia. A solução veio com a indicação do marechal Odílio Denys, que assumiu o ministério em fevereiro de 1960. Conforme Ramos (2009), durante a campanha eleitoral de 1960, a situação militar era semelhante ao quadro de divisão das Forças Armadas em 1950: de um lado estava a Cruzada Democrática, sob o comando do general Osvaldo Cordeiro de Farias, de outro, a corrente nacionalista sob o comando do ex-ministro da Guerra, o marechal Lott. Conforme o autor:

Os oficiais da ativa, de ambos os lados, terminado o expediente nos quartéis, rumavam para os comitês eleitorais de seus candidatos, onde davam ordens, formulavam planos de campanha, elaboravam sistemas de segurança para os comícios e quantificavam as possibilidades eleitorais de seus candidatos. Os membros da Cruzada Democrática trabalhavam na campanha de Jânio, enquanto os mais ligados ao movimento de 11 de novembro, antigos militantes do MMC, estavam à frente dos escritórios de propaganda de Lott. (RAMOS, 2009, s/p).

Ao assumir o Ministério da Guerra, o marechal Denys passou a desmontar o aparelho militar criado por Lott para conter o avanço do golpismo durante o governo JK. De acordo com Sodré (1967), pequenos sinais demonstravam que o novo ministro não seguiria a linha traçada pelo anterior. O primeiro alerta se deu quando da escolha do general Orlando Geisel para o cargo de chefe de gabinete, ainda que, para Sodré, essa escolha não representasse uma surpresa, pois “[...] ao que se sabia, não tinha posições políticas; era oficial conceituado, do tipo primeiro aluno de turma em todos os cursos, o tipo que o general Teixeira Lott, que também era assim, apreciava” (SODRÉ, 1967, p. 511-512). Em seguida, o autor (SODRÉ, 1967) relata um encontro entre o marechal Denys e Carlos Lacerda, público apoiador da candidatura de Jânio Quadros, além de um forte opositor ao governo Juscelino e um dos partícipes da tentativa de golpe em 1956. Somando-se a isso, o marechal nomeou para o Serviço Secreto o coronel Ernesto Geisel, oficial com posições abertas contra o governo JK. Assim, ao compor seu

gabinete, o novo ministro da Guerra dava preferência aos oficiais ligados à Cruzada Democrática e contrários ao governo Juscelino.<sup>131</sup> Conforme Sodré:

[...] o novo ministro da Guerra, em poucos dias, desmontava todo o dispositivo que o seu antecessor levava anos a montar, com meticuloso cuidado em cada escolha, particularmente quando se tratava de comando na tropa. Ia entregando esses comandos, apressadamente, a oficiais que nunca haviam escondido suas posições políticas, sua ação conspirativa, suas atividades partidárias e que se distinguiam, particularmente, pela aversão que votavam ao marechal Teixeira Lott – promovido e transferido para a reserva, então – como as simpatias que tinham pelo candidato Jânio Quadros, não apenas aquelas legítimas que cada um é livre de ter, mas aquelas fundadas em entendimentos, em visitas, em conversas, em contatos, em compromissos. (SODRÉ, 1967, p. 513).

Conforme Faria (2014), o apoio do marechal Denys às forças ligadas à Cruzada Democrática decorria, principalmente, do seu posicionamento anticomunista. As mobilizações do movimento sindical eram percebidas como um sinal da frouxidão governamental para conter avanço comunista.<sup>132</sup> Assim, o marechal Denys, para sustar esse suposto avanço e restabelecer a união entre os militares, passou a deslocar o poder para os setores que faziam oposição ao legado varguista e ao governo Kubitscheck (FARIA, 2014). Nas palavras do próprio marechal:

Ao assumir a pasta da Guerra em 1960, reuni alguns oficiais superiores influentes, tidos como simpatizantes desse partido [UDN], contrário ao governo e disse-lhes: “A situação política do País com o avanço que vai tendo o comunismo exige a nossa união para poder combatê-lo. Meu propósito leal e sincero, é de fazer a união no Exército, que é o principal baluarte da Nação. ‘Unidos venceremos’. Esse entendimento correspondia à união dos elementos considerados de centro ou direita. Deixei de lado, sem entendimento especial, os oficiais considerados de esquerda ou seus simpatizantes, que passaram a nos olhar como adversários”. (DENYS, 1980 *apud* FARIA, 2014, p. 113).

Desse modo, a partir da nova estruturação realizada no Ministério da Guerra, a correlação de forças que sustentou o governo JK no campo militar se alterou: as forças antinacionalistas se reorganizaram sob do comando do marechal Denys, que foi desmontando

---

<sup>131</sup> “Ao assumir o Ministério da Guerra, o marechal Denys, talvez por inspiração da própria neutralidade de Juscelino, começou a aplicar sanções disciplinares aos oficiais empenhados na luta eleitoral. No entanto, ao compor seu gabinete, Denys deu preferência aos oficiais da Cruzada Democrática. Seu chefe de gabinete, o general Orlando Geisel, era quem escolhia os auxiliares do ministro. Desse modo, as medidas punitivas só atingiam os partidários de Lott, que viam nesse comportamento uma mudança radical nas posições de Denys.” (RAMOS, 2009, s/p).

<sup>132</sup> “O anticomunismo, mais do que a soberania nacional era o móvel principal da atuação deste general. Com a radicalização do movimento sindical, esse oficial, por uma opção de ideológica e de classe, rompeu com esse movimento que conforme sua opinião, já não conseguia conter o avanço do comunismo: ‘O comunismo no Brasil esteve contido durante os governos de Getúlio e do General Dutra. Com a morte de Getúlio ficou solto e nos tem dado e continuará a dar trabalho’.” (FARIA, 2014, p. 112).

a estrutura deixada pelo general Lott e restabelecendo em postos de comando e controle as figuras identificadas com a UDN e a Cruzada Democrática sob a pauta comum do anticomunismo.

Conforme relatado anteriormente, a eleição de Jânio Quadros tinha um sentido de insatisfação ao modelo de desenvolvimento operado por Juscelino. Para Silva (1975), “a eleição de Jânio tinha todas as características de protesto das urnas. Pois vencera, precisamente, contra o sistema imperante desde 1945 – a aliança das cúpulas PSD-PTB – enfraquecidas agora, em suas antigas bases” (SILVA, 1975, p. 22). Além disso, esta foi a vitória de uma chapa presidencial informal e incoerente, cujo vice-presidente era o líder da oposição. Nesse contexto de fragilidade e tensões nas relações político-institucionais, o presidente governava de maneira dúbia, pois aplicava o modelo de política externa independente em sua relação com os países do leste europeu, União Soviética, China e outros, ao passo que desenhava um perfil profundamente conservador na política econômico-financeira do Estado.<sup>133</sup> Assim, o presidente “[...] entrou a determinar alterações em detalhes desprovidos de significado – brigas de galos, horário de trabalho do funcionalismo [...] – deixando os grandes problemas de lado” (SODRÉ, 1967, p. 526). Enquanto promovia alterações sem grande importância, bem como ações que pretendiam minar as bases de apoio dos governadores e deputados<sup>134</sup>, abandonando uma política parlamentar, o governo de Jânio Quadros formava um ministério de perfil conservador e reacionário, entregando os principais postos para o grupo estadunidense Mellon Trust<sup>135</sup> (BANDEIRA, 1979).

---

<sup>133</sup> “A política externa do Governo logrou, afinal, confundir as massas, em face dos ataques de Carlos Lacerda, cujo prestígio caía, sensivelmente, com o fracasso de sua administração. As forças conservadoras e reacionárias não escondiam os seus temores quanto à política externa do Governo, mas estavam plenamente satisfeitas com a orientação econômica e financeira, fundamentada nas instruções 204, 205, 206, 207 e 208, da Sumoc, segundo o figurino do Fundo Monetário Internacional. As correntes de esquerda ficaram dopadas e não esboçaram nenhum protesto mais incisivo contra a reforma cambial. A imprensa burguesa não poupava espaço para os seus memorandos, instruindo sessões permanentes sob o título *Bilhetes de Jânio*, faturando na conta da publicidade invisível, e derramava os maiores louvores à política externa. Não lhe faltou um minuto sequer com o seu apoio. Não havia oposição.” (BANDEIRA, 1979, p. 34, grifo do autor).

<sup>134</sup> Jânio Quadros “instituiu o Serviço de Assistência aos Municípios, através do qual retirava as bases dos deputados e dos próprios governadores, entrando em contato direto com os prefeitos” (BANDEIRA, 1979, p. 25).

<sup>135</sup> “Quadros entregou os principais postos de sua administração a um só grupo norte-americano, o *Mellon Trust*, através de seus agentes mais diretos. Eram o Ministério da Fazenda, como banqueiro Clemente Mariani, o Ministério de Indústria e Comércio, como industrial Arthur Bernardes Filho, o Ministério da Justiça, como advogado Oscar Pedroso Horta, o Banco do Brasil, com o comerciante João Batista Leopoldo Figueiredo, e todas as suas carteiras. Quadros também nomeou para a Consultoria-Geral da República um advogado da Hanna, Caio Mario da Silva Pereira, depois que a designação de Miguel Lins, advogado e diretor da refinaria Capuava, provocou escândalo, com a denúncia do Deputado Ferro Costa, ele teve que desfazê-la em 48 horas depois. E manteve toda a máquina do Ministério da Fazenda, montada desde a gestão de Sebastião Paes de Almeida, também do *Mellon Trust*.” (BANDEIRA, 1979, p. 27, grifo do autor).

Logo após sua posse, Quadros instituiu comissões de sindicância para investigar órgãos públicos. Entre os primeiros estavam a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e a Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Essas comissões descobriram inúmeras irregularidades que envolviam deputados e senadores de diversos partidos políticos. No entanto, o problema não era “[...] buscar sanear as finanças públicas, moralizar a política. A questão era como se fazia: incriminando, de maneira sensacionalista, os representantes do legislativo e capitalizando os resultados para o fortalecimento do Executivo” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 26). Orientadas por uma campanha que pregava a moralidade com a coisa pública, as comissões de sindicância se converteram em método de desmoralização dos adversários políticos.<sup>136</sup>

Segundo Affonso (1988), o presidente minou o poder dos governadores ao proporcionar uma linha direta entre as demandas regionais e a presidência e ao criar subgabinetes da presidência da República chefiada por coronéis, concentrando em si o prestígio político do atendimento às solicitações. Além disso, a forma como Quadros atuava na política externa entrava em choque com a ala conservadora da UDN, quadro agravado quando condecorou o ministro da Economia da República de Cuba, Ernesto Che Guevara, com a mais alta condecoração atribuída a cidadãos estrangeiros: a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Esse ato fez com que Carlos Lacerda, nesse momento em contraposição aberta ao governo, entregasse as chaves do Estado da Guanabara ao líder cubano da contrarrevolução, Manoel Antônio de Verona, acentuando sua divergência com o presidente (BANDEIRA, 1979). Nesse cenário, as contradições do governo Quadros foram se avolumando.

No campo militar, o presidente Quadros não só manteve o marechal Denys enquanto ministro da Guerra, mas também entregou os postos de comando das Forças Armadas para indivíduos ligados à Cruzada Democrática e aos movimentos golpistas desde o 24 de agosto de 1954. Assim, para o Ministério da Marinha, foi designado o almirante Sílvio Heck, conectado a Carlos Lacerda e comandante do cruzador *Tamandaré* durante a ação que tentou impedir a posse de Juscelino e Goulart anos antes. Na Aeronáutica, foi nomeado o brigadeiro Gabriel Grün Moss, ligado ao udenista Eduardo Gomes e também lacerdista. Na chefia do Gabinete

---

<sup>136</sup> Um processo de sindicância se caracteriza por ser um levantamento de dados e indícios que justifiquem a abertura de um inquérito, sua natureza é sigilosa, uma vez que não se estabelece contraditório, nem defesa. Contudo, no governo de Quadros nas sindicâncias “exibiam-se à imprensa os autos das sindicâncias, transformando indícios, às vezes inconsistentes, em provas definitivas, e expondo à condenação coletiva homens públicos que não haviam tido a oportunidade sequer de saber do que eram acusados” (AFFONSO, 1988, p. 11).

Militar estava o general Pedro Geraldo de Almeida, ligado ao coronel Golbery do Couto e Silva, sendo este designado para a chefia de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Por fim, no comando do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) ficou o general Osvaldo Cordeiro de Farias. Dessa forma, a hierarquia militar sofreu uma grande mudança sob a presidência de Jânio Quadros, sendo que todo o dispositivo organizado pelo marechal Lott foi reestruturado para alijar os membros da corrente nacionalista dos postos centrais de comando, mudança operada tanto pelo ministro da Guerra quanto pelo próprio presidente.

Conforme Peixoto (1980), essa mudança na hierarquia militar chegou em pouco tempo ao Clube Militar, então sob a gestão dos nacionalistas-legalistas, pois “nem o governo de Quadros, nem a hierarquia militar poderiam tolerar que o Clube se tornasse foco de oposição” (PEIXOTO, 1980, p. 107). Os membros da diretoria nacionalista à frente da associação passaram a organizar conferências sobre os temas relacionados ao desenvolvimento nacional, e a hierarquia viu nessa ocasião uma oportunidade para interferir e silenciar sua diretoria. Nesse sentido, o ministro da Guerra proibiu a realização de conferências no âmbito do Clube Militar. Como resposta à intervenção governamental, sete membros do conselho diretor do clube se demitiram, mas parte da diretoria se manteve fiel à hierarquia. Os demissionários foram transferidos para localidades distantes do Rio de Janeiro como forma de punição. Esse fato agravou a crise e deu ensejo a mais vinte pedidos de demissão (PEIXOTO, 1980). Começou, assim, o processo de desarticulação do núcleo nacionalista no Clube Militar.

Sodré (1967) relata que os membros da diretoria do Clube Militar, com exceção do seu presidente, apoiavam a forma como Jânio Quadros conduzia a política externa e, por esse motivo, enviaram um telegrama ao presidente aplaudindo suas decisões nessa área. Por ocasião dessa manifestação<sup>137</sup>, “o presidente não respondeu e o ministro da Guerra puniu os signatários. Como fizera Canrobert, dez anos atrás [...] desmontou aquela Diretoria, pela transferência de seus componentes. O general Justino ganhou a Embaixada do Paraguai e tudo continuou em paz” (SODRÉ, 1967, p. 528). O presidente do Clube Militar não se opôs ao ministro da Guerra. Para o Sodré (1967), “o general Justino não hesitou: ficou com o marechal Denys; os seus companheiros, até bem pouco seus amigos e aliados, começaram a ser vistos como ‘comunistas’, ‘subversivos’, ‘perigosos’” (SODRÉ, 1967, p. 527). Em julho de 1961, o general Justino foi designado pelo presidente Jânio Quadros para o posto de embaixador extraordinário

---

<sup>137</sup> Moniz Bandeira sobre a mesma ocasião: “dessa não escaparam nem os dirigentes do Clube Militar, identificados com as correntes nacionalistas e que se pronunciaram a favor da política externa do Governo, nem o chefe fascista, Almirante Pena Boto, porque, em seu artigo de jornal, se manifestou contra” (BANDEIRA, 1979, p. 38).

por ocasião das comemorações da independência do Paraguai. Ao retornar ao Brasil, o general foi efetivado na missão diplomática, na qual permaneceu até setembro de 1962.<sup>138</sup>

Ainda no contexto das intervenções da hierarquia sobre o CM, o jornal *O Estado de São Paulo* deu publicidade a um documento interno destinado à assembleia que se reuniria para tratar da recomposição dos quadros da diretoria do Clube Militar. Conforme o jornal, a nota foi entregue à imprensa por elementos políticos ligados à ala militar nacionalista. No texto, condena-se a intervenção governamental no Clube Militar e afirma-se<sup>139</sup> que:

A intenção de paralisar o Clube, de torná-lo inoperante sociedade recreativa, indiferente à sorte do País, como a dos militares, concretizou-se na intervenção. A campanha urdida neste sentido e adrede levantada na imprensa interessada, de conteúdo político evidente, apontava o Clube Militar como tendo adotado posição partidária em face do governo, quando, em obediência ao compromisso de não-envolvimento em questões político-partidárias, os membros da diretoria e o Clube Militar não a tiveram, não sendo governo ou antigoverno. Ficou clara a ação política de intervenção, quando do telegrama endereçado ao presidente da República pela diretoria, com o único voto discrepante do exmo. sr. general-presidente, telegrama em que a diretoria defendia um ponto de vista que era o mesmo que o governo defendia de público. A intervenção teve seu seguimento atingindo novos elementos e os signatários foram punidos individualmente por decisão de um órgão colegiado, a diretoria. Mais grave: a intenção tinha como executor o próprio presidente do Clube Militar, o único não signatário do telegrama referido. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961, p. 3).

Assim, ficou patente que o CM, como órgão de expressão da opinião dos militares nacionalistas que o comandavam, precisava ser silenciado de modo a não rivalizar com a estrutura antinacionalista no comando das Forças Armadas. A intervenção visava, antes de tudo, apaciar esse ponto de dissonância para criar o consenso pelo alto, a partir da linha de transmissão que organiza as instituições armadas, isto é, a hierarquia. Conforme Kunhavalik (2009), após a interferência, uma assembleia geral escolheu o general Paulo Torres<sup>140</sup>, militar

<sup>138</sup> Disponível em: <https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-justino-alves-bastos>

<sup>139</sup> Conforme a carta dos membros da chapa nacionalista à frente do Clube: “os membros da diretoria, afastados do exercício de suas funções por processos alheios à ordem interna do Clube militar e nele interferentes, defenderam o direito de serem debatidos os problemas nacionais mais importantes, o direito de ser publicada com regularidade a sua revista, o direito de sempre aqui discutidos os aspectos do problema da paridade de remuneração entre civis e militares, e direito de ser procurada uma solução para o problema do imposto de renda para os militares, o direito de serem preservadas as viúvas dos nossos companheiros em suas condições mínimas de existência decente, como o direito de gerir com eficiência o patrimônio da Carteira Hipotecária e Imobiliária e o do próprio Clube Militar, num justo equilíbrio de todos os seus departamentos, igualmente úteis aos seus associados. Foi inútil a luta que travaram dentro da disciplina militar e dentro das normas estabelecidas para a realização do programa apoiado pelos associados” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961, p. 3)

<sup>140</sup> “Até o fim da gestão de Justino Alves na presidência do Clube, seu nome continuou a aparecer na revista como presidente do Clube, embora ele tivesse sido afastado. Na 1ª vice-presidência passou a constar o nome do general

com vínculos antinacionalistas, como novo presidente da associação. Com relação à Revista, as ações sobre o clube impactaram sobremaneira na publicação, dado que ela quase foi extinta: “em 1961 tinham sido publicados três números (158-159-160); em 1962 foram publicados dois números (161-162); em 1963 e em 1964 foi publicado apenas um número” (KUNHAVALIK, 2009, p. 134).

Além disso, seu conteúdo e forma foram radicalmente alterados: as publicações passaram a ter menor volume, os textos sobre desenvolvimento nacional, industrialização, nacionalismo cederam espaço, pouco a pouco, para textos mais brandos que discorriam, principalmente, sobre os aspectos da vida militar, sobre homenagens aos membros do clube, arte, literatura, festas e jogos providos pela associação. Por fim, os textos com conteúdo político passaram a rarear, apesar de, em alguma medida, ainda estarem presentes.

### 3.1.2 Crise da legalidade, governo de Goulart e militares

Jânio Quadros ao construir um corpo ministerial ligado à direita conservadora e, no campo militar, colocou em posição de comando pessoas diretamente conectadas às conspirações e tentativas anteriores de ruptura institucional. Tais figuras se opunham abertamente ao vice-presidente e ao que ele representava. Nesse cenário, João Goulart recebeu um convite do ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, para chefiar uma missão comercial brasileira em uma viagem à China comunista. Durante a ausência do vice-presidente, Quadros tentou operacionalizar um golpe de Estado. Para Bandeira (1979), a viagem de João Goulart era parte essencial do plano, pois:

Os militares, evidentemente, prefeririam Quadros com poderes extraordinários a passar o governo para Goulart, contra o qual setores da burguesia, durante anos, moveram violenta campanha, apontando-o como o homem da corrupção, da agitação social e ligado aos comunistas. (BANDEIRA, 1979, p. 42).

Para a concretização do seu objetivo, o presidente buscou o apoio do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. No entanto, seus planos foram frustrados pela atitude de Lacerda, que a essa altura se manifestava contrário à forma como Quadros comandava a política externa. Na noite de 24 de agosto, o governador revelou a conspiração golpista arquitetada pelo presidente e Pedroso Horta, seu ministro da Justiça. O plano consistia em: “[...] o Congresso Nacional seria temporariamente fechado, com integral apoio das Forças Armadas; o Executivo

---

Paulo Francisco Torres, mas com a observação de que o mesmo exercia a presidência.” (KUNHAVALIK, 2009, p. 134).

promoveria uma série de reformas políticas e sociais, submetendo-as a seguir a plebiscito popular” (AFFONSO, 1988, p. 18). A revelação do governador interrompeu a tentativa golpista, e no dia 25 de agosto o presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo. Em carta, alegou ter sido vencido pela reação que o impedia de concretizar a libertação política e econômica do país.<sup>141</sup>

Seu pedido foi prontamente aceito pelos congressistas.<sup>142</sup> Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, convocou uma sessão extraordinária do Congresso Nacional para a leitura da carta de renúncia e, em virtude da ausência do vice-presidente João Goulart, empossou o deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, na presidência da República. Antes de efetivar a desistência do cargo, o presidente Quadros esteve reunido com seus ministros militares e os aconselhou a formarem uma junta militar. Mazzili, submetendo-se a essa junta, informou ao Congresso Nacional que os generais manifestavam a “[...] ‘absoluta inconveniência por motivos de segurança nacional’ do regresso ao País do Vice-Presidente João Goulart” (JORNAL DO BRASIL, 1961). Goulart estava em Cingapura quando soube da renúncia e do veto militar a sua posse.

Diante do quadro de flagrante quebra da legalidade, o marechal Lott buscou convencer o ministro da Guerra a desistir de impedir a investidura de Goulart, não obtendo sucesso. Sem controle de tropas e frente à resistência do ministro, resolveu, com alguns aliados, se manifestar publicamente a favor da posse do vice-presidente, o que abriu uma controvérsia nas Forças Armadas. Os jornais e emissoras de televisão que tentaram publicar seu manifesto sofreram censura, e o ex-ministro da Guerra e seus aliados receberam uma ordem de prisão. Lott se recusou a ser detido por um oficial de patente menor.<sup>143</sup> Foi preso pelo marechal Nilo Horácio Sucupira, acompanhado do coronel Kruger (CARLONI, 2010).

Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, ao saber do veto militar, passou a organizar a resistência ao golpe em curso articulando apoio militar e político. Na capital do seu estado, “foi determinado o fechamento dos bancos e das escolas [...]. A Câmara Municipal de

---

<sup>141</sup> Na carta de renúncia Jânio declarava: “sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim, e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, e indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo, que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes e para os operários, para a grande família do país, esta página de minha vida e da vida nacional. A mim, não falta a coragem da renúncia” (AFFONSO, 1988, p. 21).

<sup>142</sup> “Os congressistas, insatisfeitos com as comissões de inquéritos, imediatamente aceitaram a renúncia; a direita, assustada com a política externa independente não reagiu; a esquerda o desprezava.” (FERREIRA, 2011, p. 223).

<sup>143</sup> “Os jornais da época registraram a comoção dos populares presentes na ocasião. Gritavam: ‘Viva o Marechal da Legalidade!’ Cantaram o hino nacional e se comoveram com a prisão do velho oficial.” (CARLONI, 2010, p. 232).

Porto Alegre reuniu-se e decidiu ficar em sessão permanente, em apoio à legalidade” (BARBOSA, 2002, p. 49). Em pouco tempo, os protestos contra o golpe surgiram nas ruas de Porto Alegre e “com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul e o protesto popular, o governador deu início ao movimento que ficou conhecido como Campanha da Legalidade” (FERREIRA, 2011, p. 231). Apesar da ajuda conquistada, Brizola era incapaz de enfrentar o III Exército comandado pelo general Machado Lopes.

Como parte das operações de contragolpe, o governador solicitou aos técnicos do Palácio do Piratini que monitorassem as comunicações entre o comando do III Exército, em Porto Alegre, e o Ministério da Guerra, na Guanabara, uma vez que existia uma enorme dificuldade de comunicação por conta da censura imposta aos jornais, rádios e televisões. Durante esse monitoramento, foram interceptadas conversas que demonstravam que o marechal Odílio Denys havia ordenado que a FAB e o III Exército bombardeassem a sede do governo gaúcho (AFFONSO, 1988). Diante dessa situação limite, o governador Brizola fez um pronunciamento<sup>144</sup> no qual denunciava as intenções dos ministros militares, seu intuito de resistir ao ataque, bem como o pedido de audiência solicitado pelo general Machado Lopes.

Com ordens para conter a sublevação, o general Machado Lopes se negou a cumprir o comando do ministro da Guerra.<sup>145</sup> Por isso foi destituído do cargo pelo marechal Denys, que nomeou o general Osvaldo Cordeiro de Farias no seu lugar. Em resposta ao ministro da Guerra, o general Lopes afirmou que:

O Terceiro Exército, perfeitamente coeso, não mais acatará ordens de V.Exa. e agirá dentro da ideia de manter o Regime Liberal Democrata Cristão, assegurando integral execução da Constituição vigente sem qualquer modificação que nela seja porventura introduzida. (AFFONSO, 1988, p. 36).

---

<sup>144</sup> “Uma equipe da Guarda Civil conseguiu invadir os estúdios da rádio Guaíba, dado que o governo federal havia fechado outras rádios por divulgarem os discursos de Brizola. A partir da rádio Guaíba, que teve seus estúdios transferidos para o Palácio do Piratini e seus transmissores vigiados por 200 homens da Brigada Militar, formou-se a Cadeira da Legalidade. ‘A Cadeira da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir as mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente’.” (FERREIRA, 2011, p. 235).

<sup>145</sup> Conforme Affonso, o general respondeu da seguinte maneira: “1. Não mais acatarei as ordens do ministro da Guerra; 2. Permaneceria no comando do III Exército; 3. A partir daquele momento agiria por conta própria, dentro da ideia de manter o Regime Liberal Democrático Cristão, assegurando a ordem pública” (AFFONSO, 1988, p. 35).

Quando chegou ao palácio do governo gaúcho, o general informou ao governador Brizola que o III Exército não acataria às ordens do ministro da Guerra, se colocando ao lado da legalidade constitucional. Com a adesão do III Exército, a resistência civil e militar se fortaleceu.<sup>146</sup> A partir daí:

A rebelião militar se alastrou pelo país. Inúmeros oficiais, em todos os estados, acompanharam Machado Lopes em sua difícil decisão. Um grande número de oficiais, da ativa e da reserva, abandonou seus estados e rumou para Porto Alegre, apresentando-se a Machado Lopes. (FERREIRA, 2011, p. 241).

Nesse momento, tal como fizeram em 1955, as frações em disputa no interior das Forças Armadas passaram o mobilizar o conceito de legalidade. Ao tentarem impedir a posse de Goulart, os militares antinacionalistas corromperam a Constituição em nome da segurança nacional e isso os colocou em confronto direto com os militares profissionais, isto é, aqueles que percebiam que a legalidade “[...] estava estritamente vinculada à defesa da Constituição, independentemente dos grupos políticos que estivessem no poder” (CARLONI, 2010, p. 97), bem como em oposição aos militares nacionalistas. A tentativa de veto à posse de Goulart reacendeu a tentativa frustrada pelo contragolpe de 11 de novembro: alijar do poder um herdeiro político direto de Vargas.

Diante de tal cenário, a possibilidade de guerra civil se tornou presente. A decisão de Machado Lopes de se manter fiel à legalidade constitucional expôs de vez a fragmentação existente dentro das Forças Armadas, uma vez que o conflito entre as facções militares escalava para a possibilidade de confronto aberto. A partir das movimentações de ambos os lados, Carvalho (2019) destaca o papel central dos sargentos. Como exemplo, indica os episódios de Canoas, no Rio Grande do Sul, e de Brasília. Em Canoas, eles foram os responsáveis por impedir que aviões destinados a bombardear a sede do governo decolassem, desarmando-os e esvaziando seus pneus. Em Brasília, após prenderem os oficiais, os sargentos retiraram os tambores de óleo colocados na pista do aeroporto, cuja finalidade era impedir a chegada do presidente João Goulart.<sup>147</sup>

---

<sup>146</sup> “Constitui-se o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, que compreendia o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas, todos sob o comando de Machado Lopes. Além de possuir a mais poderosa artilharia e o mais completo parque de manutenção do país, o III Exército possuía importantes regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens. Somados aos 13 mil da Brigada Militar, armados e entusiasmados, Machado Lopes contava com um poder de resistência que não poderia ser subestimado pelos ministros militares.” (FERREIRA, 2011, p. 241).

<sup>147</sup> “Os sargentos retomavam a luta de trinta anos antes por melhores condições funcionais, acrescentando a demanda do direito político de ser eleitos. Mais do que na década de 1930, sua ação se entrosava agora com a de grupos civis de esquerda como o Comando Geral dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, a Frente Parlamentar Nacionalista.” (CARVALHO, 2019, p. 167).

No dia 30 de agosto, Goulart chegou a Montevideú. Segundo Ferreira (2011), o parlamentarismo surgiu como a solução mais viável desde o início da crise, ideia negada em um primeiro momento pelos ministros militares. Contudo, percebendo uma redução do seu poder, dada a divisão interna da hierarquia e uma forte oposição vinda de setores civis e militares, os ministros militares foram obrigados a recuar e passaram a aceitar a solução que o Congresso desse para a crise.<sup>148</sup> Ainda de acordo com Ferreira, foi a possibilidade de uma guerra com muitas mortes que fez Goulart aceitar a presidência com o poder tolhido por um regime parlamentarista instituído às pressas. No dia 07 de setembro de 1961, o vice-presidente, eleito em um regime presidencialista, tomou posse como presidente da República em um regime parlamentarista.

### 3.1.3 A Doutrina da Guerra Revolucionária

Goulart ascendeu ao poder a partir de um acordo frágil. Para o grupo golpista, a sua posse significou uma derrota que demonstrava a necessidade de conquistar a adesão da opinião pública. Para o grupo vencedor, a conquista era instável, pois precisariam desestabilizar o potencial de conspiração então instalado (D'ARAÚJO, 1996, p. 142). Aqui, importa destacar o conceito de guerra revolucionária como um importante elemento para se compreender um dos aspectos da visão construída pela direita militar golpista e que animou, pelo menos em parte, sua ação prática.

Como destaca Chirio (2016), as diferentes teorias e estratégias de combate contrarrevolucionário e contra-insurrecional se baseiam na hipótese de uma nova guerra promovida pelo movimento comunista internacional. Além disso, a preocupação com a existência de um “inimigo interno” a ser combatido – representado, no mais das vezes, como o comunista, o subversivo, o antinacional, atuando em obediência a alguma nação estrangeira e apresentado como ameaça direta e invisível a ordem pública e a segurança da nação – tem longa história nas Forças Armadas brasileiras. Essa concepção traz a ideia de uma guerra promovida internamente e foi importante para a reformulação integral da gestão do Estado<sup>149</sup> (CHIRIO,

<sup>148</sup> “Além disso, a pesquisa do Ibope, publicada no dia 1º de setembro no *Jornal do Brasil*, garantia que, na Guanabara, 81% da população queriam a posse de Goulart no regime presidencialista, enquanto apenas 10% tinham preferência pelo parlamentarismo. Um número menor, 9% defendia o impedimento de Jango na presidência da República. Mesmo entre o eleitorado lacerdistas, 69% queriam a posse no presidencialismo.” (FERREIRA, 2011, p. 250).

<sup>149</sup> “*Cette guerre interne est la justification première de la reformulation intégrale de la gestion de l'État, de la tutelle militaire, de la refondation juridique de la nation, et bien sûr de l'élimination de toute forme d'opposition au pouvoir en place.*” (CHIRIO, 2016, p. 1). A autora destaca a Doutrina de Segurança Nacional, a Lei de Segurança Nacional de 1935 ou o decreto federal em 1921, que autorizava a expulsão de estrangeiros suspeitos de

2016). Conforme a autora, ao lado da possibilidade de uma guerra externa, inclusive nuclear, abria espaço para reflexões sobre outras modalidades de guerra: a subversiva, a psicológica e a revolucionária. Assim:

A tomada de consciência do risco de aniquilamento coletivo no caso de conflito atômico estimula efetivamente a reflexão sobre outros cenários bélicos: em perspectiva, ao invés de uma guerra “infinitamente grande”, uma “infinitamente pequena”, a guerra de baixa intensidade.<sup>150</sup> (CHIRIO, 2016, p. 2, tradução nossa).

Martins Filho (2008) afirma que, a partir de 1959, a Escola Superior de Guerra (ESG) introduziu no Brasil a Doutrina da Guerra Revolucionária (DGR). Essa foi elaborada por militares franceses e consistiu em uma resposta teórica, e posteriormente prática, decorrente das avaliações sobre as formas de atuação dos movimentos revolucionários de libertação nacional que ameaçavam a coesão do império francês após a Segunda Guerra Mundial (ARAUJO, 2017), notadamente os que se desenvolviam na Indochina e na Argélia. Ainda de acordo com Martins Filho (2008), para os franceses, a derrota na Indochina era o reflexo de sua falta de preparação para o enfrentamento de um novo tipo de guerra, que funcionava a partir da indistinção entre meios militares e não militares, combinando de maneira particular política, ideologia e operações bélicas.

O militar francês pioneiro nos estudos da atuação daqueles movimentos de libertação foi Roger Trinquier, o qual se dedicou aos “[...] textos de Mao Tsé-tung para entender a estratégia da ‘guerra revolucionária’ na Argélia, semelhante à que os franceses haviam enfrentado (e perdido) na Indochina” (DUARTE-PLON, 2016, p. 53). Especificamente sobre a Indochina, ela:

[...] serviria de laboratório. Nessa primeira guerra de libertação nacional que enfrentavam, os militares franceses se depararam com um inimigo sem uniforme, extremamente móvel, disseminado na população civil, combatendo através de táticas de guerrilha. (DUARTE-PLON, 2016, p. 66).

Para Araujo (2008), a inovação da DGR estaria na:

[...] representação da função dos militares na afirmação de um projeto político coerente. Para os militares franceses que combateram no Vietnã, a URSS

---

agitação política como exemplos de reformulação do Estado em prol do combate ao inimigo interno. Segundo Geisel: “nas Forças Armadas, desde a Revolução de 1935, passamos a considerar o comunismo como o principal problema de segurança interna.” (GEISEL *apud* D’ARAUJO ; CASTRO, 1997, p. 141).

<sup>150</sup> “*La prise de conscience du risque d’anéantissement collectif en cas de conflit atomique incite effectivement à la réflexion sur d’autres scénarios belliqueux: à la perspective, em lieu et place de la guerre de ‘l’infiniment grand’, celle de ‘l’infiniment petit’, la guerre de basse intensité.*” (CHIRIO, 2016, p. 2).

estava longe de ser o principal inimigo, este estava dissimulado dentro da população sob a forma dos combatentes *vietminhs*, e eram vistos como inimigos internos e não externos. (ARAUJO, 2008, p. 263).

De acordo com Martins Filho (2008), os teóricos franceses da DGR elaboraram um esquema que consideravam representativo dos métodos utilizados pelos movimentos de libertação nacional para conquista do poder estatal, objetivando a ruptura formal com o controle metropolitano e seus mecanismos de manutenção *in loco*. Assim, a guerra revolucionária se configuraria como um processo diversificado e prolongado, operado a partir de cinco etapas, não necessariamente dissociadas, uma vez que a fluidez era sua principal característica.

A primeira etapa seria a da preparação do terreno que se pretendia conquistar, isto é, sua população. Segundo Faria (2014), ela corresponderia à fase de agitação democrática e, de acordo com o texto “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, seria “[...] constituição de núcleos ativos, inicialmente secretos – de agitação, de propaganda e de informação –, difundindo a ideia, envenenando as contradições e se opondo às medidas imprudentes do poder” (FARIA, 2014, p. 180). No Brasil, a defesa da atuação democrática do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1958, era entendida pelos militares brasileiros adeptos da doutrina francesa como parte de uma ação psicológica, que “[...] visava minar as resistências da população à atuação institucional deste partido para, em momentos posteriores colocar em práticas seus ‘verdadeiros objetivos’” (FARIA, 2014, p. 181).

Na segunda etapa, os movimentos de libertação nacional se dedicariam à construção de uma rede de organizações urbanas e rurais controladas por militantes com o objetivo de criar uma estrutura capaz de subverter e resistir à ação governamental. Aqui entrariam as manifestações, a sabotagem, os tumultos. No caso brasileiro, os militares alinhados à DGR identificavam que “[...] o ascenso das lutas sociais no período pós-1945 e especialmente desde o fim da década de 1950 seria uma evidência clara da construção desta segunda etapa” (FARIA, 2014, p. 182). A infiltração do comunismo nas estruturas do Estado seria outra ação englobada na segunda etapa. É importante destacar que o conceito de comunismo mobilizado a partir da DGR pelos militares brasileiros era bastante flexível. Nesse sentido, “os meios de comunicação mobilizados para a conspiração contra o Estado populista denunciaram incansavelmente a penetração de comunistas em postos importantes da administração federal” (FARIA, 2014, p. 183), em especial durante o governo Goulart.

Ainda de acordo com a esquematização apresentada por Martins Filho (2008), na terceira fase se constituiriam os grupos armados, bem como o terrorismo como método de ação.

No Brasil, os “Grupos dos 11” organizados por Brizola, as Ligas Camponesas e as ameaças dos sargentos de resistir a uma tentativa de derrubar o governo de João Goulart “[...] eram lidas pelos militares brasileiros como ações que visavam estabelecer no Brasil esta terceira etapa” (FARIA, 2014, p. 183). Com isso, para uma parcela dos militares, no país já estavam consolidadas a primeira e a segunda etapas, e a terceira estaria em processo de construção (FARIA, 2014). A quarta fase compreenderia o estabelecimento das chamadas “zonas livres”, locais onde o exército regular não teria mais controle sobre o território, seguindo para a formação de um governo provisório que buscava reconhecimento externo. Além disso, esse seria o momento de formação de um exército revolucionário provisório (MARTINS FILHO, 2008). A partir daí se daria a quinta e última etapa: a constituição de um poder ofensivo contra o governo constituído e a tomada do poder pelos revolucionários.

No Brasil, em consonância com os teóricos franceses, o EMFA definia a guerra revolucionária como uma guerra interna, de concepção marxista-leninista, que visava a conquista progressiva do poder, possuindo como uma das suas características centrais a ação sobre o campo das ideias, isto é, a ação psicológica (MARTINS FILHO, 2008). Assim, a DGR também se apresentaria como um esforço de compreensão dos métodos de ação do movimento comunista internacional como forma de combatê-lo, operando como um mecanismo de contra insurgência<sup>151</sup> e contrarrevolução. Além disso, a nova doutrina militar francesa era adaptável o suficiente para se conformar a diferentes realidades locais, permitindo:

[...] que o Exército argentino definisse como seu principal inimigo o peronismo, que nada tinha a ver com o comunismo, como para dar ao Exército brasileiro uma justificação a mais para combater os nacionalistas ou os católicos radicais, além dos comunistas de várias feições. (MARTINS FILHO, 2008, p. 42).

Desse modo, além de instituir uma concepção ampla e difusa de inimigo capaz de se adequar às realidades particularidades, a doutrina trazia a ideia de guerra permanente entre a civilização cristã e ocidental e o comunismo. Para os teóricos da guerra revolucionária, as expressões de reação popular às condições impostas pelo capitalismo eram relacionadas ao comunismo. Assim, para esses militares, “[...] todas as modalidades de mobilização social nos

---

<sup>151</sup> Conforme Martins Filho: “[...] a *guerra insurrecional* era caracterizada como a guerra interna que obedecia a processos empíricos, vale dizer, não estava apoiada numa ideologia. A *subversão* (também chamada de guerra subversiva) corresponderia ao estágio pré-revolucionário ou de preparação da guerra revolucionária. Enfim, definia-se *ação psicológica* como o conjunto de ações de caráter defensivo centradas na formação moral e cívica da população, a fim de fornecer-lhe meios de fazer frente à ofensiva da subversão ou da *guerra psicológica*. Esta era definida como o conjunto de ações de caráter ofensivo, com o alvo de minar a moral das tropas e da população inimiga” (MARTINS FILHO, 2008, p. 45, grifo do autor).

países periféricos estavam associadas a uma nova forma de subversão conduzida pela União Soviética” (FARIA, 2014, p. 179). Construía-se o princípio de que ante o risco iminente de insurreições comunistas “[...] cabia às Forças Armadas ‘democráticas’ intervir da forma como fosse preciso para ‘salvar a humanidade’” (FARIA, 2014, p. 179).

De acordo com Martins Filho (2008), ainda que a difusão da DGR no Brasil tenha se iniciado pelos quartéis, ela também foi amplamente divulgada no meio civil. Nesse sentido, é importante salientar que os cursos oferecidos pela ESG eram abertos para o público civil, sendo essa característica um dos “[...] principais pontos que permitiu a afirmação da doutrina francesa. Escapando do ambiente unicamente militar, a doutrina francesa foi adotada pelos civis que participavam dos diferentes grupos de estudos, entre eles, Olavo Bilac Pinto” (ARAUJO, 2008, p. 267). Nesse contexto, a partir de 1961, começaram a ser publicados livros e panfletos destinados ao público mais amplo, e no Congresso, a partir de 1964, Olavo Bilac, presidente da UDN, passou a fazer discursos que traziam os conceitos elaborados nos cursos de formação da oficialidade (MARTINS FILHO, 2008). Além disso, como exemplo da expansão dos conceitos da doutrina para os espaços civis:

O Jornal “O Estado de São Paulo”, no período 1962-1964 enfatizou em todas as suas edições os riscos de uma revolução comunista no país. Tal jornal virou uma publicação especializada sobre o “mundo comunista”. Declarações de autoridades desses países, que quase nenhuma relação tinha com a realidade local eram noticiadas à exaustão, buscando-se a todo tempo fazer uma associação com o que ocorria no Brasil. (FARIA, 2014, p. 191).

Em *A Conquista do Estado*, Dreifuss (1981) explicita como o complexo IPES-IBAD foi mobilizado para difundir os conceitos elaborados pela DGR, ainda que o autor não a cite diretamente. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) desenvolveu uma vida política dupla: na sua face pública “[...] mostrava uma organização de ‘respeitáveis homens de negócios’ e intelectuais [...] que advogavam ‘participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes’” (DREIFUSS, 1981, p. 163). O objetivo do instituto era estudar as reformas propostas por João Goulart e pelas esquerdas sob o ponto de vista do empresariado. Na sua face oculta, “[...] coordenava uma sofisticada e multifacética campanha política, ideológica e militar. [...] dedicados à ‘manipulação de opiniões e guerra psicológica [...]’” (DREIFUSS, 1981, p. 164). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) agia como unidade tática, e o IPES como centro de estratégia<sup>152</sup>, dessa forma, se expondo mais que o segundo. Para Dreifuss (1981), “no

<sup>152</sup> “Com a colaboração de seus oficiais militares, o IPES estabeleceu de 1962 a 1964 um sistema de informações para controlar a influência ‘comunista’ no governo e para distribuir suas descobertas de forma regular aos oficiais

curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar” (DREIFUSS, 1981, p. 164).

A partir do apresentado, pode-se afirmar que o contexto social e político do período João Goulart era lido a partir das lentes da doutrina da guerra revolucionária pela direita militar e seus associados civis. As manifestações dos trabalhadores eram entendidas como manobras de comunistas e simpatizantes para subverter a ordem, e caberia às Forças Armadas o papel de repelir tal “perigo”. Geisel, sobre o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), diz:

No fundo era uma organização política muito de esquerda. Não era uma organização que visasse diretamente, honestamente, à situação do trabalhador. Havia muita demagogia, muito interesse de voto partidário. Era um foco comunista, sob a capa de ser uma organização de proteção dos trabalhadores. Na realidade seu objetivo era mais político. (GEISEL *apud* D’ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 145).

Assim, a defesa das reformas de base e da reforma agrária, as greves por melhores condições de vida, a organização dos estudantes, enfim, todas eram entendidas não como manifestações vivas da transformação democrática e capitalista que o país estava atravessando, mas como expressões do avanço do comunismo na busca pela tomada do poder. Nesse sentido:

Quando o governo Goulart começa a exigir uma revisão dos quadros constitucionais e a exercer seu poder fazendo aprovar as “reformas de base”, a defesa da legalidade constitucional é transferida para as mãos dos antigos “golpistas”, que traduzem o sentimento majoritário das Forças Armadas. (PEIXOTO, 1980, p. 109).

A partir da perspectiva de frações dos militares, foi Goulart que agiu contra a legalidade ao propor mudanças na Constituição tendo em vista a consecução do seu programa de governo. Novamente, o conceito de legalidade passou ao centro da disputa política dentro e fora das Forças Armadas. Como observa Chirio (2012), os argumentos em favor da derrubada de Goulart, utilizados pelos golpistas para conquistar apoio dentro e fora dos círculos da oficialidade, já se achavam constituídos antes mesmo do começo do seu mandato, e a DGR deu sistematicidade a essa visão. Nesse sentido, Cardoso (2008) cita um trecho do livro de memórias do marechal Odílio Denys, o qual justifica o veto dos ministros militares à investidura de João

---

militares-chave e demais pessoas por todo o Brasil. Conforme seus próprios cálculos, o IPES gastava entre 200 a 300 mil dólares por ano nessa operação de levantamento de informação e distribuição.” (DREIFUSS, 1981, p. 188).

Goulart à presidência da República. Esse trecho ilustra bem a construção ideológica do constante perigo de as instituições sucumbirem ao poder dos comunistas, promovida pela DGR:

[...] João Goulart, quer conduzindo o seu partido, o PTB, para a extrema-esquerda, quer admitindo infiltração de notórios comunistas nos seus quadros e no seu comando, ou, ainda, promovendo alianças partidárias com os esquerdistas de todos os matizes, desde a esquerda moderada e democrática até a esquerda extremada e revolucionária, tornou-se presa dos seus aliados, que por certo dele se utilizariam, como o fizeram depois, como instrumento de seus planos de implantação no Brasil de um Estado estrangeiro, que sob a cobertura do comunismo na verdade exercita, vive e promove o mais reacionário dos imperialismos: o de subjugar política, econômica e culturalmente os seus “aliados” para a dominação de grande parte do mundo, que esse Estado estrangeiro pretende explorar com os mais desumanos e cruéis requintes, como não o fizeram nem mesmo os Estados capitalistas de outros tempos [...]. Aliado aos comunistas, vinculado a compromissos que assumiu com eles, Goulart tornou-se tão perigoso, do ponto de vista da vivência das instituições democráticas quanto os comunistas mesmos, de tal maneira que sua investidura na Presidência da República podia, na verdade, ensejar a investidura de comunistas [...] nos altos postos do governo, visto que João Goulart seria compelido a atender a esses agentes de um Estado estrangeiro [...]. (DENYS, 1993 *apud* CARDOSO, 2008, p. 39.)

Conforme Bandeira (1983):

Nos dois dias em que o golpe de Estado se desenvolveu, Goulart ouviu de muitos oficiais superiores frases como esta: “Os oficiais não estão contra seu Presidente, mas, sim, contra o comunismo”. O comunismo. Eis a chave da questão. Que era, porém, o comunismo? Havia soviets no Rio de Janeiro ou em São Paulo? Não. Goulart se propunha a abolir a propriedade privada dos meios de produção? Não. O comunismo era o CGT, esse esforço de organização e unificação do movimento sindical, que as classes dominantes, pretendendo comprimir os salários, queriam interceptar. Era a sindicalização rural. Era a reforma agrária. Era a lei que limitava as remessas de lucros. Era tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, dos latifundiários e do empresariado. O comunismo era, enfim, a própria democracia que, com a presença de Goulart na Presidência da República, possibilitava a emergência política dos trabalhadores. (BANDEIRA, 1983, p. 178).

Assim, pode-se notar que, apesar de a figura do comunismo e dos inimigos internos ter longa história entre as preocupações das Forças Armadas, constituindo-se como elementos que deveriam ser combatidos para garantir a segurança nacional e das estruturas de poder, foi a DGR que alimentou o arcabouço teórico-prático que inspirou a solução golpista como resposta a um suposto perigo quanto à tomada do poder pelos comunistas durante as décadas de 1950 e 1960., Para os militares seguidores dos ensinamentos daquela doutrina militar, os passos para a sublevação e a conquista do poder estavam em plena operação, tornando-se cada dia mais

explícitos à medida que avançavam as mobilizações populares em direção às reformas capitalistas propostas por Goulart.

### 3.2 O “PERIGO VERMELHO” NAS PÁGINAS DA REVISTA DO CLUBE MILITAR

Como se pôde observar, as Forças Brasileiras ao longo de sua história foram constantemente mobilizadas contra o comunismo. Afirma Sá Motta (2000), na tese *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, que o sentimento anticomunista, apesar de ter nascido espontaneamente por medo e insegurança, se transformou em movimento organizado “[...] a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária” (SÁ MOTTA, 2000, p. 5). Tais movimentos anticomunistas não eram homogêneos e comportavam diversos grupos políticos e projetos. Ainda que marcado por influências estrangeiras, o anticomunismo brasileiro foi composto por fatores internos e externos, articulados de acordo com a dinâmica social, e, dentre esses, os valores religiosos católicos eram descritos como a base de sustentação da mobilização anticomunista. Vale lembrar que, entre os episódios de maior destaque para a disseminação do anticomunismo no país estava a sublevação de novembro de 1935, chamada depreciativamente de Intentona Comunista. O movimento proporcionou a construção não apenas de um imaginário, mas também de uma data para a comemoração ritualizada e sistemática do combate ao comunismo (SÁ MOTTA, 2000).

Nesse quadro, foi a partir de 1930 que o comunismo passou a ser encarado como um perigo interno a ser cuidado pelas autoridades do país para a manutenção da ordem. Decorre desse cenário, conforme Sá Motta, o uso da exploração vantajosa do “perigo vermelho”, chamada de “indústria do anticomunismo”, ou seja, a utilização oportunista do medo do comunismo, um recurso comum entre as instituições criadas com o intuito de combatê-lo: “normalmente, tal operação implicava em supervalorizar a influência real do Partido Comunista e dos supostos objetivos imperialistas da URSS, criando uma imagem propositadamente deformada da realidade” (SÁ MOTTA, 2000, p. 202). Uma das formas de manifestação dessa “indústria” foi a sua utilização como fundamento para as intervenções autoritárias na vida política nacional, pois, para aqueles que acreditavam em uma ameaça real de tomada do poder pelos comunistas, “[...] as instituições liberal-democráticas não forneceriam os meios adequados para conjurar os riscos de subversão revolucionária, tornando urgente, portanto, a adoção de medidas extraordinárias” (SÁ MOTTA, 2000, p. 204). Ainda para o autor, em 1964, os anticomunistas perceberam no país um risco de os comunistas subirem ao poder e

justificaram essa apreensão aliando ao argumento da fraqueza institucional uma suposta salvaguarda ao comunismo, uma vez que apontavam que o governo Goulart não o combatia como deveria e, por vezes, agia de modo a estimular a infiltração comunista no aparelho do Estado.

A prática de imputar a adversários indistintamente a qualificação de comunista tornou-se um recurso comumente usado durante o período.<sup>153</sup> Desse modo:

[...] a tática era útil para os que almejavam criar condições favoráveis à efetivação de intervenções autoritárias na vida política nacional. Para atingir este propósito era interessante criar um ambiente de polarização política, uma impressão de conflito grave e decisivo opondo comunistas a anticomunistas. (SÁ MOTTA, 2000, p. 205).

Esse histórico de construção de um profundo anticomunismo aparece nas páginas da RCM em diversas ocasiões. No contexto da posse garantida após o contragolpe de 11 de novembro de 1955, a diretoria do clube estava sob o controle da Cruzada Democrática, e a oposição ao governo recém-eleito foi rapidamente manifestada nas páginas da Revista do Clube Militar. O editorial “Alerta!”, publicado na RCM n. 141 (abril/junho de 1956), apenas seis meses após a posse presidencial, trouxe o seguinte trecho de texto escrito por Carlos Prestes<sup>154</sup>: “fazer contatos, acordos e entendimentos com correntes, agrupamentos e partidos políticos, mas sempre com este mesmo fim: a ação das massas” (RCM, n. 141, 1956, p. 3). O editorial identifica uma perigosa aproximação da burguesia nacional com os comunistas.

O texto afirma que as Forças Armadas também não escapavam de tal aproximação perigosa, uma vez que “[...] sentiram os influxos nefastos da ação vermelha, nos próprios quadros do Clube Militar. Comunistas e inocentes úteis de então, aproveitavam-se do justo espírito nacionalista dos militares, pondo-o a serviço de uma atividade agitadora, de natureza política e âmbito nacional” (RCM, n. 141, 1956, p. 4). Logo, a partir do que é apontado no artigo, a infiltração comunista se dava nos mais diferentes meios, atingindo a burguesia e os militares. Por fim, o texto advoga que o Clube Militar, apesar de não poder se perder nos meandros da política partidária, não poderia, contudo, ficar alheio a ela, sendo um dos seus

<sup>153</sup> O autor salienta que não é possível descartar que alguns setores anticomunistas realmente acreditassem em um vínculo entre os comunistas e os setores progressistas. “Quanto mais radicais as posições conservadoras e reacionárias, tanto maior a tendência a execrar qualquer mudança como ‘coisa de comunista’. E o fato de comunistas e progressistas possuírem determinados valores em comum, por exemplo, entusiasmo pelas propostas nacionalistas e insatisfação com respeito ao predomínio tradicional da Igreja, tornava mais fácil o estabelecimento de uma percepção que fundia num só corpo identidades essencialmente distintas.” (SÁ MOTTA, 2000, p. 206).

<sup>154</sup> Segundo o editorial, tal trecho foi retirado do texto “A situação atual, a tática e as tarefas PC”, publicado na revista *Problemas*, n. 72, jan./fev. de 1956.

objetivos “[...] contribuir para a União indestrutível do Exército, Marinha e Aeronáutica, penhor seguro de continuidade da livre e eterna Pátria Brasileira” (RCM, n. 141, 1956, p. 4). Nesse período, a diretoria do clube se posicionava abertamente a favor do combate ao avanço do comunismo e das expressões políticas que fossem por eles identificadas como tal. Essa posição se modificou às vésperas do golpe de 1964, quando os incentivos à discussão política na associação foram rechaçados pela diretoria.

No texto de despedida da Cruzada Democrática da presidência do Clube Militar e do comando da publicação, denominado “Missão cumprida”, os editores afirmam que encontraram a Revista com “[...] elevado conceito nos meios culturais do país” (RCM, n. 141, 1956, p. 302) e que trabalharam para manter e melhorar tal padrão, utilizando como fonte de inspiração o programa da Cruzada Democrática. Dentre essas diretrizes, o programa da Revista teve como foco, além de questões editoriais e estéticas:

Aproveitar a força atuante da Revista, no esclarecimento de pontos muito importantes e mesmo vitais para o futuro do país, como sejam: os temas econômicos, a questão dos minerais escassos, particularmente os atômicos, o problema da Antártica, o perigo comunista, a união das Forças Armadas, etc. (RCM, n. 141, 1956, p. 302-303).

Nota-se que, durante esse período sob o controle dos antinacionalistas, o periódico se pautou pelos temas ligados ao desenvolvimento do capitalismo nacional. Os artigos expunham a situação econômica do país e a necessidade da industrialização para a superação das desigualdades e para fomentar o desenvolvimento. Em paralelo, estava a preocupação em apontar os perigos de se seguir pelos “caminhos do comunismo”. Os comunistas eram retratados como pessoas perigosas e sem escrúpulos. No texto “A ‘história’ russa: aborda as ‘revisões históricas’”, o autor afirma que, na nova revisão dos textos historiográficos, Trotsky, que era visto como traidor, voltava à cena reabilitado dessa condição, e Stalin, antes glorioso, agora não estava mais entre os grandes líderes da revolução. Para o autor, tais alterações:

[...] nos colocaram, mais uma vez, diante do espetáculo da irresponsabilidade e falta de escrúpulos do atual regime russo e de seus obedientes partidários. Nada os detêm no afã de destruir aqueles que momentaneamente passam a estorvá-los. Fabricam e refabricam a história da nação, com a mesma semi-cerimônia com que uma galinha põe ovos. (RCM, n. 142, 1956, p. 26).

Na mesma edição, na sessão internacional, encontra-se reproduzido um artigo baseado em uma reportagem, publicada na revista *Time*, sobre a China, mais particularmente sobre o fuzilamento de indivíduos identificados como reacionários chineses. O artigo descreve como o governo comunista chinês operava seu sistema de fuzilamento de adversários. Afirma que, em

seis anos e meio, vinte milhões de pessoas haviam sido mortas por fuzilamento e 23 milhões estariam em campos de trabalhos forçados. O autor finaliza argumentando que “em síntese, esse é o panorama da República Popular Chinesa, que os comunistas nunca revelam. Embora estas coisas nos façam arrepiar a sensibilidade, nos encha de horror, para os adeptos de Moscou são ninharias; o que vale a pessoa humana para eles?” (RCM, n. 142, 1956, p. 29). Os articulistas buscavam desumanizar os comunistas, apresentando ao público leitor como eram capazes promover atitudes vis.

Ainda no número 142, ao final da página 262, encontra-se o artigo de autoria do arcebispo de Rochester (Nova York) Fulton Sheen, importante por suas pregações e vasta obra literária, bem como pelo seu trabalho no rádio e na televisão. Nesse artigo, intitulado “Igualdade econômica”, o arcebispo cita um trecho de texto sem identificação da fonte original e passa tecer considerações sobre a forma como o comunismo interpretava a igualdade. Para Sheen, essa interpretação se dava economicamente, de modo que:

Admite-se que os homens são iguais por partilharem as mesmas coisas, por exemplo: todos comem maçãs produzidas pela árvore do Estado. Põe-se, assim, a igualdade, não no homem, mas **fora** dele: não no que ele é, mas no que possui; não em sua dignidade, mas em seus haveres. A fim de assegurar a igualdade econômica, põe o comunismo toda a propriedade produtiva entre as mãos do Estado. Não deve haver classes, pois não há propriedade com que conformá-las; não deve haver diferença de partidos, pois o Estado só admite um partido - comunista. (RCM, n. 142, 1956, p. 262, grifo do autor).

Na mesma edição, na seção “Diversos”, foi reproduzido o discurso do senador Ezechias da Rocha (UDN), que se remete à anistia preparada pelo governo de Juscelino Kubitschek por ocasião da rebelião de Jacareacanga. O senador afirma que, apesar de ser uma boa ideia no sentido da busca pela pacificação das Forças Armadas, seus membros deveriam estar de sobreaviso de modo a não oferecer aos “[...] inimigos das instituições direitos que poderão ser empregados para destruí-las” (RCM, n. 142, 1956, p. 270). Para o senador, a anistia não deveria contemplar “[...] agitadores contumazes a serviço de uma ideologia que nega os valores que substratam as nossas tradições democráticas e nossos anseios de paz, ordem e progresso” (RCM, n. 142, 1956, p. 270). Dessa forma, os comunistas e seus aliados não deveriam ser anistiados.

Ainda em seu discurso, Rocha pede aos colegas que leiam o editorial “Alerta!”, publicado no número 141 da revista, utilizando o seguinte argumento: “Sr. Presidente, aí está o apêlo da Revista do Clube Militar, que merece ser ouvido pelo Parlamento e por quantos, amantes da liberdade, desejam a perenidade das instituições e a Pátria livre do imperialismo

marxista” (RCM, n. 142, 1956, p. 270). Em várias ocasiões, mobilizou-se o receio ao comunismo, ressaltando o caráter desonesto e sem honra dos comunistas, além de se perceber o comunismo como uma ideologia política que se opunha à religião e ao que se denominava de civilização cristão ocidental.

A Cruzada Democrática perdeu as duas eleições seguintes para a diretoria do Clube Militar, e, assim que ela deixou o controle do periódico, a questão do comunismo cedeu espaço para o caráter e a necessidade do desenvolvimento capitalista nacional. Os nacionalistas à frente da publicação passaram a ter uma postura de combate ao comunismo a partir da defesa de uma solução pautada na realidade nacional, rechaçando tanto o modelo soviético quanto o modelo estadunidense. Nesse sentido, o texto<sup>155</sup> apresentado pelo capitão de mar e guerra Primo Nunes buscava desenvolver um caminho próprio para o desenvolvimento nacional, alinhado com os desejos de expansão da soberania nacional e a afirmação do Brasil enquanto país cristão e ocidental.

No artigo citado, o capitão Primo Nunes diz que uma ideologia só pode ser combatida e eliminada por outra melhor e capaz de substituí-la. Afirma que a ideologia marxista estava equivocada em diversos aspectos e que seus erros estavam em seus fundamentos filosóficos, uma vez que baseada em uma interpretação materialista da existência, bem como em seus aspectos sociológicos, ao interpretar os fenômenos sociais de maneira limitada ao aspecto material e econômico do antagonismo de classes, “[...] sem procurar penetrar a fundo nas causas primárias de todo o processo da evolução histórico-social da Humanidade” (RCM, n. 148, 1958, p. 13). O equívoco da ideologia também se apresentava em seus métodos de ação, “[...] pois recomenda a transformação do antagonismo de classes na luta violenta pela consecução da ditadura de uma só classe” (RCM, n. 148, 1958, p. 13). Além disso, Nunes afirma que sua aplicação no bloco soviético se caracterizava por deformações de valores espirituais da civilização. Contudo, apesar de tantas restrições, o autor considera seu conteúdo e apresenta um aspecto positivo: o propósito de concretizar o ideal de justiça social, sendo que “[...] este aspecto positivo é o suficiente para granjear-lhe a adesão de muitas consciências individuais” (RCM, n. 148, 1958, p. 13). Constata que, por isso, a oposição ao comunismo:

[...] terá de ser feita por intermédio de uma ideologia que não receie abordar os problemas sociais e que seja capaz de propor-lhes soluções que atendam aos reclamos de justiça, fraternidade humana e liberdade; é evidente que tal ideologia, superando o comunismo nos aspectos em que este se manifesta

---

<sup>155</sup> Texto: “Ideologia e demonologia”, escrita por Primo Nunes de Andrade – capitão de mar e guerra (RCM, n. 148, 1958, p. 14-18).

caracteristicamente negativo, não terá dificuldades em conquistar-lhe o espaço e deslocá-lo no campo das lutas ideológicas. (RCM, n. 148, 1958, p. 13).

Logo, pensa o autor que, para afastar a ideologia comunista, o atendimento das necessidades das maiorias trabalhadoras deveria estar na ordem do dia de um projeto nacionalista de desenvolvimento. Assim:

[...] a burguesia empreendedora, o proletariado e os setores mais esclarecidos da classe média estão adquirindo consciência de que devem unir-se na estrêua luta pelo desenvolvimento nacional, desempenhando os papéis que lhes cabem, como forças vivas da nacionalidade, na superação dos restos da estrutura latifúndio-mercantil, cuja única esperança de sobrevivência é a continuidade, a qualquer custo, do regime semicolonial de que a comunidade se vem penosamente libertando. (RCM, n. 148, 1958, p. 13).

É importante notar que todos esses discussões se inseriam em um contexto internacional no qual a Guerra Fria se estabelecia como uma lembrança constante de um mundo dividido e em conflito, com um poder de destruição potencial nunca imaginado. Na edição número 153/1959, o capitão de mar e guerra Primo Nunes de Andrade, no texto “Brasil, berço do renascimento da civilização cristã”, constrói de maneira muito vívida a possibilidade de uma guerra nuclear catastrófica, ainda que os povos clamassem por paz e justiça. Afirma que o Brasil, por sua posição geográfica e histórica, poderia desempenhar um papel cada vez mais importante como força moderadora nos conflitos internacionais. Andrade critica, também, a posição das duas potências mundiais em sua disputa pelo poder, pois, segundo sua leitura, os dois países estavam:

[...] escudados em uma intolerância e em uma intransigência, que só se explica pela estreiteza de visão e pela falta de descortino dos que se apegam cegamente ao imediatismo dos interesses mais egoístas, propagam, cada um a seu modo, a ideia falsa de que os povos terão que optar entre os dois sistemas, sem uma terceira alternativa, neste conflito de âmbito universal a que lhes é dado assistir e do qual, está suposto, serão fatalmente arrastados a participar. (RCM, n. 153, 1959, p. 11).

O autor novamente nega as duas potências e seus ideais<sup>156</sup> e busca afastar o Brasil da necessidade de escolher um dos lados do conflito, afirmando, ao contrário, uma terceira via a ser ponderada no cenário internacional, na qual os povos jovens não marcados por ódios

---

<sup>156</sup> “[...] enfim, diante desse impasse crucial, do qual uma falsa saída é a guerra universal e de extermínio, cumpre que as energias espirituais da Humanidade sejam conclamadas para que se obtenha a única solução que satisfaz os legítimos e autênticos anseios dos povos nestes dias tormentosos em que vivemos: a concretização, em um plano alto, dos ideais que dão sentido às civilizações humanas: paz e fraternidade, liberdade e justiça.” (RCM, n. 153, 1959, p. 11-12).

seculares e interesses econômicos propensos a deflagrar guerras teriam papel central. Nesse sentido, para o capitão:

[...] o bravo e generoso povo brasileiro, constituído por elementos das mais variadas procedências, sem choques de raças nem preconceitos discriminatórios, poderá então definir-se historicamente como nação, elaborando uma cultura que seja a síntese do seu pensamento, da sua vida e da sua ação, e em que se há de manifestar com toda a pujança o renascimento da civilização cristã com a satisfação dos anseios universais de paz e fraternidade, de liberdade e de justiça. (RCM, n. 153, 1959, p. 14).

Essa visão autonomista frente ao conflito mundial, que situava o Brasil dentro do marco de influência capitalista, mas dotado de autonomia, foi marcante na condução da diretoria do Clube e da Revista pela Chapa Amarela, nacionalista. Por intermédio dos textos da RCM, pode-se perceber um alinhamento no combate ao comunismo tanto por parte dos nacionalistas quanto dos antinacionalistas. No entanto, existe uma diferença central entre as concepções.

O combate ao comunismo, para os primeiros, estaria inserido em uma visão soberana de nação que rechaçava tanto o imperialismo estadunidense quanto a influência soviética, e buscava conjugar o desenvolvimento capitalista a partir de um caminho nacional, particular, mais rico de determinações, para resolver os problemas centrais do desenvolvimento brasileiro. Assim, ao negar o comunismo, o foco central era a construção de uma nação capaz de superar o subdesenvolvimento. Já os antinacionalistas reforçavam a ideia do comunismo como um mal primordial, ou como um inimigo insidioso que buscava subverter a ordem para impor um regime de força alinhado a uma potência estrangeira. Nesse sentido, o combate ao comunismo era reforçado pelo medo da subversão da ordem até então estabelecida na sociedade brasileira a partir de uma perspectiva conservadora, alinhada aos Estados Unidos.

### 3.2.1 A RCM pós Jânio Quadros e durante o governo Goulart: a Revista silenciada

As eleições para presidência do Clube Militar de 1960 foram vencidas pelos nacionalistas, e, em 1962, outro pleito foi realizado para a escolha de uma nova diretoria. A disputa daquele ano foi profundamente marcada pelo quadro político-social no qual o país se encontrava. Os nacionalistas, em grande parte já afastados do comando do Clube Militar por conta da intervenção ocorrida durante o governo Jânio Quadros, tentaram continuar no controle do clube pelo voto dos sócios. Conforme Cardoso (2008), para a eleição de 1962, candidataram-se duas chapas. Os nacionalistas se organizaram na chapa União, com o general Pery Constant Bevilaqua e o general Silvino da Nóbrega concorrendo para a presidência e a vice-presidência, respectivamente. Seus opositores formaram a chapa Confraternização, com os generais

Augusto da Cunha Magessi e Armando Noronha como candidatos à presidência e à vice-presidência.

Cardoso (2008), ao analisar os programas de ambas as chapas, aponta que as duas se igualavam quanto a convicção de que as Forças Armadas deveriam ser mantidas alheias à política. Contudo, esse distanciamento significava posturas bem diferentes. Para a chapa União, o Clube Militar deveria contribuir para as soluções dos problemas nacionais, de modo que não poderia ficar alheio aos grandes temas da nação. Para o general Pery Bevilaqua, discutir os problemas nacionais não era o mesmo que fazer política partidária. Assim, a política deveria pautar as ações do clube, o que não se confundia com a disputa político-partidária em curso.<sup>157</sup>

O programa da chapa adversária, a Confraternização, sob o título *UM CLUBE MILITAR sem paixões políticas*, estava voltado para os aspectos administrativos da associação. De acordo com Cardoso (2008), entre suas metas de trabalho não havia destaque para a discussão dos problemas ligados ao desenvolvimento nacional.<sup>158</sup> Nesse sentido, percebe-se uma dicotomia bem marcada entre as duas chapas. Assim, ao “retirar sua importância política [do Clube Militar], naquele momento, significava enfraquecer a corrente nacionalista e acabar com o *locus* de discussão política dos militares” (CARDOSO, 2008, p. 92-93). Desse modo, o:

Clube Militar reflete o pensamento da oficialidade e estabelece um diálogo entre grupos rivais. Se até aquele momento prevalecia o ponto de vista dos nacionalistas nas discussões a respeito da política nacional, dever-se-ia controlar seu principal palco de discussões: o Clube Militar. Ao focar suas atividades para assuntos não relacionados com a política nacional, os militares pertencentes ao grupo de Magessi estariam buscando uma outra forma de mobilizar sua classe: estabelecendo ligações com os militares da cúpula fora de um ambiente “democrático” de discussões políticas. (CARDOSO, 2008, p. 96).

A eleição estava marcada para o dia 16 de maio de 1962 e foi permeada por denúncias de fraude em favor da chapa Confraternização, tais como: cédulas com o nome de oficiais já falecidos na data da eleição, montagem da comissão de escrutinadores de forma não paritária e anulação injustificadas de votos autênticos de sócios do interior.<sup>159</sup> Os integrantes da União

---

<sup>157</sup> “É de acordo com esta idéia, que o Editorial do programa da Chapa União afirma que o Clube Militar tem um ‘conteúdo inegavelmente político, no sentido mais nobre da palavra, não há como evitar que as nossas eleições e as nossas próprias atividades sociais revistam caráter político’”. (CARDOSO, 2008, p. 90).

<sup>158</sup> Seus pontos se concentravam em: “[...] obras no Clube; dinamização da Carteira Hipotecária para a compra da casa própria; defesa dos interesses dos associados pela Diretoria; Banco Cooperativo para favorecer crédito bancário para o associado; incremento de atividades sociais, culturais e recreativas; intercâmbio com sócios do interior; e, finalmente, a atualização dos Estatutos” (CARDOSO, 2008, p. 92).

<sup>159</sup> “A conclusão dos trabalhos de apuração se deu no dia 1º de junho às 2h, com o seguinte resultado: Chapa Confraternização, 5349 votos válidos e 971 nulos; Chapa União, 4790 votos válidos e 1562 nulos. Foi grande a

buscaram contestar o resultado na justiça, mas não obtiveram sucesso. Um dos pontos centrais para isso foi a incineração das cédulas de votação, o que impossibilitou a recontagem dos votos, mesmo sob a ordem judicial que proibia essa ação. Ao final do processo judicial, houve o deferimento da chapa Confraternização como vencedora da disputa (CARDOSO, 2008). Essa vitória suspeita iniciou o processo de despolitização do Clube Militar e de sua RCM.

No que diz respeito especificamente à RCM, o processo de intervenção no Clube Militar sofrido ainda durante do governo Quadros já havia provocado alterações profundas na sua dinâmica. O fato foi acentuado com a vitória da chapa Confraternização em 1962, ao levarem a cabo a promessa de campanha de se concentrarem em questões mais burocráticas, despolitizando o Clube Militar e seu espaço de discussão: a revista.

Os extensos artigos destinados a discutir os temas de interesse dos nacionalistas e aqueles voltados ao desenvolvimento do capitalismo nacional foram aos poucos saindo de cena e cedendo espaço para artigos sobre questões centradas na burocracia do Clube Militar, notadamente, daqueles que tratavam dos planos salariais e de carreira dos militares. Nesse sentido, o primeiro número pós-intervenção foi dedicado ao sesquicentenário da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Essa edição número 158/1961 concentrou textos e artigos sobre os comandos das escolas militares e sobre o ensino militar no Brasil, além de relatos de ex-alunos da academia militar. Nesse mesmo número consta o relatório de comissão nomeada pela diretoria do clube para estudar as sugestões para o Plano de Classificação dos Funcionário Civis e da Lei de Paridade. Esse plano, entre outras coisas, pretendia discutir a “[...] real situação dos militares, em face dos aumentos de remuneração (vencimentos e vantagens) dos servidores civis da União [...]” (RCM, n. 158, 1961, p. 41). As discussões ligadas à remuneração se fizeram presentes nessa e nas demais edições.

Nesse ponto, importa destacar a contribuição de Saes (1984) para as reflexões sobre a questão salarial e seus impactos nas camadas médias da sociedade brasileira daquele período. O autor aponta que a crise aberta em 1954, que culminou no suicídio de Getúlio Vargas, reforçou o medo da proletarização de parte das camadas médias brasileiras.<sup>160</sup> Ali, a política de

---

discrepância entre o resultado e as previsões da chapa encabeçada pelo general Peri Bevilaqua. Por isso, a chapa nacionalista contestaria o resultado na Justiça, prolongando a disputa entre os ‘partidos militares’.” (CARDOSO, 2008, p. 114).

<sup>160</sup> Para Saes, as camadas médias tradicionais não foram capazes de romper sua dependência com o mundo oligárquico e com o liberalismo elitista e antipopular. Dessa forma, “[...] o Estado populista, ao conceder a cidadania ao ‘povo’, retirou às ‘elites’ o privilégio exclusivo da política. [...] Assim, o antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de trinta. [...] O antipopulismo traduz seu desejo de impedir a ascensão política da classe operária e a transformação do direito à política em prerrogativa

elevação dos salários reais da classe operária foi um fator de insatisfação não apenas das burguesias, mas também das camadas médias. Um exemplo desse descontentamento foi expresso no documento conhecido como “memorial dos coronéis”<sup>161</sup>, no qual os ganhos salariais dos trabalhadores não qualificados foram apontados como um elemento a ser combatido, dado que eram avaliados como ganhos injustos por aproximarem, em termos salariais, esses trabalhadores aos oficiais mais qualificados das Forças Armadas.<sup>162</sup>

Nos momentos anteriores ao golpe de Estado de 1964, o medo da proletarização e equalização social novamente foi expresso pelos oficiais militares. Assim, no número 163/1963, foi publicado um pequeno texto sob o título “O ‘affaire’ vencimentos”, relatando o impacto da inflação e da situação financeira nacional entre as Forças Armadas. Como solução para o aumento da tensão social se propunha o aumento salarial:

Chegando a uma fase culminante da espiral inflacionária, a situação financeira nacional tem provocado verdadeiro pânico nas classes militares, tendentes como estão a proletarizar-se. Para diminuir os efeitos desastrosos da situação inflacionária, os militares têm apelado para o AUMENTO DE VENCIMENTOS. É uma solução momentânea que apenas dá efêmero alívio. (RCM, n. 163, 1963, p. 9, destaque do autor).

As dificuldades enfrentadas pelo governo Goulart para a estabilização da economia se expressaram na alta inflação que consumia o poder de compra e acentuava o conflito distributivo na sociedade brasileira. Nesse sentido, conforme Bastos (2014), “uma visão hierárquica e antidemocrática do poder – inclusive dentro das forças armadas – era combinada com uma visão hierárquica da estratificação social e da distribuição de renda” (BASTOS, 2014, p. 9). É importante notar que o centro do descontentamento era não apenas ao presidente Goulart, “[...] mas toda pressão favorável à redistribuição de renda que a política democrática implicava em um país tão desigual como o Brasil” (BASTOS, 2014, p. 9).<sup>163</sup>

---

comum e universal; em suma, o desejo de conservar a política como um símbolo de prestígio social” (SAES, 1984, p. 107).

<sup>161</sup> Sobre o memorial dos coronéis, ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-coroneis>

<sup>162</sup> A ameaça de “degradação do seu *status*” reforça nas camadas médias tradicionais o desejo de destruição do populismo; no novo contexto, marcado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial e pela presença social crescente da classe operária, ao seu empenho em reverter a política em privilégio social se agrega a vontade de bloquear a ameaça (real ou vivida como tal, pouco importa) de igualização sócio-econômica do conjunto das camadas não-proprietárias (SAES, 1984, p. 109-110, grifo do autor).

<sup>163</sup> “Camadas médias urbanas seriam mais prejudicadas pela redução das desigualdades salariais do que os empresários, pois tinham menos capacidade de se proteger da inflação e mais dependência de salários básicos baixos para manter renda real. Pequenos empresários sofreriam mais do que grandes. Se as forças armadas eram o pêndulo decisivo, camadas médias e pequenos empresários eram inegavelmente a base de massas da oposição udenista e da grande burguesia ao populismo, em vista de sua dependência do pagamento de salários básicos baixos

Ainda sobre a questão salarial, no número 161/1962, o texto “Reestruturação de vencimentos e de salários”, do diretor da RCM, o general Jayme Ribeiro da Graça, defende a redução na desigualdade salarial entre todos os cidadãos. Afirma que, desde o presidente até o modesto operário, ninguém deveria receber salários fora da escala padrão:

*O mínimo de salário a ser recebido deveria ser de uma unidade padrão; o máximo de dez. As “vantagens” e as “percentagens” deveriam ser definitivamente eliminadas: são privilégios. Igual vencimento para igual responsabilidade. Para os mesmos postos, os mesmos vencimentos. Também as grandes diferenças de vencimentos ou de salários devem ser abolidas. Não é justo que os ricos fiquem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Qualquer aumento deve ser simultâneo, para que a vantagem adquirida por uns não seja feita a custa do sacrifício sofrido pelos outros. (RCM, n. 161, 1962, p. 15, grifo do autor).*

Na edição número 163/1963, o texto “Inflação e salários” reforça a alegação de que o governo havia cometido uma injustiça e afirma que os militares se encontravam em situação de inferioridade salarial em relação aos civis de mesmo nível técnico e intelectual, bem como ressalta que a evolução dos vencimentos não estaria acompanhando o aumento do custo de vida. O artigo cita o trecho de um trabalho de Mario Simonsen, elaborado em fevereiro de 1963 pela Comissão Inter-ministerial, sobre inflação e vencimentos militares. Simonsen defende que os trabalhadores assalariados organizados conseguiriam contrabalancear o efeito da inflação conquistando salários mais altos. Assim, segundo o autor, “*um simples moço do convés – no nível mais baixo de salários da Marinha Mercante – ganha hoje tanto quanto um Capitão-de-Fragata da Marinha de Guerra e mais do que professor universitário*” (RCM, n. 163, 1963, p. 11, grifo do autor). Para Simonsen, a inflação que corroía os salários gerava um empobrecimento das classes médias, que tendiam à proletarização. Desse modo:

*Há uma certa casta tecnocrática que escapa a esse processo de esmagamento, mas o grosso da classe média tende à proletarização. Exemplo característico é o que vem ocorrendo, no Brasil, com os funcionários mais graduados (inclusive os militares). Um funcionário padrão O – nível do professor universitário -, em termos reais, recebe, hoje apenas 45% do que ganhava em 1948. Parece fora de dúvida, que essa distribuição da hierarquia salarial pelo esmagamento econômico da classe média é uma das consequências sociais mais graves da inflação crônica. (RCM, n. 163, 1963, p. 9).*

No número 164/1964, o último publicado no ano da queda de Goulart, a questão salarial figura como tema de destaque. O general Jayme Ribeiro Graça publicou dois pequenos textos sobre o assunto. No primeiro, escrito em caixa alta e intitulado “Vencimentos militares –

---

para preservar seu status social e seu padrão de consumo diferenciado frente aos trabalhadores ‘sem qualificação’.” (BASTOS, 2014, p. 9-10).

vinculação ao salário mínimo”, o autor defende a vinculação dos vencimentos militares ao salário-mínimo, pois, “do contrário, teremos aumentos do salário-mínimo de 6 em 6 meses e aumento dos militares de ano em ano. Tamém [*sic*] as porcentagens devem ser mantidas” (RCM, n. 164, 1964, p. 3). Afirma que os militares não eram contra o aumento do salário-mínimo, “mas a vida encarece para todos e não é justo que alguns sejam aquinhoados, enquanto outros são esquecidos” (RCM, n. 164, 1964, p. 3). Nesse sentido:

Finalmente, achamos inadmissível a existência de classes verdadeiramente privilegiadas em matéria salarial. Por que um estivador ganha mais que um general? É preciso que haja uma revisão completa de salários e vencimentos, compreendendo todas as classes civis e militares, e que se acabe de uma vez por todas com os privilégios salariais que ferem profundamente a democracia e a justiça social. Acabar com os “marajás” é o terceiro lema desta Revista.<sup>164</sup> (RCM, n. 164, 1964, p. 3).

O segundo texto do general Graça, “Reivindicações da reserva”, abordava a questão salarial e os benefícios militares agora com foco nos militares da reserva. De acordo com o autor, a Constituição assegurava aos militares da reserva os mesmos direitos e benefícios usufruídos pelos militares ativos:

O que a Reserva quer é apenas o cumprimento do art. 162 da Constituição no projeto do novo estatuto dos militares. O tratamento igual entre ativa, reserva e reformados, em questão de vantagens, regalias e prerrogativas não é favor. É direito constitucional. Os militares da Reserva acham-se unidos na defesa de seus direitos no novo Código de Vencimentos dos Militares. As gratificações concedidas à ativa devem, conforme se passa com os civis, sempre concedidas, também, à Reserva. Justo é lembrar que mesmo em período de paz, os militares da reserva prestam, através de pronunciamentos nas entidades de classe, decisiva colaboração no restabelecimento da hierarquia e da disciplina, na defesa da democracia e portanto no engrandecimento da Nação. (RCM, n. 164, 1964, p. 7).

Portanto, a partir dos trechos acima, é possível perceber que o receio da proletarização assombrava os integrantes mais graduados das Forças Armadas, sendo a Revista do Clube Militar um espaço utilizado para demonstrar essa insatisfação. A organização dos trabalhadores, induzida pela conjuntura econômica em defesa da melhoria das condições de trabalho e renda, além da manutenção e conquista de direitos, reconhecimento social e participação nas decisões políticas do país, pressionava o governo para tomar posição frente a essas demandas. É nesse

---

<sup>164</sup> No texto, os demais lemas apresentados são: “a equidade salarial é o lema desta Revista. Também não achamos justo que os funcionários da justiça ganhem mais que os dos outros ministérios. Paridade com a justiça, este é o outro lema desta Revista” (RCM, n. 164, 1964, p. 3).

contexto que “[...] os oficiais superiores das forças armadas superaram suas divergências internas a fim de desempenhar seu papel essencial: o de guardiães da ordem” (SAES, 1984, p. 133).

O objetivo de retirar o Clube Militar e sua publicação dos grandes temas nacionais conforme o programa da chapa Confraternização foi alcançado também quando se observa que a obra passou a ter publicações mais esparsas e com um menor volume de páginas e artigos. As edições desse período se concentraram em apresentar uma certa normalidade na vida do clube, salientando os bailes e as notícias de interesse estrito dos consorciados. Exemplos disso são reportagem “O clube em festa”, que destaca em fotos a recepção oferecida pelo CM ao presidente João Goulart, e um artigo do número 161/1962, que sublinha uma nova modalidade de assistência social. Nessa mesma edição, outra amenidade foi a fotorreportagem “O cavalo é o pedestal dos chefes. Galeria dos Campeões”, que traz imagens de competições de hipismo.

Dois aspectos caros aos militares - a estratégia militar e a questão energética - se destacam nos textos da edição número 161/1962, sobretudo o artigo “Considerações gerais sobre a guerra nuclear”, no qual o tenente-coronel Ferdinando de Carvalho relata as modificações referentes às estratégias dos exércitos depois da descoberta e uso de armas atômicas. O autor acentua que seria necessário que todas as nações conhecessem todos os aspectos desse novo tipo de guerra, mesmo as que não possuíam arsenal nuclear, dado o seu poder de destruição e a necessidade de organização que tais equipamentos bélicos impunham.

No número 162/1962, ressalta-se o texto “Energia não se importa. Sistema energético brasileiro, incoerente, deficiente e antinacional”, no qual o general Arthur Levy evidencia a contradição energética no Brasil: excesso de importação derivados de petróleo, baixo uso do potencial hidroelétrico, baixo consumo de álcool combustível, excesso de devastação das florestas para obtenção de carvão, estímulo ao consumo de combustíveis líquidos. Para o autor, “tal estrutura energética sacrifica a nossa economia ao devorar divisas na importação de combustíveis (bens de consumo) e ao restringir nossa capacidade de obter os bens de capital tão necessário a essa economia” (RCM, n. 162, 1962, p. 22). Como solução, Levy advoga o uso racional das riquezas florestais, das reservas de carvão mineral, de pesquisas relacionadas ao petróleo, a necessidade de aperfeiçoamento das técnicas com óleo de xisto, o uso de álcool anidro, a energia hidráulica com melhor aproveitamento das quedas existentes, além do uso de outras fontes energéticas como a energia nuclear. Ele também defende a existência de um órgão central permanente de planejamento que coordenasse as ações nesse campo.

Outros pequenos textos salientam a produção industrial brasileira, tal como o artigo “Estado atual dos trabalhos de exploração da Petrobrás”, publicado no número 162/1962. O

texto resume as explorações e pesquisas da Petrobrás desenvolvidas no território nacional, sendo que tais trabalhos alcançavam os estados do Acre, Amazonas, Pará, Piauí/Maranhão, Alagoas/Sergipe, Bahia, Paraná. Na mesma edição, outro pequeno texto discorre sobre o recorde na produção diária de aço alcançado pela Companhia Siderúrgica Nacional.

Os grandes textos sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro, o nacionalismo e o direcionamento estatal para a produção de bens estratégicos não estavam mais presentes nas edições sob o controle da Confraternização. Nesse sentido, além das manifestações sobre a questão salarial já expostas acima, pode-se observar somente algumas poucas manifestações sobre os problemas nacionais do período, principalmente as que mostravam o descontentamento com o governo e que podem ser encontradas nas edições sob o controle dos antinacionalistas. Um exemplo é o texto que dialoga com o plebiscito que referendaria a opção pelo regime parlamentarista, imposto ao presidente João Goulart como condição para que assumisse o cargo. Publicado no número 162/1962 da RCM e escrito em forma de crônica, o texto “Plebiscito”, de autoria de Arthur Azevedo, apresenta uma família discutindo o significado da palavra plebiscito.<sup>165</sup>

Outro tema criticado nas páginas da Revista foi as Reformas de Base, conjunto de medidas e diretrizes econômicas, sociais e políticas defendidas pelo governo Goulart. Conforme Moreira (2014), as transformações decorrentes da industrialização e o aumento da participação política da classe trabalhadora abriram o caminho para o consenso quanto à necessidade de reformas para o capitalismo brasileiro. Contudo, “[...] a respeito do aparente consenso sobre uma genérica defesa da necessidade de reformar, quando tratou de detalhá-las e implementá-las as resistências apareceram” (MOREIRA, 2014, p. 245). Um exemplo dessas resistências pode ser encontrado no artigo do general Jayme Graça, “Base para as Reformas de Base”, publicado na edição n. 162/1962. Para o autor, havia um discurso alarmista em relação às reformas de base, além do fato de elas estarem sendo manipuladas para fins políticos, o que significava que eram mobilizadas com fins “subversivos”. No entanto, aponta que as reformas eram mais que necessárias em diversos setores, dando como exemplo a educação, a saúde e a reforma agrária. Para o general:

A tão discutida *reforma agrária*, se bem compreendida e melhor executada, não deveria prestar-se como bandeira a reivindicações de classes e de exploração política. Se o governo mantém mais de metade das terras e se, com

---

<sup>165</sup> Ao final do diálogo afirmavam: “– Plebiscito é uma lei decretada pelo povo romano, estabelecida em comícios. – Ah! Suspiram todos, aliviados. – Uma lei romana, percebem? E querem introduzi-la no Brasil! É mais um estrangeirismo!...” (RCM, n. 161, 1962, p. 2).

a imigração traz do exterior japoneses, alemães e estrangeiros de todas as nacionalidades, por que não fazer a auto-colonização dentro de sadio plano de reforma agrária? O problema, portanto, não é apregoar reformas com fins subversivos. É estabelecer bases sólidas e harmoniosas para todos os ângulos da atividade nacional. A maneira de executar reformas é imensa e não deve dar margem para desordens e agitações. É preciso, como primeiro passo, firmar um denominador comum que uma todas as classes e todos os interesses do povo brasileiro. Em uma palavra: é preciso estabelecer uma BASE PARA AS REFORMAS DE BASE. (RCM, n. 162, 1962, p. 17, destaque do autor).

Logo, para Graça, o problema central não era a execução das reformas de base, e sim seu uso político para “desordens e agitações”. Tal construção estava em acordo com a visão elaborada a partir da doutrina da guerra revolucionária, que indicava as manifestações de luta da classe trabalhadora como manipuladas ou a serviço do movimento comunista.

Especificamente no que diz respeito à reforma agrária, é importante salientar que, naquele momento, a organização dos trabalhadores no campo era muito expressiva<sup>166</sup> e se tornou um dos principais pontos da estratégia reformista, uma vez que “[...] constituía, sobretudo, um instrumento para a ampliação do mercado interno, necessário ao desenvolvimento do próprio parque industrial do País” (BANDEIRA, 1983, p. 164). De acordo com Moreira (2014), além da reforma agrária, as Reformas de Base incluíam a reforma administrativa, a bancária e do sistema financeiro, a eleitoral e política, a do capital estrangeiro, a universitária, a urbana e a tributária e orçamentária. Esse amplo rol de propostas exigia modificações na Constituição, o que era visto com muita desconfiança pelos opositores do governo, notadamente pelos militares que faziam articulações golpistas.

Apesar disso, poucas referências às reformas foram feitas nas páginas da RCM durante o período abordado. Além do artigo citado acima, no número 163/1963 foi reproduzido o anteprojeto que tratava da reforma bancária. O texto apresenta os principais pontos do projeto e segue com críticas pontuais que iriam ser aprofundadas quando da apresentação final do texto. A RCM, de centro de discussão e debate, foi paulatinamente silenciada. Com as eleições de 1962, o Clube Militar e sua publicação adotaram novamente a postura de não confronto entre a hierarquia e a instituição, já que ambos estavam sob o controle dos militares antinacionalistas.

---

<sup>166</sup> Conforme Saes: “o Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em novembro de 1961, em Belo Horizonte, constitui a melhor expressão da chegada da política nacionalista ao campo; ele marca o início da absorção do movimento rural de massas pelos partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais paralelas em aliança com o populismo” (SAES, 1984, p. 129).

## Considerações finais

Ao longo da sua história, as Forças Armadas brasileiras concentraram em si as contradições do desenvolvimento capitalista no país. De força subalterna, notadamente o Exército, passaram a compor o cenário das modificações políticas nacionais: exerceram pressão para Proclamação da Independência que rompeu com a subordinação política do país a Portugal e para a abolição da escravatura; proclamaram a República; fizeram a Revolução de 1930, o Estado Novo e sua dissolução; asseguraram posses presidenciais e derrubaram presidentes; assumiram, em 1964, o comando do Estado e exerceram o poder por vinte e um anos. Assim, pode-se afirmar que as Forças Armadas no Brasil são o objeto fundamental para a compreensão do desenvolvimento socioeconômico nacional.

É importante salientar que as modificações sociais, políticas e econômicas as quais o país atravessou ao longo da sua fase mais moderna, que contaram com a presença das ações das Forças Armadas, não foram capazes de romper com as dinâmicas histórico-sociais pretéritas, processando-se um ajuste das estruturas coloniais às demandas do desenvolvimento capitalista em curso no país. Assim, rompeu-se com o regime escravista, proclamou-se a República, mas se mantiveram praticamente intactas as estruturas oligárquicas de poder.

Nesse sentido, o processo de aburguesamento brasileiro se processou de modo conservador e, muitas vezes, reacionário. Como lembra Florestan Fernandes, não se estava mais no período das burguesias conquistadoras, radicalmente revolucionárias, que buscavam romper com a ordem social anterior. No momento em que se desenvolveu a revolução burguesa brasileira, esse período histórico já havia sido superado nos países centrais, dando passagem à atuação do conservadorismo burguês na contenção do ímpeto revolucionário dos demais povos do mundo. Nesse novo momento, era preciso preservar a ordem burguesa tal como ela já estava dada pelo sistema de domínio internacional, e tal postura refletiu profundamente na forma e no conteúdo do nosso próprio processo de ascensão ao mundo capitalista burguês.

No Brasil, entre os militares, pode-se afirmar que o movimento tenentista foi a expressão dessa contradição teórico-prática, uma vez que buscava a regeneração do Estado por intermédio da construção de um modelo político não corrompido pelas mazelas herdadas da colônia. Não se tinha o objetivo de romper radicalmente com as estruturas econômico-sociais que lhe dava sustentação, ou seja, os militares desejavam difusamente romper com o passado, mas não eram radicais ao ponto de formularem uma sociedade fora dos marcos de uma revolução conservadora, e menos ainda para além de uma sociedade burguesa.

Dado esse contraste, pode-se identificar no tenentismo a raiz da divisão ideológica que percorreu as estruturas militares até a vitória do grupo golpista em 1964. Foi a partir desse movimento que se posicionaram mais claramente no cenário político os grupos militares que entraram em conflito dentro e fora da caserna. Esses grupos são: a) aqueles que compunham as alas liberais próximas das oligarquias dissidentes e das camadas médias tradicionais desejosas de construir um liberalismo elitista na medida em que excluía a classe trabalhadora dos centros de poder e prestígio; b) uma ala nacionalista questionadora das estruturas do Estado oligárquico da Primeira República, mas incapaz de propor uma transformação da ordem estabelecida que rompesse com as estruturas econômico-sociais pretéritas, isto é, incapazes de construir um programa político e econômico que desse conta de superar o poder oligárquico, de promover a expansão industrial e a ascensão social da classe trabalhadora; e por fim, c) uma ala nacionalista mais à esquerda que teve como grande símbolo o comunista Luis Carlos Prestes, ala que foi muitas vezes combatida pelos dois segmentos anteriores.

Em torno desses três grupos, orbitaram as cisões entre os militares que se expressaram por meio da sua associação de classe, o Clube Militar (CM), e do seu instrumento de divulgação ideológica, a Revista do Clube Militar. A escolha da diretoria da associação pelos seus membros tornava o CM um lugar privilegiado para a discussão dentro de uma instituição em que vigorava o princípio da hierarquia. Nesse sentido, enquanto espaço mais ou menos livre da rigidez imposta pelas estruturas próprias das organizações militares, o Clube Militar foi, desde a sua origem, um lugar no qual o debate político esteve sempre presente. Por meio das eleições periódicas, os diferentes grupos refletiam as ideias em disputa quanto aos temas de relevância nacional para o conjunto da organização militar, bem como para fora da caserna por intermédio da Revista do Clube Militar.

Com essa publicação, as facções militares apresentavam aos leitores suas perspectivas de desenvolvimento nacional e segurança nacional. Assim, no período estudado, pode-se ver como a variação no comando da publicação, ora sob o controle dos nacionalistas, ora sob os antinacionalistas, impactou a natureza dos artigos publicados: a exemplo do apresentado como no período Juscelino Kubitschek, sob o controle dos nacionalistas, observa-se que os textos refletiam um alinhamento entre o clube e o governo, considerado legatário do período Vargas. Havia uma defesa enfática do Estado na condução dos projetos de desenvolvimento nacional e uma busca por maior autonomia frente às nações imperialistas. No período posterior, sob o controle dos antinacionalistas, a publicação sofreu uma profunda alteração, concentrando-se cada vez mais em assuntos ligados estritamente à vida militar. Deixaram-se de lado as

discussões sobre os assuntos ligados ao desenvolvimento nacional para retratar um momento de contenção do dissenso e um controle maior da hierarquia sobre o Clube Militar e sua Revista, em um período de enorme efervescência política e social.

Ainda refletindo sobre o lugar dos militares na formação social brasileira, é importante notar que a expansão capitalista no Brasil provocou mudanças significativas, mesmo que incapazes de levar ao cabo uma transformação radical da ordem social e econômica. Nesse sentido, com a industrialização capitalista, operou-se uma expansão do aparelho urbano de serviços, o que propiciou, além do aparecimento das classes sociais fundamentais, burguesia e trabalhadores, um complexo mais amplo de grupos sociais que se situavam para além dos polos antagônicos, mas a eles indireta ou diretamente relacionados. Esses grupos constituíram as camadas ou classes médias, congregando um amplo rol de trabalhadores assalariados do setor privado e funcionários estatais, entre eles os militares.

Destaca-se, a princípio, que essas camadas médias não se identificavam imediata e necessariamente com os trabalhadores e, portanto, tenderam a não antagonizar diretamente com os proprietários dos meios de produção. Por não serem os sujeitos principais da luta de classes, tiveram de aceitar, na sua prática política, a definição das linhas gerais do conflito essencial estabelecido pelas classes antagônicas. Isso não significa que nos grupos médios havia uma ausência política, uma vez que as classes antagônicas podiam conceder a esses a capacidade de concretizar politicamente o antagonismo de classe, se incapazes de os exprimir na defesa de seus interesses. Alguns grupos médios foram especialmente aptos a assumir essa função, notadamente aqueles inseridos no interior do Estado ou em instituições políticas e sociais que possibilitassem a ação política direta e eficaz.

À luz das reflexões trazidas até aqui, pode-se afirmar que os militares brasileiros assumiram essa tarefa de, enquanto elementos das camadas médias, agir como impulsionadores da luta de classes, exprimindo e expressando as contradições da sociedade brasileira. Durante o período abordado pela presente pesquisa, a disputa entre militares nacionalistas e antinacionalistas foi a expressão desse processo.

Diante do contexto de divergência político-ideológica, o que assombra os militares enquanto elementos das camadas médias é o medo do nivelamento social, o que corrobora o argumento de Saes (1985). Esse receio pode ser percebido claramente nas páginas da RCM, notadamente no período em que esta estava sob o controle dos antinacionalistas e publicava artigos críticos ao fator corrosivo da inflação sobre os salários, assim como artigos voltados à

defesa enfática da manutenção do poder de compra e do nível de vida dos membros das Forças Armadas. O aumento da inflação, que refletia os limites do modelo econômico levada a cabo por JK, aliado a um cenário político-social de grande agitação, alimentou o medo do rebaixamento social entre os militares ao igualar salarialmente trabalhadores com menor qualificação a altas patentes das Forças Armadas, tal como expresso nas páginas da publicação a partir de 1960.

Foi possível perceber que a industrialização, enquanto imperativo de desenvolvimento e segurança nacional, era o ponto comum entre todas as facções militares em disputa. Por outro lado, o ponto de atrito estava no modelo a ser seguido, ou seja, mediante o direcionamento e regulação estatal ou ao sabor dos interesses das empresas transnacionais. Nesse sentido, o debate entre nacionalistas *versus* antinacionalistas de maneira nenhuma pode ser reduzido a um lugar comum de rechaço ao desenvolvimento industrial, mas sim inserido em uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento a ser seguido, o que teria impactos profundos na forma como o capitalismo se consolidaria no Brasil.

Dito isso, para os militares nacionalistas, não se tratava de combater os investimentos estrangeiros no país, mas sim de se associar àqueles capazes de impulsionar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro com o direcionamento estatal frente às grandes obras de infraestrutura e às indústrias de base. O objetivo era fornecer o suporte material para a superação do subdesenvolvimento, bem como para a segurança nacional. Buscava-se uma redefinição das relações com o imperialismo e dos nexos internos da formação social brasileira. Desse modo, o apoio demonstrado na Revista do Clube Militar pelos nacionalistas ao governo JK não foi um elemento contraditório, ainda que o desenvolvimento industrial promovido durante o seu mandato tenha tido forte presença e direcionamento por parte das empresas estrangeiras, com marcante presença do imperialismo estadunidense, além do alto custo social para as classes trabalhadoras.

Em contraste, os antinacionalistas não pretendiam um retorno ao passado, isto é, a defesa de uma suposta vocação agrária do país. Por isso, sua percepção de desenvolvimento nacional e segurança era direcionada por outras chaves políticas. De fato, os antinacionalistas faziam coro com a parcela da burguesia que acreditava no desenvolvimento capitalista brasileiro modelado pelas revoluções ocidentais sob hegemonia dos Estados Unidos. A atração dos investimentos estrangeiros seria, nesse modelo, parte natural do processo de desenvolvimento nacional. Portanto, o apoio à condução econômica do governo JK também não foi um problema, já que tinha uma visão de desenvolvimento associado. Os antinacionalistas eram contra,

sobretudo, a inserção dos trabalhadores organizados nos movimentos de disputa sobre o sentido e direcionamento da industrialização e não ao processo em si. O governo Goulart, ao não reunir mais condições de combinar a expansão capitalista com o alijamento da classe trabalhadora do núcleo do poder, passou a ser alvo dessa fração que identificava os trabalhadores como “crianças políticas”. Essa denominação indicava sua incapacidade de decidir os destinos da nação, uma vez que estariam corrompidos pela demagogia das políticas que asseguravam direitos sociais e políticos ao conjunto da população brasileira.

A partir das reflexões suscitadas pela pesquisa, pode-se afirmar que existia entre os militares a concepção de uma Força Armada salvacionista, pois supostamente capaz de entender e traduzir os anseios nacionais. Entre parcela dos militares, criou-se a concepção de serem as Forças Armadas a instituição com maior capacidade de interpretar a vontade nacional. Esta era a lógica, expressa em uma passagem da Revista: se a elas cabia a defesa do território e das leis, nada sendo defeso ao seu conhecimento, e uma longa história de ativa participação na política nacional, as Forças Armadas seriam capazes de realizar a tarefa de dar coesão política ao propósito do desenvolvimento nacional. Em outras palavras, diante de uma classe dominante que consideravam débil, incapaz de elaborar e executar um projeto nacional para o desenvolvimento capitalista brasileiro, restava às Forças Armadas o protagonismo, ou em substituição ou em complemento, quando fosse necessário.

A constante participação militar na vida nacional, ora destituindo ora garantindo os poderes, reforçava essa concepção. Somando a isso, para a fração antinacionalista, a população era vista como fragilizada, indefesa aos arroubos populistas, bem como presa fácil para o comunismo, cabendo às forças de segurança o dever de proteger os cidadãos contra o que denominavam “ideologias importadas”. Os trabalhadores do campo e da cidade eram vistos como vulneráveis e, portanto, passíveis de tutela estatal responsável por expressar e proteger seus interesses. Mas não de qualquer Estado, e sim de um que representasse o Estado burguês filiado à tradição cristã ocidental. Desse modo, tudo o que destoava do modelo de sociedade pré-concebido por essa fração militar era uma ameaça à segurança nacional.

Nesse cenário, é válido notar que o Brasil, país com dimensões continentais e uma população considerável em termos mundiais, se apresentava como um possível importante concorrente frente às nações imperialistas. Assim, o desenvolvimento industrial brasileiro e o avanço das pautas há muito vencidas nos países de revolução pioneira, tal como a reforma agrária, dariam margem, em tese, para o nascimento de uma grande potência no sul global. Da ótica imperialista, era fundamental conter essa possibilidade. Nesse sentido, no contexto da

Guerra Fria, o espectro de uma revolução socialista passava de fato a ser uma preocupação constante para as burguesias nacionais e estrangeiras. Uma revolução que proporcionasse uma forma de desenvolvimento não capitalista era uma ameaça tão ou mais profunda que o avanço do desenvolvimento em bases capitalistas autônomas. Dessa forma, por uma ou outra razão, era interessante para as burguesias estrangeiras a contenção das possibilidades de superação do subdesenvolvimento nacional. Não à toa, o golpe de 1964 foi amplamente apoiado pelos Estados Unidos, com suporte financeiro, logístico, de propaganda e bélico.

A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que o anticomunismo expresso também na Revista do Clube Militar foi um importante elemento para o desenlace das forças militares em conflito até o golpe de 1964. Àquela altura, a burguesia brasileira já havia se firmado como apoiadora do desenvolvimento interno associado ao capitalismo ocidental, liderado pelos Estados Unidos. Adicionalmente, o anticomunismo, já há muito existente entre os militares, foi reforçado com o advento da Revolução Cubana, que trazia para o continente a perspectiva concreta de uma revolução que fugia ao escopo burguês. Nesse sentido, o combate ao comunismo foi uma nota comum entre uma parte expressiva dos militares nacionalistas, aqueles distanciados do movimento militar mais radicalizado iniciado com Prestes e ligado ao PCB, bem como dos antinacionalistas.

A partir dos artigos da Revista do Clube Militar, é possível perceber que, por caminhos diversos – um deles, a partir da superação dos problemas sociais subjacentes à ideologia, outro pela criminalização de seus divulgadores e propaganda contrária –, ambas as frações expressavam o desejo de conter o avanço do comunismo em solo brasileiro. Salienta-se que a Guerra Fria era o contexto externo desse processo de combate ao comunismo, e havia a percepção de que o Brasil estaria circunscrito ao rol de nações cristãs sob a influência dos Estados Unidos, principalmente para os antinacionalistas. Assim, ao combaterem o comunismo, os militares não estariam agindo apenas em solo nacional, mas se inserindo em uma guerra de âmbito mundial, executada segundo os moldes da doutrina da guerra revolucionária francesa, a qual, após o golpe de 1964, foi largamente utilizada no país.

Portanto, o que se pode perceber é que as frações militares em disputa, exceto os grupos ligados ao Partido Comunista, atuavam no sentido de conter o avanço da luta de classes como um pré-requisito para a segurança nacional e a manutenção da ordem. Tanto os militares nacionalistas quanto os antinacionalistas nutriam profundo anticomunismo. Assim, observou-se que a disputa política principal não objetivava a transformação da ordem capitalista burguesa,

mas sim se centrava na compreensão do modo como se daria a inserção político-econômica do Brasil no mundo capitalista.

Tanto os militares nacionalistas (não comunistas) quanto os antinacionalistas tinham uma visão corporativista do desenvolvimento nacional sem o protagonismo popular. A ascensão das lutas dos trabalhadores, principalmente durante o governo Goulart, era vista como uma grave ameaça à ordem, à segurança e à hierarquia das Forças Armadas, pois pautavam o desenvolvimento nacional em termos que iam além da tutela exercida pela burocracia estatal. É importante notar que, a partir da leitura dos volumes da RCM, não foram identificados momentos nos quais os trabalhadores fossem alçados ao protagonismo do processo de mudança social. Nos artigos e textos publicados na Revista, existe a construção estatal ou mesmo a privada do desenvolvimento econômico-social. Nesse sentido, fala-se em nome dos trabalhadores.

A partir do exposto pela presente pesquisa, observa-se que a RCM foi o veículo de divulgação das concepções de país das duas frações em constante disputa até a vitória dos antinacionalistas em 1964. Suas teses foram demonstradas e discutidas dentro e fora da caserna a partir das páginas daquela publicação. Assumir a diretoria do CM e o controle de sua Revista era, portanto, fundamental para os grupos militares. Nesse sentido, é possível dizer que há um movimento de estímulo a discussão pelas correntes nacionalistas, uma vez que pretendiam convencer a sociedade de que o desenvolvimento nacional só seria possível se atrelado à condução do processo pelo Estado e com a afirmação da soberania nacional, capaz de permitir ao país a entrada definitiva no mundo capitalista com alto grau de autonomia. Para essa fração, era importante que desenvolvimento econômico e social caminhassem juntos.

Por outro lado, entre os setores antinacionalistas, principalmente quando assumiram o comando completo da hierarquia militar com a vitória de Jânio Quadros, foi a necessidade de controle do foco potencial de dissidência representado pelo Clube e sua Revista. A partir daquele momento, passou a ser necessário desestimular qualquer fonte de contestação à ordem estabelecida e ao seu programa econômico de ampla abertura ao capital estrangeiro, uma vez que era essa a forma de desenvolvimento associado que defendiam. Percebe-se que os antinacionalistas silenciaram o Clube Militar assim que o assumiram, visto que se tornou necessário dar coesão, a partir do alto, ao movimento político levado ao cabo por essa facção. Assim, o debate e o dissenso se tornaram fatores de possível desestabilização do poder que buscava se constituir. Para isso, era imprescindível controlar o Clube Militar e sua publicação,

órgãos militares nos quais o entrelaço de opiniões acontecia de maneira relativamente livre do poder punitivo do comando militar.

O Clube Militar e a Revista do Clube Militar foram ambientes que expressaram as contradições existentes na sociedade brasileira. Portanto, configuraram-se como espaços de disputa entre as facções militares que buscavam influenciar o debate público dentro e fora da caserna no contexto de desenvolvimento e expansão do capitalismo brasileiro. Assim, a Revista do Clube Militar, a partir de seus artigos, fotografias e reportagens, foi capaz de expressar os anseios e os desejos de frações das Forças Armadas, em um momento decisivo da vida nacional. Por meio das páginas da RCM, os grupos contrários travaram uma intensa disputa sobre os rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro, mesmo quando houve, na publicação, um aparente silêncio quanto aos temas mais sensíveis naquele contexto político. Longe de significar a unidade entre os militares, os momentos em que a RCM se furtou a discutir determinados assuntos, tais como a forma de exploração dos recursos naturais, a política mineral e a de exploração do petróleo, a condução ou não do Estado na industrialização e outros, foram permeados por uma profunda cisão entre a hierarquia e a base militar, sendo possível perceber o controle a partir do alto e o silenciamento dos seus órgãos difusores.

Por fim, identifica-se que, no período Kubitscheck, houve uma confluência entre a hierarquia nacionalista e a diretoria do Clube Militar, e isso se refletiu na Revista, o que pode ser observado a partir dos artigos escritos em defesa do modelo de desenvolvimento levado adiante pelo governo. Já durante o período Quadros e Goulart, o que se observa é o desmonte do dispositivo militar criado no período anterior e o retorno dos militares antinacionalistas aos postos-chave de comando, tanto na hierarquia quanto no Clube Militar. O reflexo se deu pela intervenção direta e pela destituição da sua direção, além da modificação profunda no seu conteúdo, com a progressiva ausência do debate político e seu olhar cada vez mais centrado na função recreativa da associação, deixando de lado grande parte da discussão sobre os temas ligados ao desenvolvimento nacional. Assim, tem-se a construção do controle pelo alto, bem como a defesa da disciplina conservadora entre os membros das Forças Armadas em um período de grande ebulição política nacional, que culminou com a vitória da fração antinacionalistas no golpe de Estado de 1964.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. (coord.). Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro – DHBB. FGV/CPDOC, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo -1961-1963*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo- Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 2014.
- ALMEIDA, Lucio Flavio de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.
- ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do exército brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*, Florianópolis, n. 20, 2008.
- ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975). *Contemporanea: Historia y problemas del siglo XX*, v. 8, ano 8, 2017. ISSN: 1688-9746.
- BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo de João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Coleção Retratos do Brasil, v. 110.
- BARBOSA, Vivaldo. *A rebelião da legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiários, comentários*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 368p.
- BARRETO, Kátia Marly Mendonça. *O Clube Militar: atuação política (1950-1956)*. 1988. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964. *Texto para Discussão. IE/UNICAMP*, Campinas, n. 229, mar. 2014. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3333/TD229.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 302p. Estudos Brasileiros, v.8.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 496p.
- CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. 2010. 251f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- CARLONI, Karla Guilherme. Embates internos: militares x militares no governo JK. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019. 320p.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política, 1930-1945. In: *A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. 722 p. Coleção Temas Brasileiros, 54.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999a. p. 341-345.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: UERJ/Fundação Getúlio Vargas, 1999b. p. 55- 81.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHIRIO, Maud. Lutter contre l'ennemi interne: l'alongue histoire d'une obsession de la droite brésilienne. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colloques*, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/68827>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 17 mar. 1956. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1956\\_19318.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1956_19318.pdf). Acesso em: 17 jan. 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 190p.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v. 2).

DELGADO, Marcio de Paiva. O Jornalista e o Político Carlos Lacerda nas Crises Institucionais de 1950-1955. *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social - LAHES*. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2005. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a51.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981. 814p.

DUARTE-PLON, Leneide. *A tortura como arma de guerra – Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Pedro. Uma democracia em 3 dimensões. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, n. 0239, p. 74-77, 17 nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=16397>. Acesso em: 23 dez. 2019.

FARIA, Fabiano Godinho. *Os Militares e a crise de 1964: crise orgânica e golpe de classe*. Curitiba: Prismas 2014.

FERNANDES, Florestan: *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

FERNANDES, Florestan: *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, LUCILA A. N. (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 6. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (O Brasil republicano, v. 3).

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 713p.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na indústria periférica. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 1, jan./mar. 1981.

FURTADO, Celso *et al.* *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRANCA, Acon Gusmão. *Capitalismo Dependente e Limites do Planejamento Econômico no Brasil: Revisitando o Plano de Metas (1956- 1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979)*. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 223p.

IANNI, Octávio *et al.* *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. 198p.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, p. 2-24, 29 ago. 1961. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19610829&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 17 jan. 2021.

KELLER, VILMA. Verbete: Café Filho. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. *FGV/CPDOC*, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-cafe-filho>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LAMARÃO, Sérgio. Verbete: Frente de Novembro. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. *FGV/CPDOC*, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-novembro>. Acesso em: 23 dez. 2019.

LAMARÃO, Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. Verbete: Clube Militar. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. *FGV/CPDOC*, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-militar>. Acesso em: 01 jan. 2019.

MANCHETE. Rio de Janeiro, n. 0239, p. 1-84, 17 nov. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=16324>. Acesso em: 23 dez. 2019.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200004). Acesso: 01 fev. 2021.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila A. N. (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (O Brasil republicano, v. 3).

MORAES, João Quartim de: *A esquerda militar no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 1.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila A. N. (org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 6. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (O Brasil republicano, v. 3).

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação de João Goulart: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964)*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 07 jun. 1961.

O SEMANÁRIO. Rio de Janeiro, n. 120, ano III, p. 1-16, 31 jul./7 ago. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=1883&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PEIXOTO, Antônio Carlos: O clube militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, Jesus Soares. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação, um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas*. Entrevistador: M. Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PRADO JUNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRESTES, Anita Leocadia. *Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAMOS, Plínio de Abreu. Verbete: Denis Odílio. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV*, 2009. Disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/denis-odilio>. Acesso em: 27 fev. 2020.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 141, 1956.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 142, 1956.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 144, 1957.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 145, 1957.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 146, 1957.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 147, 1957.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 148, 1958.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 149, 1958.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 150, 1958.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 151, 1958.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 152, 1959.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 153, 1959.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 154, 1959.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 155, 1960.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 156, 1960.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 157, 1960.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 158, 1961.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 159, 1961.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 160, 1961.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 161, 1962.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 162, 1962.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 163, 1963.

REVISTA DO CLUBE MILITAR (RCM). Rio de Janeiro, n. 164, 1964.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2000.

SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República*. Petropolis: Vozes, 1995.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. (Biblioteca básica de ciências sociais: ser. 1.: Estudos brasileiros, v. 6).

SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, Ligia Maria Osorio. Projeto nacional e politização das Forças Armadas, 1945-1964. *IX Congresso Internacional Da Brasa*, Tulane University, Nova Orleans, Louisiana. Disponível em: [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Ligia-Osorio-Silva.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Ligia-Osorio-Silva.pdf). Acesso em: 14 jan. 2021.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio N. (org.). *1964: visões do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Unicamp, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes: análise e depoimentos*. Rio de Janeiro,: Civilização Brasileira. 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

SODRÉ, Nelson. *Brasil: radiografia de um modelo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. 169p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. (Série Temas e Reflexões: 4).

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

## **JORNAIS E REVISTAS CONSULTADOS**

Correio da Manhã

Jornal do Brasil

Revista Manchete

O Estado de São Paulo

O Semanário